



SOL NASCENTE

Revista do Centro
de Investigação sobre
Ética Aplicada |CISEA|



Instituto Superior Politécnico
Sol Nascente

HONOR - LABOR - MERITUM

REVISTA DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE ÉTICA APLICADA (CISEA)

Nº2 – Setembro 2012 | ISSN: 2304-0688

investigacao.solnascente@ispsn.org

inaciovalentim82@ispsn.org

CONSELHO DE REDACÇÃO

Diretor: Inácio Valentim (ISPSN) Angola

Secretário de redacção: Eduardo Schmidt Passos (CUA) Estados Unidos

Niura de Carvalho (ISPSN) Angola

Secretários técnicos: Lia Raquel (UP) Portugal

Editor: ISPSN – Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

Maqueta e paginação: Sergio Soares (Teia - Digital Solutions) Portugal

CONSELHO CIENTÍFICO

Agemir Bavaresco (PUCRS) Brasil

Álvaro Nóbrega (ISCSP) Portugal

Armando Cossa (SM) Guiné-Bissau.

António Matos Ferreira (CHER-UCP) Portugal

Antonio Gómez Ramos (UC3M) Espanha

Beatriz Cecilia López Bossi (UCM) Espanha

Eduardo Vera Cruz (UL) Portugal

Lucas António Nhamba (Univ J. E. Santos - ISPSN) Angola

Dácia Julieta Calungo Joaquim Vaz Pereira (IIA- Univ J. E. Santos) Angola

David Boio (ISPSN-CISEA) Angola

Diane Lamoureux (LAVAL) Canada

Félix Duque (UAM) Espanha

Fernando Rampérez (UCM) Espanha
Gabriel Aranzueque Sauquillo (UAM) Espanha
Hugo Bento de Sousa (médico) Portugal
Inácio Valentim (ISPSN-CFCUL) Angola
Ivone Moreira (IEP - UCP) Portugal
Jordi Mele-Carne (UB) Espanha
Marcelino Chipa (IFTS-ISPSN) Angola
Miguel Morgado (IEP - UCP) Portugal
Olga Maria Pombo Martins (UL - CFCUL) Portugal
Rocío Orsi Portalo (UC3M) Espanha

CONSELHO DE ASSESSORES

Manuel Martins (ISPSNG) Angola
António Miranda (Político) Cabo Verde
Giuseppe Ballacci (U. Minho) Portugal
Pablo Gómez Manzano (U.Valparaíso-UC3M) Chile
Jorge Manuel Benítez (UNA-UAM) Paraguai
Lola Blasco Mena (UC3M) Espanha
Miguel Ángel Cortés Rodríguez (Salamanca) Espanha
Nuno Melin (UL. CFCUL) Portugal
Paulo Songolo (ISPSN) Angola
Pamela Colombo (CSIC) Espanha
Raimundo Tavares (Advogado) – Cabo Verde
Vicente Muñoz-Reja (UAM) Espanha
Víctor Barbero Morales (UAM) Espanha

EDITORIAL

A PROVÍNCIA DO HUAMBO E A INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

É com muita alegria que estamos apresentar o segundo número da nossa revista, sinal de que o trabalho segue o seu curso. Como no seu início, também agora o objetivo não é só trabalhar, mas, sobretudo, trabalhar com qualidade e com independência “olfateando” a realidade trabalhada.

É, pois, desde esta perspectiva de sentir e viver a realidade trabalhada que os investigadores e docentes da casa (ISPSN) têm centrado os seus trabalhos a analisar a realidade do Huambo em diversos aspetos da epistemologia: saúde, economia, história e direito

A este respeito, o artigo de Marcelino Chipa apresenta um estudo realizado no mês de Junho de 2012 sobre a malária na Comuna de Tchilata, Município de Tchinjenje na Província do Huambo. Sabe-se que a malária continua a ser a principal causa da mortalidade em Angola, daí a importancia do estudo agora realizado que tem a ver com a medição do conhecimento desta enfermidade no mio da população rural. Ainda na área de saúde, também o artigo de Lucas N’hamba versa sobre estudo recente e uma leitura comparada sobre a melhoria de qualidade de vida das pessoas com VIH/sida.

O artigo da Dácia Julieta Calungo e Joaquim Vaz Pereira versa sobre a participação da mulher no processo de produção agricula e pretende-se, sobretudo ver os elementos de integração e de contribui dação mulher no desenvolvimento da comunidade.

O artigo do Nelson faz uma reflexão sobre um projeto de investigação do CISEA. Debruça-se sobre a necessidade que o centro tem em conhecer as normativas legais ligadas às questões de investigação sobre o patrimonio cultural e o risco de investigar sobre o mesmo. Já Manuel Martins faz uma reflexão crítica sobre a situação dos presos nas cadeias angolanas.

A secção de varia composta de quatro artigos, abre com o artigo do Professor Agemir Bavaresco e Jozivan Guedes de Lima que reflete sobre a concepção “rawlsiana de razão pública e alguns de seus limites e uma possível alternativa a partir de Habermas”. Ainda nesta secção escrevem Sergio Fabio Montecino (La nostalgia del príncipe. La escena ausente en la constitución del sujeto político de Maquiavel) sobre a constituição do sujeito politico em Maquiavelo; Maria Sousa Galito (AQIM – Terrorismo Islâmico no MAGREB e do SAHEL) uma tentativa de reflexão sobre o terrorismo islâmico e por último, o artigo da Begoña Lopez Monsalve (La inmigración subsahariana

y los límites sociológicos del decir de la estadística) reflecte sobre o fracasso e os limites de linguagem na apresentação do outro.

Na secção aconteceu e eventos, Niura de Carvalho faz o resumo das actividades realizadas e programadas no ISPSN.

Inácio Valentim

SUMÁRIO

Editorial.....	4
Artigos / Papers.....	8
Conhecimento e Atitude da população da comuna de Chilata, Município de Tchingeje Província do Huambo sobre a malária.	
Marcelino Chipa.....	9
O desenvolvimento científico e tecnológico e seu impacto sobre a qualidade de vida de portadores do VIH/SIDA.	
Lucas António Nhamba.....	16
Participación de la mujer en el proceso de producción agrícola, vinculado al microcrédito en las comunidades rurales de la Provincia de Huambo, Angola.	
Dácia Julieta Calungo Joaquim Vaz Pereira	
Alberto Pompa Nuñez.....	23
O CISEA, o ISPSN e o património cultural – subsídios para uma estratégia de intervenção cultural.	
Nelson Artur Lopes.....	32
A vivência e sobrevivência dos reclusos nas cadeias angolanas.	
Manuel Martins.....	48
A ideia rawlsiana de razão pública: Limites e alternativas a partir de Habermas.	
Agemir Bavaresco	
Francisco Jozivan Guedes de Lima.....	59
La nostalgia del príncipe: La escena ausente en la constitución del sujeto político de Maquiavelo.	
Sergio Montecinos Fabio.....	71

AQIM – Terrorismo Islâmico no MAGREB e do SAHEL.

Maria Sousa Galito..... 89

La inmigración subsahariana y los límites sociológicos del decir de la estadística.

Begoña López Monsalve..... 112

Eventos / Actividades ISPSN 121

Resumo sobre a entrevista na “Rádio Mais” - Huambo e o debate no ISPSN

Niura de Carvalho..... 122

Apresentação do livro “Ecos da Memória”

Niura de Carvalho..... 123

Normas de Publicação..... 124

Livros electrónicos..... 124

Processo de Avaliação e de selecção dos artigos..... 124

ARTIGOS/PAPERS

Conhecimento e Atitude da população da comuna de Chilata, Município de Tchinja Province do Huambo sobre a malária

Marcelino Chipa¹

Resumo: O presente artigo visa avaliar o grau de conhecimento e a atitude da população da Comuna de Tchilata, Município de Tchinja na Província do Huambo apresenta relativamente a malária. Os dados foram recolhidos no mês de Junho de 2012 mediante a utilização de um questionário. A malária continua sendo a principal causa de morbilidade e também de mortalidade em Angola. Muitos dos factores de risco a que a população está exposta estão relacionados com o comportamento e o grau de conhecimento que a população possui relativamente a esta doença não obstante os esforços que têm sido levados a cabo pelas autoridades sanitárias nacionais e internacionais que preocupadas com esta situação investem na compra de medicamentos e redes de mosquiteiros para se conter a doença no país. O no presente estudo constatou-se que não obstante a maioria saber o que é o paludismo e terem acesso ao mosquiteiros não fazem o uso frequente dos mesmos. A maioria, quando infectados, buscam as unidades sanitárias mais próximas para o tratamento.

Palavras-Chave: 1. Malária no Huambo 2. Grau de conhecimento sobre malária 3. Mosquiteiro.

Summary: This article aim to evaluate the level of knowledge and the attitude of the population of tchilata's commune, municipality of Tchinja in Huambo Province concerning to malaria. This data is related to June 2012 collected via questionnaire. Malaria still the main cause of morbidity as well as mortality in Angola. Many of risk factory that population is exposed are related to the behavior and the level of knowledge of the population concerning to this sickness' although the efforts taken by sanitarian authorities at national or international levels who are preoccupied with this situation. They invest on buyhasing medicine and mosquito-net to contain the sickness' in the country. The present study has shown that although the majority of the people knowing what is the malaria and having access to mosquito-net, they do don't do the frequent use of them. The majority when infected goes to the nearest sanitarian unites for treatment.

Keywords: 1. Malaria in Huambo 2. Level of knowledge about malaria 3. Mosquito-net

¹Marcelino Chipa. Licenciado em Ciências de Educação no Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo, e Técnico Especialista de Diagnóstico e Terapêutica Principal pelo Instituto Médio de Saúde do Huambo. Actualmente é docente da disciplina de Microbiologia e Parasitologia na Escola de Formação de Técnicos de Saúde do Huambo e Colaborador no Instituto Superior SOL Nascente e coordenador do Curso de Análises Clínicas na E.F.T.S do Huambo.

Introdução

Entre outras designações a malária, também é conhecida como impaludismo, febre palustre, sezão e maleita, é uma das enfermidades parasitárias mais importantes entre as que afectam as populações dos países tropicais e subtropicais do mundo (MATSUMOTO, 1998).

A malária continua sendo um grave problema de saúde pública, afectando, sobretudo a população mais desfavorecida, interferindo assim no desenvolvimento do País. Casos de malária ainda são notificados, pois é necessário que as medidas de prevenção e controle sejam mais eficazes. Todavia, de nada adianta o diagnóstico e tratamento precoce, se não houver alterações positivas nas condições de vida da população, ou seja: inclusão social. Medidas vêm sendo tomadas com o intuito de reduzir e/ ou erradicá-la do mundo, dentre elas destacam-se: descoberta de novos fármacos antimaláricos e vacinas eficazes, medidas de saneamento básico, controle do vector, diagnóstico precoce e tratamento adequado. Nesse cenário, o apoio científico e financeiro são condições indispensáveis para a implementação de políticas públicas capazes de enfrentar de forma efectiva a malária, em toda a sua complexidade (CATRAIO et. al., 2010).

Em Angola entre 2006 e 2010, segundo o Programa Nacional de Luta Contra a Malária, foram contabilizados, em média, por ano, cerca de quatro milhões de casos – observando-se uma tendência de decréscimo. Em 2011, Angola registou menos 700 mil doentes com malária, ficando pela primeira vez abaixo dos três milhões.

No inquérito de Indicadores da Malária em Angola de 2011 (IIMA 2011), o segundo que se realiza no país, foram avaliados «comportamentos relativos à prevenção e tratamento da malária e a estimativa da prevalência da malária entre as crianças menores de cinco anos». E de acordo com o inquérito – que recolheu dados de 8.630 agregados familiares e 8.589 mulheres de 15 a 49 anos de idade – «10% das crianças testadas apresentaram resultados positivos para a malária». O estudo demonstra que a prevalência tende a aumentar à medida que as crianças crescem: é de 8% nas crianças dos 6 aos 23 meses; e de 11% nas crianças entre os 36 e os 59 meses.

Sinais e sintomas clínicos da malária. A primoinfecção é caracterizada pela ocorrência de paroxismos febris. Os paroxismos iniciam-se com calafrios, acompanhados de mal-estar, cefaleia e dores musculares e articulares. Náuseas e vômitos são sintomas frequentes, podendo também ocorrer dor abdominal intensa. Em algumas horas, começa a febre alta que produz adinamia e prostração; a esta fase se segue um período de sudorese profusa, com melhora progressiva do estado geral. Em geral, pacientes com infecção por *P. falciparum*, *P. vivax* e *P. ovale* têm paroxismos febris a cada 48 horas (febre terçã), enquanto aqueles infectados por *P. Malariae* têm paroxismos a cada 72 horas (febre quartã). Os indivíduos que habitam regiões com pouco saneamento do meio débil este quadro de febres é frequente endémicas de Malária, este quadro de paroxismo de febres (paludismo) não ocorre, sendo mais comum a ocorrência de um ou poucos dos sintomas acima descritos. Sinais clínicos de anemia, Esplenomegalia e hepatomegalia geralmente estão presentes (VARONEZI,1983).

Esta doença que mais mata em Angola. No ano passado foram registadas seis mil mortes dos três milhões e 200 mil casos notificados pelo Programa Nacional do Controlo da Malária. De acordo com Nilton Saraiva coordenador adjunto do Programa Nacional de Controlo da Malária, nos últimos dois anos verificou-se uma redução gradual na ordem de 400 mil casos em todo o território nacional, mas a enfermidade ainda é a principal preocupação dos profissionais de saúde.

As Províncias como Benguela, Bié, Luanda, Huíla, Huambo e Kwanza-Sul são as localidades com mais casos. Por isso o Programa Nacional de Controlo da Malária está a trabalhar para reduzir em 80 por cento a prevalência da doença até 2015, através da mudança de comportamento das pessoas nas comunidades e reforço na distribuição de mosquiteiro a nível nacional (SARAIVA, 2012).

No que toca o agente etiológico da doença foi identificado que o agente etiológico da Malária é o *Plasmodium*. As principais espécies de *Plasmodium* são *P. falciparum*, *P. vivax*, *P. Malariae* e *P. ovale*. O *P. falciparum* é a espécie mais comum na África e causa a forma mais grave de Malária, ao passo que o *P. vivax* é a forma mais comum no Brasil, sendo a apresentação clínica menos grave.

A doença é transmitida pela picada do mosquito *Anopheles*, o qual inocula no vaso sanguíneo do homem uma grande quantidade de esporozoítos que estão localizados nas glândulas salivares das fêmeas do mosquito. Em poucos minutos, os esporozoítos penetram no tecido hepático, ocorrendo a divisão nuclear destas estruturas formando uma célula multinucleada denominada de esquizonte. Este processo dura entre 1 e 2 semanas e é denominado de esquizogonia hepática, quando ocorre a ruptura desta célula liberando milhares de merozoítos na corrente sanguínea. Estas células invadem as hemácias e formam outra estrutura que promove a divisão do parasita (esquizonte), podendo também, em algumas hemácias, formar estruturas sexuadas que são importantes para a manutenção do ciclo da doença, os gametócitos. Este processo de multiplicação celular nas hemácias é denominado esquizogonia eritrocitária, até que as hemácias se rompem e liberam novamente uma grande quantidade de merozoítos, culminando, neste momento, com os primeiros sintomas da Malária, entre eles a febre típica com calafrios. Estes merozoítos liberados com a ruptura das hemácias invadem outras hemácias e o processo se mantém. O ciclo se fecha quando o mosquito, durante o repasto sanguíneo, suga as formas sexuadas do *Plasmodium* (gametócitos), os quais se fundem e geram posteriormente os esporozoítos que podem infectar outros humanos quando picados. Nas espécies *P. vivax* e *P. ovale*, durante a esquizogonia hepática, ocorre a formação de estruturas que ficam dormentes no fígado, denominadas de hipnozoítos, os quais podem se reactivar meses depois, levando o paciente a apresentar recaídas da Malária, mesmo fora de área endémica. pela primeira vez em 1880 por Charles Alphonso Laveran. A patologia é causada por espécie de protozoários do género *Plasmodium*: *P. vivax*, responsável pela doença terçã benigna; *P. falciparum*, agente da doença terçã maligna; *P. malariae*, causador da doença quartã benigna; e *P. ovale*, também causador da doença terçã benigna, que existe apenas na África. A transmissão se faz pela picada da fêmea de mosquitos infectados pelo parasito do

género *Anopheles* (SUCEN, 1988). Actualmente, ocorrem de trezentos a quinhentos milhões de casos no mundo, causando dois milhões de óbitos, principalmente em crianças menores de dois anos (MS, 1996b).

Objectivos

O presente trabalho tem como objectivo diagnosticar o grau de conhecimento e a atitude das populações rurais no Município de Tchinjenje no Huambo, sobre a malária.

1-Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descrita com abordagem de análise quantitativa transversal. Foi desenvolvido na localidade rural da comuna de Chilata, município de Chinjenje na Província do Huambo. A população do presente estudo é constituída por 1.700 habitantes daquela localidade. Desta população, foi extraída uma amostra de 170 o corresponde a 10%. Constituíram critérios de inclusão: possuir mais de 18 de idade, ter sanidade mental.

Os dados foram recolhidos por 20 estudantes do Instituto Superior Politécnico-Sol Nascente, no âmbito da cadeira de Microbiologia e Parasitologia. Os dados foram recolhidos mediante um roteiro de entrevista, pré-elaborado pelos autores do presente trabalho, tendo o mesmo sido validado por 4 docentes vinculados a pesquisa sobre doenças infecciosas e dois técnicos vinculados ao Programa da Malária na Província. Para efeitos da aplicação dos instrumentos de recolha de dados, foram cumpridos todos os pressupostos éticos, nomeadamente: notificação das autoridades sanitárias da província, aos sujeitos de pesquisa lhes foi lido o termo de consentimento livre e esclarecido.

Tabela 1. Distribuição de frequência de idades, escolaridades e numero de pessoas em casa, segundo o conhecimento e atitude frente a malária. Huambo. 2012.

Idade	Frequência	Malária e Paludismo	Sim	Não	Tratamento	Casa	Hospital	Total
{14-19}	20	20	15	5	20	5	15	20
{20-25}	45	45	30	15	45	13	32	45
{26-30}	35	35	24	11	35	3	32	35
>30	70	70	49	21	70	15	55	55
Total	170							
Escolaridade								
Analfabetos	105	105	87	18	105	19	86	105
Primário	47	47	40	7	47	3	44	44
Secundário	13	13	13	0	13	1	12	13
Médio	5	5	5	0	4	1	4	5
Total	170							
Nº/pessoa/casa								
{2-4}	89	89	80	9	89	5	84	89
{5-7}	37	37	27	10	37	6	31	37
{8-10}	34	34	28	6	34	32	2	34
>10	10	10	8	2	10	3	7	10
Total	170							

2- Resultados e Discussão

Como se pode observar na tabela 1 na medida em que foi aumentando o nível instrução maior é também o grau de conhecimento sobre a enfermidade (doença). Porém observa-se um crescimento de maturidade da população em estudo. Mesmo com índice elevado de analfabetismo, têm noção sobre a enfermidade em causa.

Quanto ao índice de respostas a maioria mostrou que tem conhecimento sobre a doença e a maneira como as famílias devem comportar perante este grande dilema da malária. No que toca ao tratamento a população muitos acorrem ao hospital, segundo indica a tabela 1 na variável do tratamento, quase todos acorreram ao hospital a procura dos serviços de assistência médica e medicamentosa com maior segurança. a mesma tabela mostra que as populações rurais, têm um nº de superior de 4 agregado familiar como ilustra a tabela 1.

Em Angola esta doença constitui uma das principais causas de morbilidade e mortalidade. Assim sendo o governo de Angola através do MINSA tem de traçar políticas que visam mobilizar as populações na redução da morbilidade e mortalidade materno-infantil.

A variável do conhecimento da malária o uso de mosquiteiro e a eliminação de mosquitos, a tabela 2 indica que a maioria já teve doença, porém observa-se paradoxalmente que a maioria não faz o uso de mosquiteiro, nem tem noção sobre a eliminação dos mosquitos.

Este paradoxo deve ter influência no índice elevado de pessoas que se picados pelos Anopheles fêmeas agente causador de doença. Maioritariamente são camponeses

entretanto mais de 50% daquela população vive por sua conta.

Tabela 2

Variável do conhecimento da malária, o uso de mosquiteiro e eliminação de mosquitos.

Questionário	Sim	Não	total
Alguém da família já teve malária este ano?	156	14	170
Todos usam mosquiteiro?	65	105	170
Sabe como reduzir o índice de mosquitos?	75	95	170

3- Conclusões

1. Depois do estudo feito à população da comunidade rural da comuna da Tchilata, Município de Tchinjenje província do Huambo, em junho de 2102, conclui-se a quela população tem conhecimento do perigo que a malária pode causar no meio da comunidade.
2. A população daquela localidade mesmo sabendo o perigo da malária a maioria não faz o uso de mosquiteiro nas suas residências.
3. A maior parte da população não tem o nível de escolaridade aceitável mesmo que tenha um nível de conhecimento do perigo que a malária pode causar devido às palestras ministradas pelos agentes de saúde afetos aquela localidade.

4- Recomendações

1. Que a saúde publica redobre esforços na mobilização da população rural para à aquisição de mosquiteiros para o seu uso.
2. O departamento da saúde pública deve incentivar mais e colocar os mosquiteiros juntos das comunidades rurais.
3. Que o Ministério da Educação reforce o sistema de ensino para erradicar o índice de analfabetos na zonas rurais.

5-Referências Bibliográficas

Matsumoto. Wilson Kioshi; Vicente, Maria Glória; Silva, Maria Aparecida; Castro, Lia Lusitana Cardozo de. **Comportamento epidemiológico da malária nos municípios que compõem a Bacia do Alto Paraguai, Mato Grosso do Sul, no período de 1990 a 1996.** Rev. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14(4):797-802, out-dez, 1998 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v14n4/0072.pdf>. Acesso em: 02 Jun. 2012.

Isabel Talina Fernando Ferreira Catraio¹, Liliana Müller Larocca², Suzana Dal Ri Moreira³, Adeli Regina P. de Medeiros⁴, Neiva M. M. Higaki⁵. **A determinação social da malária: Um estudo de caso na epidemiologia hospitalar.** Disponível em:

http://www.uniandrade.br/revista/pdf/2011-2/Artigo_4_v12_n2_2011.pdf. Acesso em: 02 Jun. 2012.

Saraiva, Nilton. Título: **A malária mata mais em Angola 2012**, http://sol.sapo.pt/Angola/Interior.aspx?content_id=48608. Disponível em: <http://www.portaldeangola.com/malaria/>. Acesso em 6 Jun. 2012.

Gayeta Agostinho. Título: **A malária continua a matar em Angola 2012** <http://pt.scribd.com/doc/96037157/A-malaria-continua-a-matar-em-Angola> acesso em 27 de jul. 2012.

O desenvolvimento científico e tecnológico e seu impacto sobre a qualidade de vida de portadores do VIH/SIDA

Lucas António Nhamba¹

nhambalu@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo tem como propósito reflectir sob o ponto de vista teórico as grandes contribuições advindas do desenvolvimento Científico e Tecnológico para a melhoria da qualidade de vida de pessoas vivendo com o (VIH/sida). Pode-se constatar que na história da humanidade, jamais o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e das forças produtivas alcançaram tal magnitude como a que ocorreu no século XX. Este desenvolvimento teve importantes reflexos no progresso social e no aumento da longevidade e também teve evidente influência na transição epidemiológica de muitas enfermidades infecciosas de agudas para crónicas. A qualidade de vida de pessoas que vivem com o Vírus da Imunodeficiência Humana e sida é uma das questões que merecem reflexão profunda, pois, uma vez conquistada a grande batalha da sobrevivência destes indivíduos mediante o uso da terapia com os antirretrovirais, os mesmos necessitam de outras abordagens que permitam não só a mensuração do impacto da enfermidade desde o ponto de vista psicológico e social, mas também os efeitos do tratamento a que são submetidos, desta maneira, superando os parâmetros físicos ou clínicos habitualmente utilizados de forma isolados. Os problemas de natureza conceituais, metodológicos e instrumentais que abarcam a avaliação da qualidade de vida, não devem sobrepor a imperiosa necessidade da utilização desta estratégia.

Palavras-Chave: 1. Desenvolvimento científico e tecnológico. 2. Qualidade de Vida. 3. VIH/sida.

Abstract: This article has the purpose of reflecting on the contributions of the scientific and technological development for the improvement of the quality of life of people that live with VIH and Aids. It is important to point out the significance of the development of the science and the technology as well as the productive forces during the XX century. This development has an important impact in the social progress and in the increase of the longevity. It is an evident influence on the epidemiological transition of many infectious diseases from acute to chronic. The quality of life of these people living with VIH and Aids deserves a deep reflection as the science has conquered the battle of their survival with the use of anti-retroviral therapy. This new situation demands others strategies in order to have good results in other aspects that are also important in the quality of life, and not to take into consideration only the physical and the clinical parameters. Conceptual, methodological and instrumental problems that involve the

¹ **Lucas António Nhamba.** Licenciado em Enfermagem e Obstetrícia, Mestre em doenças infecciosas pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo no Brasil. Actualmente é doutorando pela Escola Nacional de Saúde Pública de Havana em Cuba com a temática Qualidade de Vida e VIH/sida. É Vice-Decano da Faculdade de Medicina do Huambo da Universidade José Eduardo dos Santos em Angola e docente do Instituto Superior Politécnico do Huambo.

evaluation of the quality of life should not overcome to the imperious necessity of the use of the strategy.

Keywords: 1. Scientific and technological development. 2. Quality of life. 3. HIV/AIDS.

1-Introdução

O homem dotou-se de poderes de um alcance formidável graças aos progressos da Ciência e da Tecnologia que lhe outorga o grande privilégio de viver um momento único da história da nossa espécie.

A ciência surge das necessidades sociais e serve para dar resposta às mesmas, por isso tem lugar o complexo: ciência-técnica-produção. Em todos os tempos caracterizou-se pelas mudanças produzidas em todas as manifestações humanas, que continuam até aos nossos dias. A ciência e a tecnologia contribuíram com múltiplas soluções em diferentes níveis de produção, comercialização, novos recursos para o tratamento de enfermidades e de prevenção tendentes à preservação da saúde.

Quanto à tecnologia alguns autores a definem como a actividade apoiada no conhecimento da ciência para satisfazer uma necessidade ou objectivo com produtos ou serviços, que incluem pessoas organizadas em relações específicas, num espaço e lugar determinado (real ou virtual), utilizando ou não, artefactos, dispositivos simples ou complexos.

No início do século XX, o termo tecnologia, utilizou-se para designar os métodos, processos e ideias ligadas à obtenção de ferramentas e máquinas. Já na segunda metade do mesmo século, definia-se como o conjunto de meios e actividades mediante os quais o homem persegue a alteração e manipulação do que o rodeia, com vista ao bem-estar humano. Aqui, novamente aparece a ideia da qualidade de vida já que ao falar de bem-estar humano fazemos referência a um dos requisitos fundamentais desta.

1.1. Qualidade de vida: evolução histórica e estado actual

A expressão qualidade de vida foi empregue pela primeira vez num âmbito socio-político, a partir de um discurso proferido pelo presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson em 1964, ao declarar que: *“os objectivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas”*^(2,3).

² Pio de Almeida, M; Leal, Ondina Fachel; Louzada, Sérgio; Xavier, Marta; Chachamovich, Eduardo, Vieira, Guilherme; Santos, Lissandra dos; Pinzon, Vanessa. (1999). Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). Rev. Bras. Psiquiatr. Vol.21 n.1 São Paulo Jan./Mar. 1999. P.11. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000100006. Acesso em: 15 de Sept. 2010.

Em meados dos anos 70 e início dos anos 80 com o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos indicadores sociais, dá-se um processo de diferenciação entre estes e a qualidade de vida. A expressão começa a definir-se como conceito integrador que compreende todas as áreas da vida adquirindo um carácter multidimensional e faz referência tanto às condições objectivas, como a condições subjectivas.

“Um marco importante foi a inclusão do termo na primeira revista, monográfica do EE UU, “Social Indicators Research”, em 1974 e no Sociological Abstract” em 1979, contribuindo para a sua difusão teórica e metodológica. A década dos anos 80 marca o arranque definitivo das investigações em volta da qualidade de vida⁴.

Na actualidade, com o crescente desenvolvimento tecnológico da medicina e ciências afins, a grande preocupação com o conceito de “qualidade de vida” refere-se a um movimento dentro das ciências humanas e biológicas no sentido de valorizar parâmetros mais amplos, que vão mais além do controlo de sintomas, a diminuição de mortalidade ou o aumento da expectativa de vida¹.

Considerando a ampla possibilidade de abordagem que proporciona a avaliação da qualidade de vida nas mais diversas disciplinas, considera-a em seu sentido mais geral, uma categoria social, económica e política, sustentada em determinado desenvolvimento económico, cultural, jurídico, ético e em um sistema de valores sociais⁵.

Para Guevara, a qualidade de vida é entendida como um conceito profundamente condicionado pela cultura e com estrita dependência com o conjunto de valores de indivíduos e dos seus grupos sociais. Portanto, constrói-se socialmente como representação que um colectivo pode ter sobre sua própria vida⁶.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), qualidade de vida é definida como sendo a “percepção do indivíduo da sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de

³ Hernández, CL. (2003) Bioética Médica. Apuntes sobre calidad de vida. Hospital Universitario “Comandante Faustino Pérez”. Centro Provincial de Información de Ciencias Médicas. Matanzas. Cuba. 2003. p.5.

⁴ Gómez, M; Sabeh, Eliana N. Calidad de vida. (2006). Evolución del concepto y su influencia en la investigación y práctica. Abril, 2006. p. 6. Disponible en: <http://campus.usal.es/~inico/investigacion/invesinico/calidad.htm>. Acceso en: 20 de out. 2010. p.6.

⁵ Maldonado G. (2007). Construcción y validación de un cuestionario para evaluar la calidad de vida de los pacientes con cáncer durante la quimioterapia. Instituto nacional de Oncología y Radiobiología. Enero 2005-Agosto 2006.p.83.

⁶ Guevara, H; Domínguez, Antonio; Ortunio, Magaly; Padrón, Daniella; Rosa, Cardozo. (2010) Percepción de la Calidad de vida desde los principios de complejidad. Rev. Cubana de Salud V.36 N°.4 Ciudad de La Habana oct.-dic. 2010. P.6.

valores em que vive e em relação aos seus objectivos, expectativas, padrões e preocupações”⁷.

Com base neste conceito pode-se perceber o carácter multidimensional do conceito, sua subjectividade e dependência das reflexões do indivíduo, que acaba sendo o personagem principal da sua qualidade de vida.

1.2. Qualidade de vida relacionada à saúde

Qualidade de Vida Relacionada à Saúde (QVRS) é uma tendência que se verifica em assumir uma concepção teórica relativa a um campo concreto de aplicação à saúde, apoiado no emprego crescente desta categoria ou constructo, em relação ao processo saúde-doença⁸.

Este novo conceito, tem sua origem na definição de saúde que em 1983 foi empregue pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Trata-se de um conceito particularmente importante considerando o actual contexto em que se verifica o aumento da longevidade muitas vezes acompanhada de processos patológicos e também agora que se observa a cronificação do VIH/sida que demanda novas abordagens e estratégias no seu tratamento.

De forma geral, este conceito refere-se a percepção que tem um indivíduo (paciente) dos efeitos de uma doença determinada ou da aplicação de certo tratamento, especialmente das consequências que produz sobre seu o bem-estar⁹.

1.3. A qualidade de vida das pessoas vivendo com o VIH/SIDA

Os grandes avanços nos últimos decénios no ramo da medicina com enormes vitórias sobre as enfermidades infecciosas e no prolongamento da vida actuaram em três bases fundamentais: em primeiro lugar na revolução terapêutica, em segundo na revolução biológica no âmbito da genética na luta contra enfermidades hereditárias e o câncer e em terceiro, na actualidade, não satisfeita com os êxitos que se pode calcular em termos quantitativos, a medicina situa-se no campo da investigação da qualidade de vida, como uma forma de enfatizar muito mais a humanização dos serviços assistenciais².

Em palavras de Cruz Oñoz, um componente de obrigada referência dentro do indicador de qualidade e nível de vida, é o da saúde humana, por isso os avanços tecnológicos

⁷ THE WHOQOL GROUP. (1995). *The World Health Organization Quality of Life assessment (WHOQOL)*: Position paper from the World Health Organization. Soc. Sci. Med., 41 (10), 1995, 1403-9.

⁸ Hernández, M. (2008). Calidad de vida y trasplante de órganos. Capítulo IV del libro: Atención psicológica en el trasplante de órganos. El trasplante de corazón. Editorial Ciencias Médicas. La Habana, Cuba. Pp. 148-181.

⁹ Gómez, M; Sabeh, Eliana N. Calidad de vida. (2006). Evolución del concepto y su influencia en la investigación y práctica. Abril, 2006. p. 6. Disponible en: <http://campus.usal.es/~inico/investigacion/invesinico/calidad.htm>. Acceso en: 20 de out. 2010. p.6.

mais recentes no âmbito particular dos serviços médicos constituem um elemento de vital importância¹⁰.

O VIH/sida, desde a sua descoberta há aproximadamente três décadas, constitui um dos maiores desafios para a humanidade. Considerada uma pandemia, produz efeitos heterogéneos em diferentes continentes e países. Esta pandemia continua a desafiar todo o desenvolvimento tecnológico e científico acumulado pela humanidade ao longo de todos os tempos, transformando-se em um dos maiores problemas de saúde no mundo.

O VIH/sida está produzindo efeitos devastadores nos mais diversos domínios da vida das populações. Em alguns países reduziu até cerca de 20 anos a expectativa de vida das pessoas, produziu forte impacto na economia, causou mais de 12 milhões de órfãos menores de 18 anos, gerando um grande impacto na distribuição etária, com grandes riscos na transferência de conhecimentos e valores de uma geração a outra¹¹.

Depois de três décadas convivendo com a enfermidade em todo o mundo as pessoas sofrem o duplo peso da enfermidade, caracterizada pelas perdas reais, por morte de membros da família e por outro lado também pela “morte social” causada pela discriminação de pessoas infectadas e famílias afectadas por esta doença.

Em todo o mundo, as estimativas das Nações Unidas por meio da ONUSIDA¹² apontam que mais de 33 milhões de pessoas vivem com o Vírus da Imunodeficiência (VIH). Esta instituição reconhece, que nos dias actuais a epidemia da sida começou a desacelerar-se com uma redução no número de contágios assim como as mortes provocadas pela enfermidade.

Desde a descoberta da epidemia no início da década de 80, em 1996 foi o ano em que aparentemente alcançou o seu ponto máximo, ano em que se contraíram 3,5 milhões de novas infecções pelo VIH¹³.

Em 2009, o número de novas infecções foi de 2,6 milhões correspondendo a 20% menor do que em 1999 (3,1 milhões). Em 2009 a morte por enfermidades relacionadas com a sida foi de 1,8 milhões, cifra que representa quase metade do que ocorreu em 2004 (2,1). O número de crianças infectadas por diversas vias em 2009 estima-se que seja de 24% menor relativamente a cinco anos anteriores¹².

¹⁰ Cruz, O. (2000). La Revolución Científico técnica: Su impacto en la esfera de la salud. En: Lecturas de Filosofía, Salud y Sociedad. Colectivo de autores. Editorial de Ciencias Médicas. La Habana, Cuba. Pp. 63.

¹¹ ONUSIDA. (2008) Informe sobre la epidemia mundial de SIDA. (2008). Disponible en: <http://www.unaids.org>, sitio visitado el 24 de junio de 2010.

¹² ONUSIDA (2010). Acción conjunta para obtener resultados. Marco de resultados del ONUSIDA de 2009 a 2011. Disponible en: http://data.unaids.org/pub/BaseDocument/2010/jc1713_joint_action_es.pdf. Sitio visitado el día 22 set. de 2010.

¹³ ONUSIDA (2009). Situación de la epidemia de sida.p.100.

Esta tendência de redução da prevalência não se distribui de forma homogénea, observando-se tendências contrárias em alguns países e regiões. Assim, entre 2001 e 2009, o número de infecções foi reduzida para 25% em 56 países, sendo 22 deles da África subsahariana. Neste período, em 7 (sete) países, 5 (cinco) deles da Europa oriental e Ásia central, as infecções aumentaram em 25%¹².

Na África do Sul verificam-se profundas mudanças, a percentagem de novos casos nos jovens de até 18 anos reduziu-se de 1,8% em 2005 aos 0,8% em 2008; entre as mulheres de 14 a 24 anos a cifra caiu de 5,5 para 2,2% em 2004 e 2008¹¹.

Os fracassos que se verificam em alguns países devem-se essencialmente ao facto de não haver uma adequação das estratégias nacionais na luta contra a sida às necessidades nacionais identificadas, apontando-se entre eles, o baixo investimento dirigido aos programas de combate a sida, as brechas que se verificam nas abordagens utilizadas em zonas hiperendémicas e também se verifica escassez habitual de programas especificamente desenhados para pessoas que vivem com o VIH⁹.

Nesta pequena panorâmica pela situação actual do VIH/sida a nível global pode-se constatar, que coexistem dois grandes problemas que devem merecer especial atenção no sentido de responder aos desafios nos impostos pelo VIH e sida: primeiro relacionado ao crescente aumento de novas infecções e outra com o aumento progressivo de pessoas vivendo com o vírus, já na condição crónica, o que significa que as pessoas infectadas têm que conviver com esta nova condição por muito mais tempo e como refere B. Horner, enfrentando situações mais diversas, pois no âmbito da saúde e especialmente quando nos referimos à questão das enfermidades crónicas, parece que a qualidade de vida se distancia cada vez mais¹⁴.

Superada ou melhorada a questão da sobrevivência, o portador do VIH continua a enfrentar a questão da discriminação e estigmatização imposta historicamente pela enfermidade. Esta situação torna crucial a necessidade de considerar as afectações psíquicas que os mesmos apresentam tanto pelos problemas familiares, sociais, trabalhistas, antes de tratar directamente sua qualidade de vida, já que a mesma estaria matizada pela percepção e aceitação do meio social que o rodeia^{15, 16}.

¹⁴ Horner B.; Da Silva, Denise Maria Guerreiro Vieira; Vieira, Fernanda Menechelio Arzuaga; Souza, Sabrina da Silva; Coelho, Isabela Zeni; Baptista, Rafaela. (2010). Percepções da qualidade de vida de pessoas con HIV/AIDS. Rev. Rene. Fortaleza, v. 11, n. 3.p.68-76. Jul/Set.

¹⁵ Teva, I, Bermúdez, María de la Paz, Hernández-Quero, J; Bucla-Casal G. (2004). Calidad de vida relacionada con la salud en la infección por el VIH. Facultad de Psicología, Universidad de Granada, España. Disponible en: http://www.alapsa.org/revista/articulos/Gualberto_Bucla-Casal.pdf. Acceso en: 1 de Feb. 2011.

¹⁶ Gamba, M. (2010). Intervención psicológica en PVIH y prestadores para modificar afrontamientos y actitudes. Hospitales Esperanza y Militar de Luanda. Angola, 2005-2009. Tesis en opción del Grado científico de Doctora en Ciencias de la Salud. Escuela Nacional de Salud Pública. La Habana, Cuba, junio de 2010

Esta necessidade é também realçada por Fleury Seidl ao considerar que o portador do VIH e o doente de sida enfrentam algumas dificuldades, pois além das condições que a enfermidade impõe, têm que lutar com as carências sociais e económicas que necessariamente têm impacto sobre a qualidade de vida¹⁷.

2-Considerações finais

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia teve uma importante contribuição na solução dos mais diversos problemas incluindo o melhoramento da saúde humana, com importante registo na redução da mortalidade por enfermidades infecciosas e a transição de muitas enfermidades para uma evolução crónica, como é o caso do VIH/sida.

Esta transição das enfermidades agudas para crónicas supõe adopção de novas abordagens no tratamento destas pessoas que as padecem com vista a melhoria da sua qualidade de vida. As mesmas abordagens devem permitir a compreensão do impacto da doença assim como das intervenções desde a perspectiva dos sujeitos que as padecem.

¹⁷ Fleury, EM; Cecilia Maria Lana da Costa Zannon; Bartolomeu torres Tróccoli. (2005). Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, Suporte Social e Qualidade de Vida. Psicologia Reflexão e Crítica, 2005, 18 (2), pp.188-195. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n2/27469.pdf>. Acceso:20 out. 2010.

Participación de la mujer en el proceso de producción agrícola, vinculado al microcrédito en las comunidades rurales de la Provincia de Huambo, Angola.

Dácia Julieta Calungo Joaquim Vaz Pereira¹

Alberto Pompa Nuñez²

Resumen: El objetivo de esta investigación fue evaluar la participación de la mujer en el proceso de producción agrícola, vinculado al microcrédito, los factores que influyen en su incorporación y su efecto en el desarrollo de las comunidades rurales de la Provincia de Huambo. La misma se realizó en el Municipio de Longonjo, en la Comuna de Lepi que tiene 15 286 habitantes, se encuestaron 50 núcleos familiares y se entrevistaron funcionarios de Instituciones Gubernamentales y no Gubernamentales, procesando los datos con el paquete estadístico STATGRAPHICS Plus 5.1. Entre los resultados socio- económicos evaluados se destacan: Existencia de una alta mortalidad infantil, baja incorporación de los niños a la escuela y gran índice de desempleo, unido a una elevada incorporación de las mujeres al proceso productivo, vinculado al empleo de microcrédito. Se concluye que estas comunidades rurales viven en una situación económica e social muy difícil, reflejado en los referidos indicadores, mas la mujer desempeña un papel preponderante, liderando varias asociaciones de productores y ha ganado este papel destacado debido su gran responsabilidad, seriedad en el trabajo y preocupación por el cumplimiento de los plazos de reembolsos establecidos en el apoyo crediticio.

Palabras Clave: Mujer, producción agrícola, microcrédito

Abstract: The objective of the present investigation is to evaluate the women's participation in the agricultural production process, linked to the micro- credit, the factors that influence on their incorporation and their effect in the development of the rural communities of Huambo Province. The same grew in the municipal district of Longonjo, in the commune of Lepi that has 15 286 inhabitants, if inquirer 50 family nuclei and employees of Government Institutions and non Government were interviewed, being processed the data with the statistical package STATGRAPHICS Plus 5.1. Among the obtained results if they detach the existence of a high infant mortality, the children's low incorporation the school and the high unemployment index,

¹ Investigadora do Instituto de Investigações Agronómicas de Huambo (IIA); Engenheira Agrónoma pela Faculdade de Ciências Agrárias, na especialidade de Economia Agrária; Docente Universitária do Instituto Superior Politécnico do Huambo (ISPH) Universidade José Eduardo dos Santos; Doutoranda em Biodiversidade e Segurança Alimentar no Instituto Nacional de Ciências Agrícolas (INCA) Havana - Cuba; Estudante de Direito no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente – Huambo. E-mail: pereira@inca.edu.cu; daciapereira@yahoo.com.br

² Docente de la Universidad Agraria de la Habana – Cuba; Ingeniero Electrotécnico por la Universidad de Habana; Doctor en Medicina Veterinario por la Facultad de Medicina Veterinaria en Russia. E-mail: albpompa1@yahoo.es

united to a high incorporation of the women to the productive process linked to the micro-credit job. Was ended that these rural communities live in a very difficult economical and social situation, reflected to the referred indicators, but the women plays a preponderant part, leading several associations of producers and they have been winning this detached paper due to their great responsibility, seriousness in the work and concern for the execution of the periods of established reimbursements in the support credits.

Keywords: Woman, Agriculture production, microcrédit

Introducción

La guerra afectó Angola en casi todas las formas, con efectos catastróficos en las condiciones económicas y sociales. Debido al conflicto, muchos hombres emigraron en busca de mejores condiciones de vida o perecieron, creando un espacio para la aparición de núcleos familiares liderados por las mujeres. Con el fin del conflicto militar en 2002, se espera que a pesar de los actuales estreñimientos, sea la ocasión apropiada para implementar estrategias que tengan en cuenta la promoción de la igualdad de género, de forma que se alcance un desarrollo rural equilibrado y se reduzca la pobreza. Dada la porción de la población que se dedica a la agricultura, el elevado porcentaje de mujeres jefes de familia implicada en ella y las cuestiones culturales y tradicionales que dificultan el acceso de las mismas a la tierra y a los medios agrícolas, planteamos el siguiente objetivo. Evaluar la participación de la mujer en el proceso de producción agrícola, vinculado al microcrédito, los factores que influyen en la su incorporación y su efecto en el desarrollo de las comunidades rurales de la Provincia de Huambo.

Materiales y Métodos

Esta investigación se realizó en la aldea de la Comuna de LEPI, Municipio de Longonjo, con una población de 15 286 habitantes, de ellos: 6 133 hombres y 9 153 mujeres, que corresponden a un total de 4 520 familias (segundo los datos registrados por la administración de la misma, Comunicación personal, 2007)³. La muestra estuvo conformada por 50 jefes de los núcleos familiares. Fueron realizadas encuestas, con el objetivo de verificar los efectos del microcrédito en la vida económica, social, cultural y en la incorporación de la mujer campesina al proceso productivo, así como entrevistas a dirigentes, coordinadores y funcionarios de Instituciones gubernamentales y no gubernamentales.

Análisis Estadístico

³ Josefina. Información de los datos generales de la comunidad de Lepi. Administración de la comuna de Lepi. 21 de Agosto de 2007. Comunicación personal.

Para comparar los resultados porcentuales y establecer el nivel de significación de las posibles diferencias entre los valores alcanzados por las variables se aplicó el test estadístico de comparación de proporciones. Se creó una base de datos en EXCEL y el procesamiento se realizó empleando el paquete estadístico STATGRAPHIC Plus 5.1.

Resultados y Discusión

Como se observa en la respuesta de la pregunta 1, los niños representan la mayoría de los componentes familiares. Así, se señala que la población, deberá crecer de manera notable, si tenemos en cuenta que, en media, cada mujer tiene al redor de 7 hijos y que se espera una mejoría de las condiciones de vida de la generalidad de la población en los próximos años, con la consiguiente reducción de la mortalidad⁴. **Este efecto es mucho mas acentuado en esta zona donde se considera que vive 1/3 de la población rural de Angola**⁵

1. Cuantos componentes tiene el núcleo familiar? Total 335:

$$X_{\text{Media}} = 6,7 \pm 1,9$$

a) Cuantos niños tiene en la familia? Total 185:

$$X_{\text{Media}} = 3,7 \pm 1,6$$

% de niños en los núcleos: 55,2.

Total de adultos: 150.

% de adultos: 44,8.

Es lamentable destacar que hay una tasa de mortalidad superior a 27% (270 por cada 1000 nacidos vivos), con una media aproximada de 3 niños por núcleo, y casi 50% de las familias tuvieron pérdida, incluyendo una con 7 niños (inciso b y Gráfico 1).

b) Tuvieron pérdida de niños en la Familia?

Sim 24 (48%)

$$X_{\text{Media}} = 2,9 \pm 1,4$$

Total de niños fallecidos: 70.

% de mortalidad: 27,4.

⁴ Pereira, 2004; Gonçalves 2007

⁵ PAM, 2005

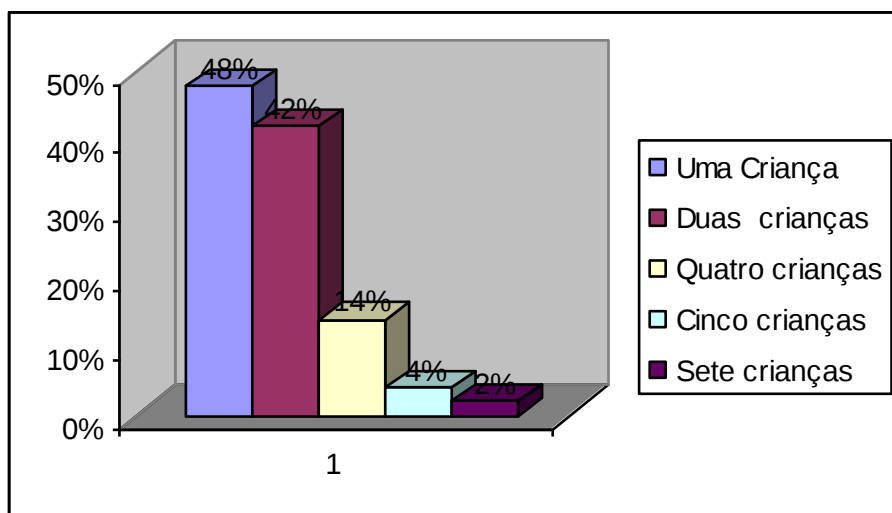


Gráfico N° 1 - Pierda de niños.

En opinión de la autora de esta investigación, este es un aspecto que merece la mayor atención en cualquier proyecto social o económico que se pretenda desarrollar en la región estudiada, pues como ha sido señalado más de 65% de la población angolana son niños⁶

c) Cuantos niños tienen edad para ir a la escuela? Total 150.

$$X_{\text{Media}} = 3,3 \pm 1.4$$

d) Cuantos niños van a la escuela? Total 98.

$$X_{\text{Media}} = 2,2 \pm 1,4$$

% de niños que tiene edad escolar y van a la escuela: 65,3.

De los niños con edad escolar apenas 65% asisten a la escuela, lo que representa un índice muy bajo. También en otras investigaciones han sido verificados datos similares⁷. Según Pinda la anterior situación debe mejorar con el proceso de la Reforma Educativa en curso en Angola⁸.

Aunque 64% de los encuestados saben leer y escribir ninguno sobrepasa el tercer nivel, (Pregunta 2 y Gráfico 2 e 3), siendo los hombres con el mayor porcentaje de alfabetización. Se reporta en trabajos anteriores que la disparidad de género en la

⁶ Universo, 2002

⁷ Pereira, 2004

⁸ Pinda 2005

alfabetización es significativa, con apenas 54% de las mujeres de más de 15 años que saben leer y escribir, contra 82% de los hombres⁹

1. Sabe leer y escribir?

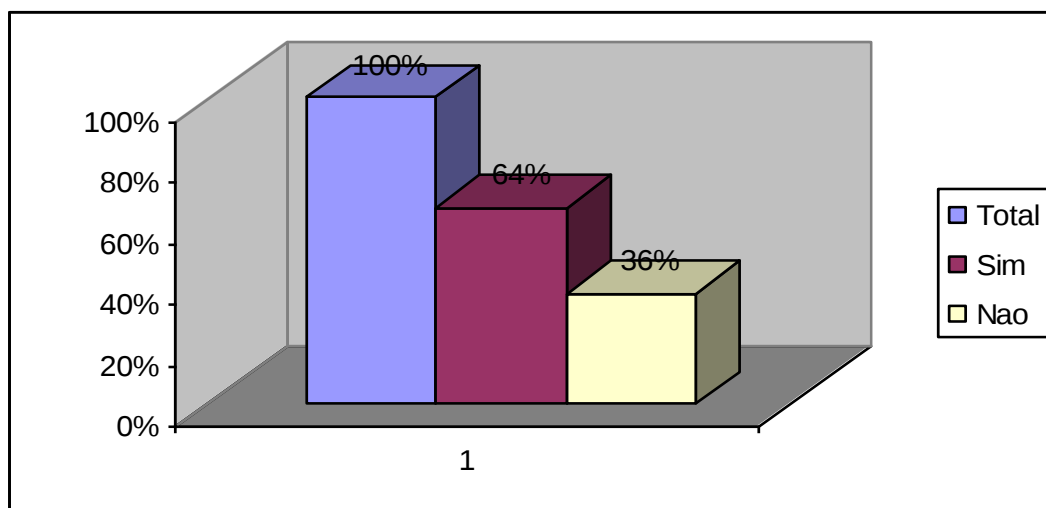


Gráfico N° 2 - Sabe leer y escribir

a) Nivel de escolaridad.

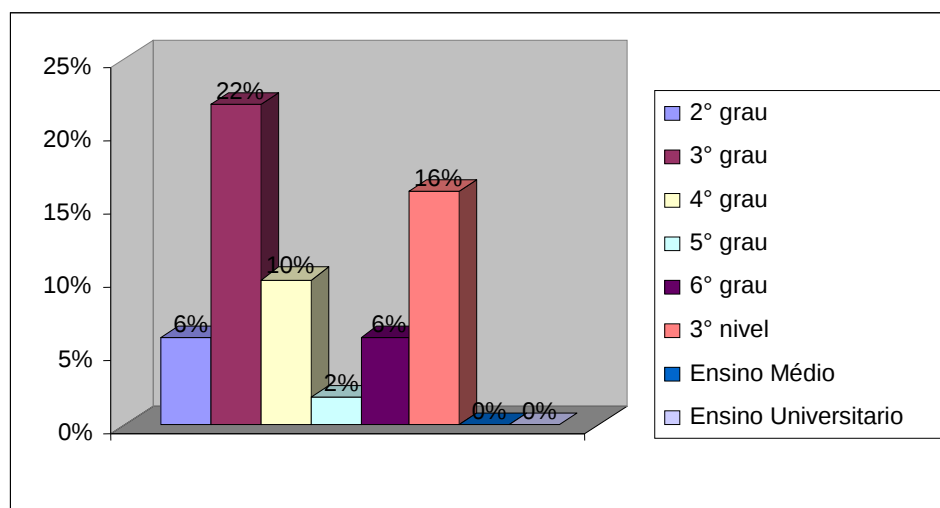


Gráfico N° 3 – Nivel de Escolaridad

⁹ Pirozzi, 2003

La mayor parte de los hombres y de las mujeres encuestadas son campesinos. Sólo en 30% de las familias existen otros miembros que trabajan y de las 150 personas con edad laboral están desempleadas 79, o sea 53%.

Se señala que terminada la guerra civil, la economía angolana se concentró casi exclusivamente en el sector de explotación petrolífera y que la producción agrícola disminuyó ostensiblemente¹⁰ La guerra en Angola desarticuló el sistema de producción agrícola después de la independencia, el país se quedó desprovisto de grandes redes estructurales y se transformó en importador, se perdió el sistema de producción y comercio¹¹.

Los tres efectos más importantes provocados por la guerra en esta localidad fueron la carencia de vestimenta, pérdida de bienes y desnutrición, destacándose que los pobladores les gustaría ser ayudados prioritariamente con la concesión de microcréditos y ayuda para desarrollarse como agricultor. Angola necesita hacer una gran inversión en la educación, la mejoría de las infra-estructura sociales y en las estructuras de la salud¹².

La cantidad total de animales resulta baja en relación al número de personas que componen las familias analizadas y aunque 86% los poseen, la mayor parte de estos son destinados a la venta y después al consumo propio.

Las fuentes de agua disponibles son fundamentalmente de acueductos, pozo y ríos, las posibilidades para obtener comida son algunas o pocas en más de 80% de los encuestados y los alimentos con mayor frecuencia de consumo son la harina de maíz, la papa, el arroz y los vegetales.

Tal como se destacó por la FAO, en Roma, reducir a la mitad la cantidad de personas amenazadas por el hambre antes de 2015 es una prioridad. La seguridad alimentaria es un tema actual que representa un desafío, pues lo más importante es resolver los problemas del pueblo¹³. La autora de este trabajo constató que la falta de alimentos en las zonas rurales es también una consecuencia de la guerra, ya que muchos campos de producción fueron invadidos por las minas durante el conflicto armado. Datos recientes apuntan que 2,7 millones de angolanos murieron de hambre y 1,5 millones en el conflicto armado¹⁴.

Hay disponibilidad de alimentos para alimentar toda la humanidad, sin embargo muchos mueren por causa del hambre¹⁵. Dentro de los principios se debe mantener la

¹⁰ Veiga, 2004

¹¹ Canga, 2007; ¹⁰ Pinto, 2006

¹² Pinto, 2006

¹³ Teta, 2007

¹⁴ Ventura 2003

¹⁵ Pajume, 2007

responsabilidad pública de la Seguridad Alimentaria como un papel primordial del Estado y como el responsable máximo de esta gestión¹⁶. Entre algunas ideas para la estrategia alimentaria se destacan mantener este tema en la agenda política a través de la actividad del Consejo Nacional de Seguridad Alimentaria constituido en Angola, activar mecanismos de diálogo con los productores y formular políticas, estrategias de investigación y de extensión¹⁷.

Para lograr los referidos propósitos, es muy importante crear financiamiento para las organizaciones de agricultores o aun de pequeñas empresas rurales, de modo que los bancos convencionales se interesen cada vez más en la inversión del sector agrícola¹⁸.

En relación a la posesión de tierra se aprecia que 100% de los núcleos la tienen, 86% es propia, con un total de 94 ha que son explotadas en su totalidad sólo en 26% de las familias campesinas y se enumera entre los apoyos más necesarios el microcrédito y el suministro de semillas, lo que está en concordancia con que sólo 76% vende alguna o poca proporción de la producción.

El microcrédito ha sido recibido por 100% de los núcleos estudiados y estos valoran como las dos ventajas mas importantes la mejoría que se experimenta en la calidad de vida y la mayor incorporación de la mujer en la actividad agropecuaria; por lo que 98% afirma que le gusta obtenerlo, pues 84% considera favorable los plazos de reembolso y los porcentajes establecidos, siendo los principales destinos de utilización la producción agrícola y el comercio.

Las características tradicionales de la mujer angolana hacen que su participación sea mayoritaria en el grupo, 78%, aunque se refleje que existe sólo algún o poco apoyo por los esposos, en 64% de éstas. Se considera que en la región analizada las mujeres tienen buenas posibilidades de acceder al microcrédito, 96%, debido fundamentalmente a su mayor responsabilidad, mayor preocupación de reembolsar y al mayor cumplimiento. Otros autores han destacado que la mayor parte de los programas de microcrédito, son dirigidos a las mujeres debido a su tendencia a ser financieramente más responsables, pues ellas utilizan los préstamos adquiridos en beneficio de sus familias y sus comunidades¹⁹.

En los resultados de las entrevistas realizadas a los responsables del Instituto de Desarrollo Agrario (IDA), del Ministerio de la Familia y Promoción de la mujer (MIINFAMU), del Banco Sol en la Provincia de Huambo, de la organización no gubernamental “Acción para el desarrollo rural y ambiente “(ADRA), lo más significativo es la coincidencia entre su parecer y las valoraciones realizadas por los protagonistas de la actividad productiva, relacionado con las finanzas y los créditos. De

¹⁶ Barros, 2007

¹⁷ BPCA, 2007

¹⁸ Fico, 2006

¹⁹ IFADAP, 2001.

este modo se le adjudica a la mujer una función clave, tanto por los encuestados como por los entrevistados, existiendo concordancia en la mayoría de los aspectos que fueron abordados.

Conclusiones

Se concluye que las comunidades rurales viven en una situación económica e social muy difícil, reflejado en varios indicadores socioeconómicos, pero la mujer desempeña un papel preponderante, liderando varias asociaciones de productores y ha ganado este papel destacado debido a su gran responsabilidad, seriedad en el trabajo y preocupación por el cumplimiento de los plazos de reembolsos establecidos en el apoyo crediticio.

Recomendaciones

Evaluar por las Entidades Gubernamentales, no Gubernamentales y las relacionadas con la actividad de microcrédito y desarrollo rural, los resultados expuestos en este trabajo.

Referencias Bibliográficas

Barros, M. Sandra Elena. 2007. Estrategia nacional de segurança alimentar (ENSA). 1º Simpósio Sobre Segurança Alimentar e Nutricional: Um Desafio de Cooperação e de Desenvolvimento na CPLP. De 1 A 5 de Outubro

Banco de Poupança e Crédito de Angola (BPCA). 2007. PAINEL 1. Segurança alimentar como factor de desenvolvimento. 1º Simpósio Sobre Segurança Alimentar e Nutricional: Um Desafio de Cooperação e de Desenvolvimento na CPLP. De 1 A 5 de Outubro

Canga, A.P. 2007. A situação alimentar e nutricional de Angola. 1º Simpósio Sobre Segurança Alimentar e Nutricional: Um Desafio de Cooperação e de Desenvolvimento na CPLP. Luanda, De 1 A 5 de Outubro.

Fico C. Benguela: crescimento após a guerra. Publicado no Jornal do Comercio, Editora Opinião, em 28 de Agosto de 2006.

IFADAP, 2001. Instituto de Financeamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pesca (IFADAP). 2001. Agricultura, economia, e sociedade., Lisboa. 511 p.

Pereira, Aline. 2004. Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho. Trabalho da Doutoranda em Economia dos Recursos Humanos a realizar-se no Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa -ISCTE – Lisboa. PDF.

Programa Alimentar Mundial (PAM). 2005. Segurança Alimentar e modos de Vida no Planalto Central de Angola. Com financiamento da GTZ e da Parceria com o DFID para o Reforço Institucional do PAM. Junho.

Pajume, Catarine. 2007. PAINEL 1. Segurança alimentar como factor de desenvolvimento. 1º Simpósio Sobre Segurança Alimentar e Nutricional: Um Desafio de Cooperação e de Desenvolvimento na CPLP. De 1 A 5 de Outubro.

Pinda S. A. 2005. Actual situação da educação em Angola. Conferencia do Centro de Estudos Africanos do ISCTE. 13 de Dezembro

Pinto, F.C . 2006. Angola, o País do Presente com os Olhos Virados para o Futuro. Free servers. Economia e Negócios.

Pirozzi, R. Unicef –Angola. Inquerito de Indicadores Múltiplos, Avaliando a situação das crianças e das mulheres angolanas no início do milénio. [en línea] Maio 2003. Disponível em: <http://www.unicef.org/angola/pt/children.html>. [Consulta: Março, 27 2007].

Teta. J. S. 2007. Palavras de Boas Vindas. 1º Simpósio Sobre Segurança Alimentar e Nutricional: Um Desafio de Cooperação e de Desenvolvimento na CPLP. De 1 A 5 de Outubro

Universo. Angola. Avanza Retroce. [en línea] marzo 2002. Disponible en: <http://universo.com.sapo.pt/Angola.htm>. [Consulta: Abril, 11 de 2007].

Veiga, C Cristina. Estudos Económicos e Financeiros. Angola. Primeira Edição de um Boletim de acompanhamento da situação Económica e Financeira da Angola. BPI. [en línea], Março 2004. Disponible en: <http://www.banco.bpi.pt>. [Consultada: Abril, 13 2007].

Ventura, Margarida. 2003.. Desmilitarização da sociedade e a superação da cultura da Violência. Friedrich ebert stiftung workshop provincial sobre as Prioridades da reconciliação nacional.

O CISEA, o ISPSN e o património cultural – subsídios para uma estratégia de intervenção cultural

Nelson Artur Lopes¹

Resumo: Neste artigo, apresenta-se uma análise dos contextos normativos da República de Angola relativos às questões do Património Cultural, já que uma das valências do Centro de Investigação de Ética Aplicada é a investigação no âmbito do Património Cultural, nomeadamente local. Identificam-se também possíveis parcerias a nível local. Finalmente, enumeram-se alguns riscos potenciais presentes nas abordagens às questões associadas ao estudo e preservação do Património Cultural.

Palavras-chave: património cultural; política cultural; intervenção cultural.

Abstract: This article presents an analysis of the normative contexts of Angola Republic concerning matters of cultural heritage, as one of the valences of the Research Centre for Applied Ethics is the research field of cultural heritage, including local culture. Also identify possible partnerships at local level. Finally, listed are some potential risks present in the approaches to the issues concerning preservation and analysis of cultural heritage.

Keywords: cultural heritage, cultural policy, cultural intervention.

O Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN), localizado na cidade do Huambo - Angola, além de disponibilizar a valência académica, pretende ainda operar numa valência inovadora no contexto angolano - a investigação - através da sua unidade orgânica denominada Centro de Investigação sobre Ética Aplicada – CISEA.

Uma das áreas de investigação que estão previstas é o Património Cultural; enquanto docente de História podemos reflectir sobre o campo de possibilidades da intervenção do CISEA na cidade e na Província do Huambo. E, considerando o público-alvo deste escrito, nomeadamente a população discente, importa sermos didácticos e divulgarmos as potencialidades deste centro de Investigação, quanto ao Património Cultural regional. Optamos assim por uma análise sobre matérias concretas e concretizáveis, em vez de elaborarmos um artigo mais exotérico ou estritamente reflexivo e conceptual.

A investigação sobre o património pode ser mais do que a simples apropriação e interpretação do capital cultural; pode ter a ambição de ser investigação-acção, uma forma de intervenção cultural que produz conhecimento sobre o Património Cultural e o reproduz na comunidade, levando a uma tomada de consciência que é impulsionadora de uma transformação ou mudança social («conscientização»). Trata-se de uma linha metodológica que designaríamos como uma *antropologia da libertação*² mais ou menos abertamente assumida por certos antropólogos sul-americanos.

¹ Licenciado em História e Ciências Sociais e Mestre em Educação e Diversidade Cultural pela Universidade do Porto; docente no ISPSN, Huambo – Angola.

² Por analogia com a célebre *Teologia da Libertação*, também gerada no Brasil.

Esta abordagem pode mobilizar a comunidade discente - envolvendo-a na investigação (no contexto curricular) – e deve envolver a sociedade civil e as entidades institucionais da região onde estamos inseridos. As sinergias que estamos a sugerir implicam que o Centro de Investigação sobre Ética Aplicada persiga a sua filosofia e projectos próprios mas, simultaneamente, tenha em conta o contexto em que o ISPSN opera e o quadro normativo nacional que informa as políticas culturais.

Assim, analisamos seguidamente alguns dos normativos mais relevantes da República de Angola que definem as linhas mestras, as prerrogativas e as competências no âmbito do Património Cultural.

Observarmos os normativos fundamentais de um país desvenda-nos a concepção estrutural e estruturante desse espaço nacional em diversos domínios. A Constituição da República de Angola (2010) ³, logo no seu Preâmbulo, explicita a matriz cultural do “*Nós, o Povo de Angola*”, inserindo-a claramente num espaço cultural demarcado:

“Invocando a memória dos nossos antepassados e apelando à sabedoria das lições da nossa história comum, das nossas raízes seculares e das culturas que enriquecem a nossa unidade;

Inspirados pelas melhores lições da tradição africana – substrato fundamental da cultura e da identidade angolanas; (...)”

A reivindicação desta herança que informa a identidade angolana e a sua cultura, não se confina ao espaço cultural interno (como mera ressonância de uma cultura continental africana); manifesta-se na assumpção de uma identidade africana e até na projecção da acção do Estado Angolano no plano das relações externas, no contexto africano:

“A República de Angola empenha-se no reforço da identidade africana e no fortalecimento da acção dos Estados africanos em favor da potenciação do património cultural dos povos africanos.” Artigo 12º (Relações Internacionais), Ponto 3.

A este propósito encontramos ecos na imprensa nacional das preocupações com a preservação da cultura africana; em notícia publicada no Jornal de Angola a 27 de Dezembro de 2009⁴, relatam-se as conclusões do II Congresso Pan-Africano de Cultura realizado em Addis Abeba – Etiópia – visando a edificação de uma nova “ (...) fórmula de parceria estratégica para a gestão do património cultural africano.” As conclusões do Congresso são claras na formulação dessa estratégia comum, transnacional:

“Os participantes ajustaram as políticas a seguir, no domínio do património cultural, face aos progressos das novas tecnologias da informação e comunicação.

Os participantes aprovaram programas para uma melhor conservação e promoção do património cultural de África.

³ Os excertos ora apresentados constam da Constituição da República de Angola, aprovada a 21 de Janeiro de 2010.

⁴ Edição online (www.jornaldeangola.sapo.ao)

Entre as diversas recomendações ressalta a identificação do conjunto do património edificado e intangível de África e da sua diáspora. Foram propostas fórmulas estratégicas de parceria, interna e externa, visando uma melhor salvaguarda e promoção, mais investidores, implantação de fórmulas de gestão eficaz de sítios de memória, de monumentos e museus com gestão privada, associativa e componente de empresa.

Foi também recomendado melhor aproveitamento das oportunidades que várias instituições oferecem de financiamento, a valorização, pela educação, as indústrias culturais e o turismo do património linguístico, antropológico e artístico.

Os congressistas concluíram, ainda, a continuação dos programas de formação do pessoal e quadros evoluindo no sector do inventário, da protecção e da promoção dos bens culturais.

Reforçar legislações nacionais e inter-africanas que garantam uma melhor defesa dos bens culturais (...), a assinatura ou a ratificação de convenções internacionais sobre a protecção do património cultural, aproveitamento dos meios de comunicação social para a promoção dos bens culturais do continente e um reforço do intercâmbio entre profissionais do sector, constam, também, das recomendações.

Os participantes recomendaram acções para o reforço da identidade cultural africana, o fortalecimento da diversidade cultural do continente e a cautela do meio ambiente, nos sítios naturais ou sagrados.”

Os compromissos sobre o património, a identidade e a cultura, declarados no plano externo e supranacional, são acompanhados pelos compromissos expressos no plano interno; voltando à análise do texto constitucional, a República de Angola assume como suas tarefas fundamentais:

“m) Promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional, protegendo o ambiente, os recursos naturais e o património histórico, cultural e artístico nacional;

n) Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação.” Artigo 21.º (Tarefas fundamentais do Estado).

Não é demais salientar a ênfase dada à matriz cultural africana.

A Constituição declara ainda que os cidadãos e comunidades têm direitos identitários e que o Estado tem deveres culturais; o Estado *promove e estimula* (não estamos certos sobre o alcance vinculativo destes verbos) a conservação e valorização do património cultural:

“1. Os cidadãos e as comunidades têm direito ao respeito, valorização e preservação da sua identidade cultural, linguística e artística.

2. *O Estado promove e estimula a conservação e valorização do património histórico, cultural e artístico do povo angolano.*”

Artigo 87.º (Património histórico, cultural e artístico)

Já no que toca ao património material edificado, o texto é mais assertivo, definindo-o com clareza como domínio público, nos termos da lei:

“j) Os monumentos e imóveis de interesse nacional, como tais classificados e integrados no domínio público, nos termos da lei;” Artigo 95º (Domínio Público).

Parece claro que o Estado Angolano assume como seus os desígnios da defesa da cultura angolana, da conservação do património e da identidade, nunca alienando a matriz especificamente africana e salvaguardando o valor da diversidade cultural.

Os instrumentos e políticas *executivas* para a concretização dos princípios declarados na Constituição são tutelados pelo Ministério da Cultura, nomeadamente através do seu Estatuto Orgânico⁵, bem como da Lei do Património Cultural⁶.

Logo no Artigo 2º do seu Estatuto Orgânico (Atribuições) o Ministério da Cultura é investido dos seguintes objectivos:

“a) Conceber medidas globais no quadro da preservação e desenvolvimento da cultura;

b) Desenvolver a acção de direcção e coordenação nas áreas do património cultural, da criação artística e literária, da acção cultural, da investigação científica no domínio da história das línguas nacionais e da cultura;

c) Valorizar os factores que contribuam para a identidade cultural da população angolana;”

O Estatuto Orgânico do Ministério da Cultura prevê diversos intervenientes na execução dos seus objectivos; no seu Artigo 5º (Estrutura), ponto 4., destacamos os seguintes:

“a) Instituto Nacional do Património Cultural;

b) Instituto das Línguas Nacionais;

*g) Arquivo Histórico de Angola;”*⁷

Merece-nos também alguma atenção o Artigo 15º (Direcção Nacional da Acção Cultural) que no ponto 1., refere as competências deste organismo nos seguintes termos:

“A Direcção Nacional de Acção Cultural é o serviço encarregue de formular, aplicar e controlar a implementação das acções e programas que visam o desenvolvimento das

⁵ Decreto-Lei nº 7/03 de 06 de Junho, o qual remete ainda para a Lei Constitucional de 1991.

⁶ Lei nº 14/05 de 07 de Outubro.

⁷ As suas competências e atribuições específicas encontram-se explicitadas respectivamente nos Artigos 17º, ponto 1, 18º, ponto 1 e 32º, ponto 1.

potencialidades artísticas e culturais do país, a preservação e promoção dos valores identificadores da cultura nacional e o conhecimento dos valores da cultura Africana e Universal.”

Importa ainda salientar que as políticas culturais internas são subsidiárias de compromissos internacionalmente assumidos; o Estados signatários de Convenções internacionais devem transpor para a ordem jurídica e governativa interna as suas disposições. Nesse domínio o Artigo 13º (Gabinete de Intercâmbio Internacional), no seu ponto 2., define as competências deste organismo público (Ministério da Cultura):

“a) Assegurar e acompanhar o cumprimento das obrigações de Angola com respeito aos organismos internacionais de que seja membro no domínio da cultura;

c) Colaborar na elaboração de estudos preparatórios para a ratificação de Convenções, Acordos e Tratados Internacionais, (...);”

A este propósito, em notícia publicada no jornal O PAÍS online, a 07 de Junho de 2012⁸, intitulada “Angola estuda Convenções da Unesco”, constata-se que os responsáveis políticos angolanos assumem os seus compromissos nesta matéria. Presidido pela Ministra da Cultura, Rosa Cruz e Silva e contando com a presença de representantes internacionais da Unesco, de outros Ministérios, de Associações Culturais e Direcções Provinciais da Cultura, decorreu o workshop acerca da adesão de Angola a mais Convenções da Unesco:

“Dois dias (...) preencheram os debates em torno da Promoção e Implementação das Convenções da Unesco (Comissão das Nações Unidas para Educação e Cultura) sobre a Cultura, (...) no auditório do Museu Nacional de História Natural, em Luanda.

O encontro promovido pelo Ministério da Cultura, com o concurso da Unesco, visou, entre outras questões, assessorar o Governo angolano na ratificação de algumas destas convenções, de acordo com as actuais realidades do desenvolvimento socioeconómico, consolidar a gestão das instituições culturais, bem como formar técnicos na área da cultura e de outros sectores sociais. (...) a ministra Cruz e Silva realçou a necessidade de se transmitir às futuras gerações todo o legado dos povos que se movimentaram pelo território que hoje constitui a República de Angola. Ao referir-se sobre os vários sítios de interesse histórico e cultural do país, a governante chamou a atenção para a necessidade de os mesmos serem estudados com vista a serem compreendidas as suas dinâmicas (...).” Neste domínio do Património Cultural, consultando os sites da Unesco⁹ identificamos dez Convenções da Unesco (as mais relevantes), dez Recomendações e três Declarações que o espaço deste artigo não permite expor¹⁰; destas, segundo a mesma fonte, Angola ratificou duas e aderiu a outras duas, comprometendo-se assim internacionalmente:

⁸ Edição online (www.opais.net).

⁹ www.unesco.org

¹⁰ O leitor interessado pode aceder ao site e consultar os dados mundiais, continentais e nacionais.

Convenção	Tipo de vinculação
Convenção sobre as medidas que devem adoptar-se para proibir e impedir as importações, exportações e a transferência de propriedade ilícita de Bens Culturais. ¹¹	Ratificação
- Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural. ¹²	Ratificação
- Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de conflito armado e regulamento para a aplicação da Convenção. ¹³	Adesão
- Convenção sobre a protecção e promoção da diversidade das expressões culturais. ¹⁴	Adesão

Outro documento fundamental a que já aludimos é a Lei do Património Cultural (Lei nº14/05 de 07 de Setembro de 2005). Esta Lei conceptualiza e define o Património Cultural e clarifica as responsabilidades e competências no domínio da preservação do Património Cultural a nível nacional, provincial e local. Logo no Artigo 3º (Reconhecimento e tutela), no seu ponto 1., tipificam-se as categorias do património acompanhando os critérios internacionalmente vigentes:

“São reconhecidos e valorizados como bens de interesse cultural relevante as línguas nacionais, os testemunhos históricos, paleontológicos, arqueológicos, arquitectónicos, artísticos, etnográficos, biológicos, industriais, técnicos e todos os documentos gráficos, fotográficos, discográficos, fílmicos, fonográficos, bibliográficos, reflectindo valores da memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, exemplaridade, singularidade e outros bens culturais, que pela sua natureza mereçam a tutela do Estado angolano.”

No Artigo 4º (Salvaguarda e valorização), no seu ponto 1., definem-se as responsabilidades políticas face ao Património Cultural:

“O levantamento, estudo, protecção, valorização e divulgação do Património Cultural incumbem especialmente ao Estado, aos Governos Provinciais, às administrações locais, às autarquias locais, aos proprietários possuidores ou detentores (...) e, em geral, às instituições culturais, religiosas, militares ou de outro tipo, às associações para o efeito constituídas e ainda aos cidadãos.”

Estas responsabilidades são especificadas ao longo do articulado da Lei, prevendo que a definição das políticas culturais é uma prerrogativa do Estado central, cabendo aos Governos Provinciais e autoridades locais a execução concreta dessas políticas, atribuindo-lhes ampla autonomia, mas sujeitando-os sempre à supervisão dos órgãos de

¹¹ Paris, 14 de Novembro de 1970. Angola, ratificou esta Convenção a sete de Novembro de 1991.

¹² Paris, 16 de Novembro de 1972, Ratificada na mesma data da Anterior Convenção.

¹³ Haia, 14 de Maio de 1954. Angola aderiu a esta Convenção a sete de Fevereiro de 2012.

¹⁴ Paris, 20 de Outubro de 2005. Angola aderiu a esta Convenção também a sete de Fevereiro de 2012.

tutela nacionais. Mas a Lei responsabiliza também os actores privados, individualmente ou sob a forma de associações constituídas; no ponto 4., do mesmo Artigo refere que:

“As populações devem ser associadas às medidas de protecção e de conservação e solicitadas a colaborar na dignificação, defesa e fruição do Património Cultural.”¹⁵

O Artigo 47º (Conservação e valorização), no ponto 2., reforça essa co-responsabilidade:

“O Governo deve promover acções concertadas entre os serviços públicos, especialmente através dos serviços provinciais e privados com vista à implementação e aplicação de uma política activa de levantamento, estudo, conservação e integração do Património Cultural na vida colectiva.”

O Artigo 52º (Promoção de Acções Educativas), no seu ponto 1., afirma ainda que:

“O Governo deve empreender e apoiar acções educativas capazes de fomentar o interesse e respeito público pelo Património Cultural, como testemunho de uma memória colectiva definidora da identidade nacional.”

É dentro desta formulação (que coloca em interacção os agentes públicos e privados, abrindo ainda espaço para acções de âmbito educacional) que pensamos que o ISPSN e o CISEA, se podem engajar numa estratégia de levantamento, estudo e divulgação do Património Cultural, posicionando-se como um *player* inovador no contexto do ensino superior em Angola. Essa abordagem teria reflexos positivos no plano académico, nas aprendizagens teórico-práticas dos discentes e na afirmação regional do ISPSN, contribuindo ainda para a valorização do Património Cultural angolano e o reforço da identidade nacional.

Sublinhamos que a dimensão do Património Cultural não se joga apenas num plano académico, cultural ou identitário; se considerarmos, por exemplo, o peso que as indústrias culturais têm actualmente, percebemos as potencialidades de actividades como o ecoturismo ou o turismo cultural, as quais se estruturam em torno do Património Cultural.

Dado o devido destaque ao quadro normativo nacional, aos objectivos, prerrogativas e competências previstos e aos actores institucionais (ou não), envolvidos neste domínio, importa ainda destacar as potenciais parcerias a nível local, tendo em vista as eventuais sinergias quanto ao levantamento, estudo e divulgação do Património Cultural.

Na Província do Huambo, de acordo com a Lei nº14/05 a política cultural é formulada pelo Governo Provincial, especialmente pela Direcção Provincial da Cultura bem como, em menor grau, pela Direcção Provincial da Educação; no seio desta estrutura existe ainda o Departamento do Património Histórico e Cultural.

¹⁵ A Lei prevê até subsídios, financiamentos bonificados e benefício fiscais para os agentes privados que desenvolvam acções no âmbito da preservação do Património Cultural.

Outra instituição relevante é o Museu Municipal do Huambo cujo espólio tem um cunho muito antropológico. Existem também diversas associações culturais na cidade e nas comunas rurais. A cidade dispõe ainda de biblioteca pública e de várias instituições de ensino superior, havendo perspectivas de expansão da oferta nesse segmento.

Para uma melhor acessibilidade a informação detalhada nesta matéria e outras relacionadas com o Património e a cultura, sugerimos os seguintes *sites* institucionais:

UNESCO	www.unesco.org
Ministério da Cultura	www.mincultura.gv.ao
Governo Provincial do Huambo	www.huambo.gov.ao
Huambo Digital	www.huambodigital.com

Em muitos *blogues* nacionais é fácil encontrar de forma remissiva inúmeros *links* que nos permitem aceder a informação detalhada e variada sobre questões do Património e da Cultura angolana. Sugerimos alguns *blogues* de entre os muitos existentes: Cubata Angola, Angola Profunda, Ombaka e Angola Bela.

Em anexo apresentamos também outros contributos, num plano mais internacional, através de uma listagem de *links* (recursos online) que remetem para diversas entidades e organismos ligados a estas matérias.

Um Centro de Investigação sediado numa instituição de ensino superior que se propõe desenvolver investigação no âmbito do Património Cultural, pode e talvez deva ter em conta o contexto normativo e institucional que enquadra a matéria, as entidades envolvidas nestes processos e as responsabilidades e competências atribuídas pelo quadro legal. Admitimos que o CISEA quererá enveredar também pela investigação empírica no âmbito do Património Cultural no *interland* do Huambo o que, necessariamente, coloca o CISEA na posição de ter que interagir com outras entidades e instituições públicas e privadas, na busca de sinergias e parcerias que potenciem a produção de conhecimento, com reflexos também no tecido social.

É nessa eventualidade que estivemos até ao momento a analisar os contextos jurídicos e institucionais relevantes para a gestão das políticas do património e da cultura, no sentido de proporcionar uma base compreensiva para a definição de estratégias investigativas futuras, caso o elenco directivo do CISEA opte por se engajar numa linha de acção próxima desta grelha de leitura.

É sabido que a História, a identidade, a cultura e o património se prestam a utilizações e manipulações de carácter ideológico, tanto a nível nacional como num plano internacional. Admitindo que o Património Cultural é um *mediador* entre o passado, o presente e o futuro, importa, como afirma Pedro Demo, na sua apresentação da obra de

Carlos Alberto Torres (2001: 10)¹⁶, “reequilibrar o papel do conhecimento, evitando os extremos pós-modernistas excessivamente fragmentados e localizados, bem como os extremos racionalistas de pendor universalista exagerado.” De facto, o Património Cultural, a cultura e a identidade são frequentemente utilizados *instrumentalmente*, para se atingirem fins como a coesão nacional, a consciência patriótica, o sentido de pertença, a auto-estima colectiva, etc.

Estas utilizações instrumentais da cultura decorrem do facto reconhecido de o Estado-nação ser frequentemente uma metanarrativa moderna, uma construção social e uma construção narrativa imposta por uma cultura dominante erudita que *conduz* os acontecimentos históricos muitas vezes à revelia da consciência da população, utilizando para esse efeito a cultura e a tradição como fundamento da separação política, através da demarcação de uma *área cultural* específica. Trata-se da definição de um espaço e de um património simbólico, semiótico e afectivo, capazes de sedimentar nos colectivos abrangidos, essa «*noologia*» de *unidade* nacional (Cf. Gellner)¹⁷, construindo assim um *Self* colectivo. A *folklorização*, a *tipicidade* e as línguas nacionais são muitas vezes construções instrumentais (Cf. Hobsbawm: 260)¹⁸ e «*formações discursivas*» (Cf. Foucault, M.)¹⁹. Esta dimensão é particularmente visível em Estados historicamente recentes como é o caso de Angola, que ainda atravessa uma fase de afirmação, de consolidação do sentido de pertença nacional e de homogeneização cultural e social (a realidade sociocultural é ainda vincadamente *heterogénea* e *tribalista*), enfrentando simultaneamente diversos *choques culturais*, inerentes à rápida e angustiante transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade urbana e ocidentalizada, o que implica fortes tensões e conflitualidades:

“A busca ansiosa da «aldeia nostálgica» e do seu passado cultural projecta-se como forma de resistência à descaracterização cultural e ao desconforto perante a separação entre o hoje e o ontem [...]” (Fortuna: 274)²⁰. Este desconforto causado pela fragilização da capacidade de auto-identificação do sujeito (por referência a um *topos* agenciador) é na opinião de Benedict Anderson²¹, a causa próxima da emergência da «comunidade imaginada», um «simulacro» ou «simulação» da comunidade histórica, no

¹⁶ TORRES, Carlos Alberto (2001), *Democracia, Educação e Multiculturalismo*, Petrópolis, Editora Vozes.

¹⁷ GELLNER, E. (1993), *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva.

¹⁸ HOBSBAWM, Eric J. (1985), *A Era das Revoluções*, Lisboa, Editorial Presença.

¹⁹ FOUCAULT, Michel (1969), *L'Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard.

²⁰ FORTUNA, Carlos (1991), “Nem Cila nem Caribdis: somos todos translocais”, in, *Revista Crítica das Ciências Sociais*, nº 32, Coimbra, CES.

²¹ ANDERSON, B. (1991), *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London and New York, Verso.

sentido de se tornarem *reais* sem *realidade* (Cf. Baudrillard: 1991)²², refúgios identitários. De facto, os

“Restos fragmentários da cultura de origem podem coexistir com contributos fragmentários da cultura dominante” (Cuche: 108)²³; desta «desestruturação sem reestruturação» (Cf. Cuche: *Idem*) resulta uma perda do sentido, que pode resultar na transformação da cultura e do património num refúgio identitário.

Na obra clássica de Eric Hobsbawm²⁴, «A Invenção das Tradições», demonstra-se cabalmente como na fase de génese e afirmação das *nações* se forjaram, se reinventaram e recodificaram as tradições, no sentido de forçar um determinado código de leitura da realidade histórica. Ernst Gellner dá-nos um outro olhar sobre esta questão:

“É o nacionalismo que dá origem às nações, e não o contrário. Reconhecidamente, o nacionalismo utiliza a proliferação das culturas ou a riqueza cultural pré-existente, herdadas historicamente, embora o faça selectivamente e muito frequentemente as transforme de forma radical. É possível revivificar línguas mortas, inventar tradições, restaurar antigas essências bastante fictícias. [...] Os remendos e retalhos culturais utilizados pelo nacionalismo são muitas vezes invenções históricas arbitrarias (...).” (Gellner, *Idem*: 89).

Nesse sentido parece-nos pertinente elencarmos resumidamente alguns dos riscos presentes na investigação sobre o Património Cultural.

Além das manipulações sobre o passado a que já fizemos referência, existe um risco primário relacionado com a indistinção entre a preservação do património e o simples *memorialismo*. A simples inventariação e apropriação desse capital cultural não constituem por si só uma acção de preservação do património, visto que não se repercutem a jusante, enquanto instrumento de consciencialização e de mudança social. Um museu é inútil se não tiver uma lógica de acção cultural, tornando-se um mero armazém de espólios etnográficos.

Outro risco prende-se com o anacronismo, isto é, com releituras actuais dos factos pretéritos, descontextualizando-os da sua matriz original.²⁵ A forma como conceptualizamos muitas das coisas a que chamamos «património», decorre de conceitos e dispositivos explicativos actuais, dos quais os contemporâneos não teriam consciência, porque as observavam apenas como práticas culturais normais.

No contexto dos países africanos subsaarianos, que são essencialmente *artificiais*, impostos pela colonização à revelia das realidades étnicas endógenas e nos quais subsiste um forte cunho tribalista e regionalista, existe um risco considerável. De facto,

²² BAUDRILLARD, J., (1991), *Simulacro e Simulação*, Lisboa, Relógio d'Água Editores.

²³ CUCHE, Denys (2003), *A Noção de Cultura em Ciências Sociais*, Lisboa, Fim de Século – Edições.

²⁴ HOBSBAWM, E. & RANGER, T. (orgs.) (1984), *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

²⁵ Um exemplo interessante no caso da *mitologia nacional* angolana é a categorização das resistências à penetração portuguesa por parte de autoridades tradicionais de reinos actualmente integrados no espaço nacional angolano (Ngola Kilwanje, Rainha Ginga...) como «dutas nacionalistas», numa fase histórica em Angola como tal não existia.

a investigação neste domínio, tendo como *topos* a cidade e a Província do Huambo, pode cair numa deriva regionalista e étnica (a etnia dominante são os Umbundos e, devido à História recente do país, subsistem antagonismos internos de base étnica em Angola):

“na construção cultural, o que é primeiro é a cultura do grupo, a cultura local, a cultura que liga os indivíduos em interacção imediata uns com os outros, e não a cultura global da colectividade alargada. Aquilo a que se chama “cultura global” é o que resulta da relação dos grupos sociais uns com os outros e, por conseguinte, da relação que se estabelece entre as suas próprias culturas” (Cuche, *Idem*: 87). Nesse sentido, sem descurar uma abordagem à cultura e ao património locais, seria recomendável a adopção de uma grelha de leitura *conjuntiva* e não *disjuntiva*.

Finalmente, identificamos um risco considerável, a que chamaríamos de *fetichização* e *reificação* da cultura e do património. A veneração e *idolatria* do passado, dos lugares, dos objectos, das figuras históricas e das próprias tradições, acompanham frequentemente estas abordagens sobre o Património Cultural; a cultura é por vezes «coisificada» (enquanto elemento objectivo, tangível), quando pertence de facto à ordem do *fenomenal* e do simbólico. Além disso, a cultura não é estática, é dinâmica. E muitas *coisas* tratadas como «cultura» são apenas inerentes à vida social das populações, as quais não reflectem uma consciência desses factos enquanto pertencentes ao campo do «cultural». Essa elaboração racional provém das elites, *a posteriori*. As culturas existem porque os Homens existem. Naturalmente. Os discursos sobre o património caem por vezes numa reconstrução nem sempre inocente do passado.

Esperamos poder contribuir com estas reflexões para a definição de uma eventual estratégia de investigação sobre o Património Cultural no Huambo, no âmbito do CISEA e do ISPSN.

Para ilustrar as potencialidades deste tipo de investigação na região bem como alguns dos riscos latentes que enunciámos, transcrevemos uma notícia publicada pelo Jornal de Angola²⁶, referindo como fonte a ANGOP, a 28 de Março de 2012:

“Cinco monumentos históricos serão incluídos na lista do património nacional:

Huambo – As pinturas rupestres de Kaninguili, no município do Mungo, a estação arqueológica de Feti (comuna da Calima), a Ombala do Huambo, o Forte de Candumbo (município da Chicala-Cholohanga) e os edifícios à volta da Praça Agostinho Neto, na cidade do Huambo, vão passar a constar, a partir de Abril, da lista nacional do património histórico - cultural. O facto foi dado a conhecer pelo chefe de departamento do património histórico e cultural da direcção da cultura no Huambo, João Afonso, tendo salientado que tais sítios memoráveis reúnem todos os requisitos exigidos pelo Instituto Nacional do Património Histórico no tocante a sua classificação para categoria nacional. O responsável explicou que a inclusão dos mesmos na lista do

²⁶ Edição online (www.jornaldeangola.sapo.ao).

património nacional vai torná-los mais valorizados e conhecidos, (...) [o] que motivará os cidadãos a preservá-los.

A província do Huambo, segundo João Afonso, possui 121 monumentos e sítios que aguardam por uma inspecção de peritos do Instituto Nacional do Património Histórico e Cultural, a fim de obterem, posteriormente, a classificação de património cultural e histórico de âmbito nacional. Informou constarem do total de monumentos e sítios por classificar, de acordo com o inventário provisório feito por técnicos da direcção local da Cultura, 12 monumentos de arquitectura civil, 26 arquitectura religiosa, 9 arquitectura militar, 6 sítios arqueológicos, 18 sítios históricos, 11 zonas históricas, 22 zonas paisagísticas, 8 símbolos do poder tradicional, 10 cemitérios e 9 estátuas.

João Afonso referiu, entretanto, que alguns destes lugares que constituem a memória colectiva do povo da região do planalto central encontram-se em estado avançado de degradação, (...). Sublinhou também que a província do Huambo é muito rica em tradição de monumentos e sítios, muitos dos quais são locais históricos de batalhas e também residências antigas que devem ser conhecidos, divulgados, conservados e preservados como cultura do povo.

De acordo ainda com João Afonso, apesar de tal abundância em monumentos e sítios históricos, a província conta apenas com um único classificado como património cultural nacional, o Forte da Quissala (símbolo da luta de resistência dos povos nativos contra a ocupação colonial em 1902). Localizado a aproximadamente oito quilómetros da cidade do Huambo, o mesmo está a ser invadido por populares, devido à sua proximidade com o maior mercado informal desta província.”

Referências bibliográficas:

ANDERSON, B. (1991), *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Verso, London and New York.

BAUDRILLARD, J. (1991), *Simulacro e Simulação*, Lisboa, Relógio d'Água Editores.

CUCHE, Denys (2003), *A Noção de Cultura em Ciências Sociais*, Lisboa, Fim de Século –

Edições.

FORTUNA, Carlos (1991), “Nem Cila nem Caribdis: somos todos translocais”, in, *Revista*

Crítica das Ciências Sociais, nº 32, Coimbra, CES.

FOUCAULT, Michel (1969), *L'Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard.

GELLNER, E. (1993), *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva.

HOBBSBAWM, E. & RANGER, T. (orgs.) (1984), *A Invenção das Tradições*, Rio de

Janeiro, Paz e Terra.

HOBBSAWM, Eric J. (1985), *A Era das Revoluções*, Lisboa, Editorial Presença.

TORRES, Carlos Alberto (2001), *Democracia, Educação e Multiculturalismo*, Petrópolis,

Editora Vozes.

Referências Electrónicas:

www.jornaldeangola.sapo.ao

www.mincultura.gv.ao

www.min-cul.gov.pt

www.huambodigital.com

www.huambo.gov.ao

www.opais.net

www.unesco.org

Anexo A

Seleção de **recursos online** no âmbito do património disponibilizados pelo Ministério da Cultura de Portugal e pelo Instituto dos Museus e da Conservação de Portugal.

1. Património Imaterial

Asia-Pacific Database on Intangible Cultural Heritage: <http://www.accu.or.jp/ich/en/>

American Association of Museums: <http://www.aam-us.org/>

Ethnologue – Languages of the World: <http://www.ethnologue.com/>

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites: <http://www.icomos.org/>

ICOMOS-ICIH (ICOMOS International Committee on Intangible Cultural Heritage):

<http://blog.icomos-uk.org/2008/09/25/icomos-international-committee-on-intangiblecultural-heritage/>

Museums and Intangible Heritage: <http://icom.museum/intangible.html>

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (Brasil):

<https://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retor>

no=páginaIphan

Inventaire des ressources ethnologiques du patrimoine immatériel :

<http://www.ethnologie.chaire.ulaval.ca/>

Répertoire du Patrimoine Culturel Immatériel:

<http://www.culturaldiversity.cioff.ch/fr/index.html>

Smithsonian Center for Folklife and Cultural Heritage:

<http://www.folklife.si.edu/index.html>

UNESCO – Intangible Cultural Heritage: <http://www.unesco.org/culture/ich/>

UNESCO – Comissão Nacional da UNESCO – Portugal: <http://www.unesco.pt/>

Creative Heritage Project: IP Guidelines for Documenting, Recording and Digitizing Intangible Cultural Heritage: <http://www.wipo.int/tk/en/folklore/culturalheritage/>

2. Documentação:

Instituto dos Museus e da Conservação, I.P: www.imc-ip.pt

MatrizNET: Coleções dos Museus IMC: www.matriznet.ipmuseus.pt

Inventaire Général do Patrimoine Culturel:

http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/presenta/inventaire_plansite.htm

UNESCO Thesaurus: <http://www2.ulcc.ac.uk/unesco/>

3. Centros de Investigação / Associações Profissionais

At-Tambur.com – Músicas do Mundo: <http://attambur.com/>

CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia: <http://ceas.iscte.pt/cria/>

European Association of Social Anthropology: <http://www.easaonline.org/>

Instituto de Investigação Científica Tropical: <http://www2.iict.pt/>

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: <http://spae.no.sapo.pt/>

TERCUD - Centro de Estudos do Território, Cultura e Desenvolvimento:

<http://tercud.ulusofona.pt/>

World Council of Anthropological Associations: <http://www.wcaanet.org/>

4. Revistas On-Line

Anthropology Today (The Royal Anthropological Institute):

<http://www.therai.org.uk/pubs/at/anthrotoday.html>

Antropologia Portuguesa (Departamento de Antropologia - Universidade de Coimbra):

<http://www.uc.pt/en/cia/publica/>

Cahiers d'Études Africaines (École des Hautes Études en Sciences Sociales):

<http://etudesafricaines.revues.org/>

Enquête: Anthropologie, Histoire, Sociologie (Éditions Parenthèses):

<http://enquete.revues.org/>

Esprit Critique: revue internationale de sociologie et de sciences sociales

<http://www.espritcritique.fr/accueil/index.asp>

Etnográfica (Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social/ISCTE) :

<http://ceas.iscte.pt/etnografica/index.php>

Ethnologies Comparées: revue électronique semestrielle (Centre d'Études et de Recherches

Comparatives en Ethnologie): <http://recherche.univ-montp3.fr/mambo/cerce/idx.htm>

Gradhiva: revue d'anthropologie et de muséologie (Musée du Quay Branly):

<http://www.quaibranly.fr/en/actualites/museum-publications/scientificpublications/gradhiva/index.html>

International Social Science Journal (UNESCO): [http://portal.unesco.org/shs/en/ev.php-](http://portal.unesco.org/shs/en/ev.php-URL_ID=1796&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

[URL_ID=1796&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/shs/en/ev.php-URL_ID=1796&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

Journal des Africanistes : <http://africanistes.revues.org/>

L'Homme : revue française d'anthropologie (École des Hautes Études en Sciences Sociales) : <http://lhomme.revues.org/document9.html>

Mana: Estudos de Antropologia Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro):

<http://www.scielo.br/revistas/mana/paboutj.htm#Informações>

MEDINS – Identity is Future – the Mediterranean Intangible Space:

<http://www.invisiblemedins.org/index.html>

Museum International (UNESCO): <http://portal.unesco.org/culture/fr/ev.php->

[URL_ID=2356&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/culture/fr/ev.php-URL_ID=2356&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

Socio-Anthropologie: Revue interdisciplinaire de sciences sociales:

<http://socioanthropologie.revues.org/>

A vivência e sobrevivência dos reclusos nas cadeias angolanas

Manuel Martins¹

Resumo: Diante das lamentáveis condições penitenciárias a que estão sujeitos os nossos irmãos nas cadeias angolanas, o discurso que prega a reclusão como forma de ressocialização de criminosos, ultrapassa a raiz da hipocrisia tolerável.

Portanto, entendemos que investimentos devem ser realizados no Sistema Prisional Angolano, na necessidade de que **cada Unidade Prisional resguarde o interesse da Administração da Justiça e a permanência do preso em local próximo ao seu meio familiar.**

Também indispensável é a necessidade da **construção de mais Centros Prisionais**, e que deverá ter características eminentemente industriais, para capacitar os presos com várias qualificações profissionais em nível satisfatório, para poder descongestionar o elevado número de detidos nas actuais cadeias do país.

A outra recomendação, acredito ser a mais importante, é o **respeito escrupuloso do preceituado na Lei 8/08 Lei Penitenciária**, que acreditamos ser uma Lei completa e moderna, faltando apenas o seu cumprimento rigoroso, principalmente no que concerne aos seus direitos e interesses não afectados pela condenação. E que haja maior apoio por parte das autoridades governamentais nos problemas mais candentes dos reclusos, tais como melhor assistência médica e medicamentosa, melhor acomodação, tratamento psicológico permanente e melhor formação académica e profissional.

Palavras-Chave: Detento; Reclusos; Serviços Prisionais; Penitenciária; Reintegração social; Ressocialização; Execução penal; Motins; Rebeliões; Carcerária; Delinquente; Infractor.

Abstract: On the deplorable prison conditions experienced by our brothers in Angola, the speech that preaches the seclusion as a way to rehabilitate criminals, beyond the root of hypocrisy tolerable.

Therefore, we understand that investments should be made in Angolan prison system in need for each prison unit safeguard the interest of the administration of Justice and the permanence of stuck in place close to your family.

Also essential is the need of building more Prison Centers, and which should have eminently features industrial, to empower the prisoners with several professional qualifications in satisfactory level, in order to relieve the high number of detainees in the current country's chains.

The other recommendation, I believe to be the most important, is the scrupulous respect of established in Law 8/08 Penitentiary Law, which we believe is a complete and modern Law, missing only its strict compliance with, especially in regard to their rights

¹Advogado e professor na faculdade de direito na universidade José Eduardo dos Santos e no ISPSN

and interests not affected by conviction. And that there is greater support on the part of governmental authorities in the hottest problems of prisoners, such as better medical care and better accommodation, medical, psychological treatment and better education and training.

Keywords: Detainee; Prisoners; Prison Services; Penitentiary; Social reintegration; Resocialization; Penal execution; Riots; Rebellions; Prisons; Delinquent; Offender.

Sabemos que Sistema Prisional de qualquer país é de grande importância, quer a nível social, económico e político, quer a nível educacional e de reintegração social, porque procura garantir a execução das medidas privativas de liberdade aplicadas pelas entidades legalmente competentes, no caso os tribunais, visando deste modo a reeducação e reintegração dos reclusos, preparando-os para no futuro conduzirem a sua vida de modo socialmente responsável.

Portanto, acho ser extremamente imperiosa e urgente a introdução no nosso sistema prisional de um conjunto de doutrinas e princípios jurídicos universais e modernos, contidas nos instrumentos jurídicos internacionais ratificados por Angola, sobretudo as constantes na Declaração universal dos direitos humanos para que não haja qualquer tipo de discriminação ou distinção de ordem religiosa, ideológica ou de outra natureza, que venha prejudicar a situação prisional do recluso.

É por isso que devemos combater a prática de transformar o castigo penal num aparato de terror, como se fosse o único fim proclamado a ser cumprido.

Levou-me a escrever este artigo, pelo facto de termos verificado que o Sistema Prisional Angolano, vem sofrendo um profundo distanciamento da sua principal função, que é de ressocializar pessoas que foram condenadas pelos mais diversos tipos de delitos.

Tanto são os problemas do Sistema Prisional Angolano que, frequentemente a sociedade vem acompanhando, cada vez mais, através da mídia e não só, de casos chocantes de motins e rebeliões nos estabelecimentos prisionais, onde a tônica predominante é a violência, quer dos amotinados ou rebelados, quer, em algumas ocasiões, por parte dos organismos estatais destinados a debelar tais situações.

Com este artigo pretendo apresentar sugestões destinadas a fazer com que o Sistema Prisional Angolano venha adoptar todas as medidas referentes a finalidade das penas privativas de liberdade, tendo em última instância, não uma finalidade punitiva, mas sobretudo uma finalidade puramente educativa e profissional.

Embora acredito, com algumas reticências, que a **lei 8/08, Lei Penitenciária** é considerado por alguns doutrinadores como um grande avanço em termos de execução penal, sendo inclusive comparada às leis mais modernas dos chamados países mais desenvolvidos e mais democráticos em termos legais, mas o problema está na sua efectiva concretização por parte de quem de direito.

Entretanto, entendo, que a pena, em qualquer estrutura legislativa do mundo moderno, vai além do propósito de retribuição do acto injusto ou delituoso, haja vista que ninguém pode deixar de considerar a alta relevância do escopo preventivo de reintegrar o condenado na sociedade, intimidar os infractores potenciais e fortalecer a consciência jurídica de todos os integrantes do conjunto social.

Desta forma, me reporto num primeiro momento, demonstrando que a prisão tem a sua utilidade, como forma ressocializadora. Contudo, com o grande número crescente, da massa carcerária, deixa de ser eficaz. Ferindo assim, os Princípios sociológicos e jurídicos. O que não deixa de ser uma grande afronta aos direitos do homem, constitucionalmente garantidos pelo Estado.

Deveras, o Estado angolano deve melhor repensar uma solução urgente para a situação carcerária dos nossos irmãos reclusos.

Até agora acompanhamos todas às promessas infundadas feitas pelos, responsáveis máximos dos órgãos competentes que vela pela situação prisional a falarem de um sistema penitenciário, do qual visa principalmente, a ressocialização do recluso, como agente infractor, e do controle social, enquanto garantidos pelo sistema normativo tutelado pelo Estado.

Considerando também que, o próprio Sistema Penitenciário, acreditamos, foi projectado para dar esta garantia, tanto para a sociedade, bem como, para o próprio prisioneiro. Importa também lembrar que todas essas promessas estão falhas.

De facto, a Lei Penitenciária é moderna e avançada, e pensamos estar de acordo com a filosofia ressocializadora da pena privativa de liberdade. Porém, depois de tanta luta e tantos desacertos para que o país pudesse ter uma legislação que tratasse de forma específica e satisfatória sobre o assunto, o problema enfrentado hoje é a falta de efectividade no cumprimento e na aplicação da referida Lei.

A suposta finalidade das instituições consistia na reforma dos delinquentes por meio do trabalho e da disciplina.

Tinham objectivos relacionados com a prevenção geral, já que pretendia desestimular da vadiagem e da ociosidade.

Ao rever o estudo e origem da pena e suas causas iniciais e consequências que surgiram durante o período inicial até os dias de hoje, pode se ter em mente e verificar-se a preocupação constante com o ser humano, apesar de admitir-se sempre, através dos historiadores, doutrinadores e estudiosos de que existindo a prática de um ilícito penal, deve haver uma pena correspondente.

Assim é que várias teorias surgiram com os objectivos de justificarem e explicarem o verdadeiro fim da pena. A investigação do fundamento de punir e dos fins da pena distribui-se por três correntes doutrinárias:

As Teorias Absolutas: baseiam-se numa exigência de justiça. Ao mal do crime, o mal da pena, o que impera entre eles é a igualdade e o que é justo. O talião seria a expressão que mais fielmente se coaduna com esta corrente;

As teorias Relativas: Informam a pena como um fim prático: a prevenção geral ou especial. O crime a bem dizer, não é causa da pena, nas ocasiões para que seja aplicada. Ela não se explica por uma ideia de justiça, mas de necessidade social. A finalidade desta, é pois, a intimidação de todos para que não cometam crimes; é a ameaça legal. Caso o delito seja praticado, deve essa ameaça ser efectivada, com o que ainda aqui se intimida o cidadão;

As Teorias de carácter Utilitário: A pena não é considerada como vingança, mas deve inculcar temor no criminoso, para que não torne a delinquir.

Além das Teorias acima citadas, que representam as Correntes Doutrinárias referentes ao fundamento de Punir e aos fins da pena, podemos, para fins didácticos, citar mais uma teoria, que é a **Teoria Mista**, onde participam as ideias das Teorias Absolutas e Relativas, sustentando a ideia de que a pena deva ser retributiva, mas também deva agregar os fins de reeducação e intimidação do delinquent. Afirma o carácter retributivo da pena, mas também admite a sua função utilitária².

Nesse sentido, e, levando-se em conta que o encarcerado é, habitualmente, constituidor de família, essa família acaba paralelamente penalizada, do ponto de vista económico-financeiro e psicológico.

O resultado da Penitenciária atinge não somente o sujeito criminalizado, mas transfere-se aos familiares, por vias directas e indirectas. De forma directa, a criminalização em si já resulta em pelo menos duas privações relevantes para a família do agente criminalizado. A primeira delas é a privação da presença afectiva. O cárcere não aparta apenas o indivíduo dos seus familiares. E, esse afastamento é uma via de duas mãos em termos de sofrimento, já que a família, também fica privada da presença do encarcerado. A segunda é a privação da segurança económica, presente na maior parte dos casos, vez que é ele, encarcerado, na maioria das vezes, como já disse, o constituidor da família.

Finalmente, comprovado, portanto, por todas essas razões, a inoperância da pena de prisão, enquanto tratamento ressocializador do agente, e, temos a ruína de mais uma “*promessa declarada*” do Direito Penitenciário, enfim, do paradigma jurídico-penal vigente, sobretudo, em consequência do seguinte:

- a) A superlotação dos estabelecimentos prisionais em actividade acarreta a violência sexual entre os presos, a falta de higiene que ocasionam epidemias gastrintestinais, etc.;
- b) Presos condenados a regime semi-aberto recolhem-se à cadeia para repouso nocturno, gerando revolta entre os demais que não gozam destes benefícios;

² BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 1ª. Edição São Paulo. Edipro, 1999.

- c) Doentes mentais mantidos nas cadeias, contribuem para o aumento da revolta dos presos, os quais têm de suportar a perturbação durante o dia e no repouso nocturno, de tais doentes;
- d) As condições em que se encontram os estabelecimentos penais (superlotação, falta de higiene, violências sexuais, etc) não fazem mais do que incentivarem ao crime e a rebeliões.

Quando tratamos de rebeliões, devemos ter em mente que as prisões são cenários constantes de violações dos direitos humanos e consequentemente direitos dos presos.

São frequentes os enfrentamentos entre os presos e os carcereiros, assim como “ajustes de contas” entre os próprios presos.

O desespero destes, pelas condições às quais estão submetidas, acaba gerando conflitos, onde milhares deles amotinam-se para exigirem melhores condições de vida.

Estas rebeliões, podem ocorrer a qualquer tempo, bem como em qualquer sistema penitenciário. É o que evidenciamos, ocasionalmente, na Comarca de Viana em Luanda e outros estabelecimentos prisionais do país que, ao invés de reeducar os infractores, acabam por ensinar-lhes tácticas para aperfeiçoarem suas técnicas de desvio de conduta socialmente responsável.

No entanto, o que tem ocorrido na prática é a constante violação dos direitos e a total inobservância das garantias legais previstas na execução das penas privativas de liberdade. A partir do momento em que o preso passa à tutela do Estado ele não perde apenas o seu direito de liberdade, mas também todos os outros direitos fundamentais que não foram atingidos pela sentença, passando a ter um tratamento execrável e a sofrer os mais variados tipos de castigos que acarretam a degradação de sua personalidade e a perda de sua dignidade, num processo que não oferece quaisquer condições de preparar o seu retorno útil à sociedade.

Dentro da prisão, dentre várias outras garantias que são desrespeitadas, o preso sofre principalmente com a prática de torturas e de agressões físicas. Essas agressões geralmente partem tanto dos outros presos como dos próprios agentes da administração prisional.

Os abusos e as agressões cometidas por agentes penitenciários e por policiais ocorrem de forma acentuada principalmente após a ocorrência de rebeliões ou tentativas de fuga. Após serem dominados, os amotinados sofrem a chamada “correção”, que nada mais é do que o espancamento que acontece após a contenção dessas insurreições, o qual tem a natureza de castigo. Muitas vezes esse espancamento extrapola e termina em execução.

O despreparo e a desqualificação desses agentes fazem com que eles consigam conter os motins e rebeliões carcerárias somente por meio da violência, cometendo vários abusos e impondo aos presos uma espécie de “disciplina carcerária” que não está prevista em

lei, sendo que na maioria das vezes esses agentes acabam não sendo responsabilizados por seus actos e permanecem impunes.

Entre os próprios presos a prática de actos violentos e a impunidade ocorrem de forma ainda mais exacerbada. A ocorrência de abusos sexuais, espancamentos e extorsões são uma prática comum por parte dos presos que já estão mais “criminalizados” dentro da ambiente da prisão e que, em razão disso, exercem um domínio sobre os demais presos, que acabam subordinados a essa hierarquia paralela. Contribui para esse quadro o facto de não serem separados os marginais contumazes, os ditos altamente perigosos, e sentenciados a longas penas dos condenados primários.

Os presos que detêm esses poderes paralelo dentro da prisão, não são denunciados e, na maioria das vezes também permanecem impunes em relação a suas atitudes. Isso pelo facto de que, dentro da prisão, além da “lei do mais forte” também impera a “lei do silêncio”.

Outra violação cometida é a demora em se conceder os benefícios àqueles que já fazem jus à progressão de regime ou de serem colocados em liberdade os presos que já saldaram o cômputo de sua pena. Essa situação decorre da própria negligência e ineficiência dos órgãos responsáveis pela execução penal, o que constitui-se num constrangimento ilegal por parte dessas autoridades, e que pode ensejar inclusive uma responsabilidade civil por parte de Estado pelo facto de manter o indivíduo encarcerado de forma excessiva e ilegal.

Somam-se a esses itens o problema dos presos que estão cumprindo pena nas esquadras polícias, e que, por conta disso, acabam sendo tolhidos de vários de seus direitos, dentre eles o de trabalhar, a fim de que possam ter sua pena remida, e também de auferir uma determinada renda e ainda evitar que venham a perder sua capacidade laborativa.

O que se pretende ao garantir que sejam asseguradas aos presos as garantias previstas em lei durante o cumprimento de sua pena privativa de liberdade não é o de tornar a prisão num ambiente agradável e cómodo ao seu convívio, tirando dessa forma até mesmo o carácter retributivo da pena de prisão. No entanto, enquanto o Estado e a própria sociedade continuarem negligenciando a situação do preso e tratando as prisões como um depósito de lixo humano e de seres inservíveis para o convívio em sociedade, não apenas a situação carcerária, mas o problema de segurança pública e da criminalidade como um todo tende apenas a agravar-se.

A sociedade não pode esquecer que 95% do contingente carcerário, ou seja, a sua esmagadora maioria, é oriunda da classe dos excluídos sociais, pobres, desempregados e analfabetos, que, de certa forma, na maioria das vezes, foram “empurrados” ao crime por não terem tido melhores oportunidades sociais. Há de se lembrar também que o preso que hoje sofre essas penúrias dentro do ambiente prisional será o cidadão que dentro em pouco, estará de volta ao convívio social, junto novamente ao seio dessa própria sociedade.

Mais uma vez cabe ressaltar que o que se pretende com a efectivação e aplicação das garantias legais e constitucionais na execução da pena, assim como o respeito aos direitos do preso, é que seja respeitado e cumprido o princípio da legalidade, corolário do nosso Estado Democrático de Direito, tendo como objectivo maior o de se instrumentalizar a função ressocializadora da pena privativa de liberdade, no intuito de reintegrar o recluso ao meio social, visando assim obter a pacificação social, premissa maior do Direito Penal.

Num país onde há tanto para fazer; onde o voluntariado social é extremamente escasso, onde as ruas dos grandes centros continuam imundas, é um “grave erro ou mesmo um crime” desperdiçar tanta “mão-de-obra”, que, em vez de se redimir pelo trabalho se injecta nas cadeias.

Seria também necessário reforçar os já existentes incentivos às empresas que empreguem e insiram estes indivíduos no período pós cadeia.

Nós, cidadãos do século XXI, não podemos aceitar que a lógica das cadeias não tenha evoluído ao longo dos séculos... não podemos aceitar que os nossos presos continuem a MORRER nas cadeias; a morrer fisicamente com drogas, HIV e outras doenças infecto-contagiosas, mas também e sobretudo a morrer como homens e cidadãos deste país, sem que o Estado lhes dê uma hipótese de crescer, de VIVER e de construir um pouco do nosso grande e belo país: ANGOLA.

Pessoalmente, sou a favor de que, para a maior parte da nossa comunidade prisional (os indivíduos não perigosos para a comunidade), a sanção que a sociedade lhe deveria impor no sentido de reparar a sua falta, não deverá passar apenas pela estadia pura e simples na cadeia, em convívio com o sub-mundo do crime, mas sobretudo, pelo seu trabalho ao serviço da comunidade.

De tudo o que se redigiu até agora, posso concluir que, nas prisões para além de sucessivas violações dos direitos humanos, os principais problemas enfrentados são: a **superlotação**; a **deterioração das infra-estruturas carcerárias**; a **corrupção dos próprios polícias**; a **abstenção sexual e a homossexualidade e suas formas**; a **presença de tóxicos**; a **falta de apoio das autoridades governamentais nos problemas mais candentes dos reclusos**; as **rebeliões**; a **falta de apoio de uma legislação digna dos direitos do preso-cidadão**; a **falta de segurança pessoal capacidade para realizá-la**.

O Estado tem de recorrer à pena para reforçar as proibições, indicar o que é permitido e mostrar aos cidadãos que a observância aos mandamentos legais é absolutamente necessária para evitar, na medida do possível, acções ou omissões que ataquem as bases da convivência social. É a dosagem de vigor da pena que desperta na consciência de cada um o efeito inibidor da norma penal imperativa.

Há que punir, contudo, para que a pena não seja aplicada a quem não cometeu infracção e para que somente o seja na medida conveniente de quem a praticou, é necessário

apurar os factos, ouvir pessoas, examinar documentos, periciar, ponderar e julgar, no conjunto processual, com todas as garantias que tornam o processo criminal o hábil instrumento que possui o Estado, representando a sociedade, para chegar à uma justa solução.

Entretanto, entendo que a pena, em qualquer estrutura legislativa no mundo contemporâneo, vai além do propósito de retribuição do acto injusto, haja vista que ninguém pode deixar de considerar a alta relevância do escopo preventivo de reintegrar o condenado na sociedade e fortalecer a consciência jurídica de todos os integrantes do conjunto social. É por isso que devemos combater a prática de transformar o castigo penal num aparato de terror, como se fosse o único fim proclamado a ser cumprido.

Nos termos da Lei 8/08 de 29 de Agosto, do Sistema Prisional Angolano, os reclusos condenados devem ser classificados em graus de tratamento, designados por primeiro, segundo e terceiro grau.

Cada grau ou período de tratamento corresponde a um regime de vida prisional.

A *classificação em primeiro grau* implica a aplicação das normas do regime fechado, que é a situação em que se encontram os condenados, assim como os detidos sobre os quais concorram circunstâncias que motivam a classificação em primeiro grau dos presos condenados.

Neste regime, os reclusos permanecem pelo tempo necessário, sobre rigoroso controlo das actividades, devendo incidir um zelo especial na aplicação das medidas de segurança, em que o recluso esteja sujeito à cela individual, de modo a poder-se observar e avaliar qualquer reacção ou inadaptação que tendam à desordem ou insegurança do ambiente prisional.

Em segundo grau, correspondem a aplicação do regime ordinário, que é a situação em que se encontram os detidos e os condenados que aguardam classificação.

Os reclusos neste regime devem beneficiar de um ambiente adequado, devendo ser adoptado um calendário de actividades, facultativas ou obrigatórias, regidos pelos princípios de ordem e segurança que constituem o marco de sua convivência.

E a classificação *em terceiro grau*, que implica a aplicação das normas do regime semi-aberto. No semi-aberto que é a situação em que se encontram os condenados classificados em terceiro grau de tratamento, com regime de vida em semi-liberdade, dirigida à prestação dos meios adequados para uma incorporação social progressiva do recluso.

Aqui os reclusos são submetidos à actividades prisionais o dever de criar as condições adequadas à sua instalação, devidamente separados das utilizadas pelos regimes ordinário e fechado³.

³ Lei 8/08 Lei Penitenciária Angolana

No mesmo sentido, as preocupações e as buscas incessantes de medidas alternativas ao encarceramento de pessoas é uma constante a todos os estudiosos sobre o mesmo assunto.

Analisando-se tais medidas alternativas, podemos constatar que, existe um consenso em quase todos os países, no sentido de que certos tipos de infractores merecem a pena de prisão, ainda que a maioria dos Governos considerem o aprisionamento uma sanção que traz sérios e negativos efeitos ao infractor e à sua situação social. Trata-se também de uma sanção de alto custo financeiro e social.

O direito à educação e ao trabalho, que estão vinculados à formação e desenvolvimento da personalidade do recluso, são os direitos sociais de grande significação, pois o trabalho é considerado reeducativo e humanitário, colabora na formação do recluso, ao criar-lhe hábito de autodomínio e disciplina social e dá ao interno uma profissão a ser posta ao serviço da comunidade. Na participação das actividades do trabalho, o preso se aperfeiçoa e prepara-se para servir a comunidade. Porém, o nosso Sistema Penitenciário ainda mantém o trabalho como remuneração mínima ou sem remuneração, o que retira do trabalho sua função formativa e pedagógica e o caracteriza como castigo ou trabalho de escravo.

Continuando, propomos algumas medidas que consideramos adequadas para a modernização do Sistema Prisional Angolano. Algumas medidas que achamos existir em algumas partes do mundo e que também o nosso Estado deveria adoptá-las urgentemente:

- **Sentença Comunitária:** tal sentença é fundada no princípio de mostrar a importância de a sociedade partilhar o compromisso de reintegração social do infractor. De acordo com os pressupostos da sentença comunitária, o juiz define a ordem de *probation* (instrumento do Direito Penitenciário já aplicado com sucesso em vários países como Estados Unidos, Inglaterra e Japão), isto é, a liberdade com supervisão, justamente com representantes voluntários das comunidades cadastrados no tribunal. São esses representantes da comunidade que vão actuar em conjunto, no sentido de fazer com que o condenado realize serviços em benefício da sociedade, horário para sair e se recolher ao lar, não frequentar determinados ambientes e evitar envolvimento com outros infractores, com pena de ser encaminhado directamente para a prisão. A sentença comunitária, é, sem dúvida, uma excelente iniciativa.
- **Penas acessórias:** Destacamos entre estas penas: a inabilitação para o exercício de algum cargo, profissão ou ofício; confisco de objectos utilizados no cometimento do crime; suspensão ou cancelamento da licença para conduzir automotores; privação de alguns direitos; proibição de conduzir o próprio carro e encerramento de algum negócio que o mesmo pratica.

- **Perdão Judicial:** Entendemos que o perdão judicial deva ser cada vez mais utilizado em Angola, permitindo aos Magistrados poderes para concedê-los, com maior frequência, especialmente para os delinquentes juvenis, nas situações em que a pena privativa de liberdade não ultrapasse dois anos, desde que o beneficiado venha a cumprir uma série de requisitos que serão, relacionados, caso a caso, dependendo do tipo de ilícito penal, como por exemplo, os casos envolvendo infractores viciados em estupefacientes ilícitos e drogas afins.
- **Reparação à vítima:** A reparação à vítima não deverá ser utilizada somente como forma de substituição da prisão. Em alguns países, principalmente da Europa, a reparação ou indemnização do dano causado à vítima é considerada uma sanção penal autónoma, que evita a pena privativa de liberdade e está sempre em íntima relação com o emprego da pena de prestação de serviço em proveito da comunidade, em determinadas horas do conjunto da carga de trabalho semanal do infractor.

Não pode haver mais dúvidas de que o sistema penitenciário angolano, está rigorosamente falido, além de inútil como solução de e para os problemas da criminalidade, nele há um desrespeito sistemático aos direitos humanos garantidos pela Constituição, inclusive aos condenados.

Diante das lamentáveis condições penitenciárias, o discurso que prega a reclusão como forma de ressocialização de criminosos, ultrapassa a raiz da hipocrisia tolerável.

Urge por fim recomendar que além das medidas acima sugeridas, que possuem um carácter nitidamente técnico-jurídico, entendemos que investimentos devem ser realizados no Sistema Prisional Angolano, na necessidade de que **cada Unidade Prisional resguarde o interesse da Administração da Justiça e a permanência do preso em local próximo ao seu meio familiar.**

Uma outra recomendação que acho indispensável é a necessidade da **construção de mais Centros Prisionais**, e que deverá ter características eminentemente industriais, para capacitar os presos com várias qualificações profissionais em nível satisfatório, para poder descongestionar o elevado número de detidos nas actuais cadeias do país.

A outra recomendação acredito ser a mais importante, é o **respeito escrupuloso do preceituado na Lei 8/08 Lei Penitenciária**, que achamos ser uma Lei completa e moderna, faltando apenas o seu cumprimento rigoroso, principalmente no que concerne aos seus direitos e interesses não afectados pela condenação. E que haja maior apoio por parte das autoridades governamentais nos problemas mais candentes dos reclusos, tais como melhor assistência médica e medicamentosa, melhor acomodação, tratamento psicológico permanente e melhor formação académica e profissional.

Estas são as sugestões para a melhoria, modernização e humanização da situação carcerária em Angolano.

Referências Bibliográficas

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 1ª. Edição São Paulo. Edipro, 1999.

Lei 8/08, Lei Penitenciária Angolana

A ideia rawlsiana de razão pública: Limites e alternativas a partir de Habermas

Agemir Bavaresco¹

Francisco Jozivan Guedes de Lima²

Resumo: O artigo apresenta a concepção rawlsiana de razão pública, alguns de seus limites e uma possível alternativa a partir de Habermas. A razão pública é uma maneira de raciocinar em que os cidadãos, numa democracia, justificam suas decisões políticas. Para Habermas a razão pública rawlsiana delimita a esfera pública, isto é, reduz a religião à dimensão privada, excluindo-a da esfera política. O desafio é repensar a relação entre religião e democracia num contexto pós-secular, incluindo as doutrinas abrangentes razoáveis.

Palavras-chave: Razão pública. Cidadania. Religião. Pós-secularismo. Democracia.

Abstract: The paper presents the Rawlsian conception of public reason, some of its limits and a possible alternative from Habermas. The public reason is a way of thinking in which citizens in a democracy justify their policy decisions. For Habermas the Rawlsian public reason limits the public sphere, that is, reduces religion to the private dimension, excluding the political sphere. The challenge is to rethink the relationship between religion and democracy in a post-secular context, including the reasonable comprehensive doctrines.

Keywords: Public Reason. Citizenship. Religion. Post-secularism. Democracy.

Introdução

Em *Ideia de razão pública revista* (1999), Rawls compreende a razão pública enquanto fazendo parte de uma concepção de sociedade democrática constitucional bem ordenada. Tal ideia, como o próprio autor menciona, já tinha sido posta em *O Liberalismo Político* (1993) onde a razão pública – entendida como a característica fulcral de povos democráticos – foi conceituada como a razão dos cidadãos que compartilham o *status* da cidadania igual, e seu objeto precípua como sendo o *bem público*.³ Nesse sentido, a razão pública rawlsiana teria três características fundamentais: (i) é uma razão de cidadãos; (ii) seu objeto é o bem público e as questões precípua vinculadas à justiça (política); (iii) seus conceitos e natureza são públicos porque são fundamentados numa concepção política de justiça e não meramente em doutrinas abrangentes razoáveis.⁴

A razão pública numa concepção política de justiça é imprescindível em detrimento do pluralismo razoável (*resultado normal da cultura de instituições livres*), pois “os

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Paris I, professor e coordenador do PPG em Filosofia da PUCRS. abavaresco@pucrs.br

² Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). jozivan2008guedes@gmail.com

³ RAWLS, John. *O liberalismo político*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. Brasília: Editora Ática, 2000, p. 261.

⁴ *Ibid.*, p. 262.

cidadãos percebem que não podem chegar a um acordo ou mesmo aproximar-se da compreensão mútua com base em doutrinas abrangentes irreconciliáveis.”⁵ Na razão pública, as doutrinas abrangentes são substituídas por uma ideia do *politicamente razoável* dirigido aos cidadãos enquanto tais. Isso não significa dizer que a razão pública critique, ataque ou suprima as doutrinas abrangentes, mas apenas exige que elas aceitem os princípios de justiça inerentes ao regime democrático constitucional.

O consenso sobreposto (*overlapping consensus*) de Rawls propõe a unidade social na democracia constitucional a partir do conceito político de justiça. Assim, alcança-se o acordo entre doutrinas abrangentes em sociedades plurais. Habermas enfrenta o problema da religião na esfera pública, enquanto uma doutrina abrangente, introduzindo-a na discussão política, com a ressalva de traduzir argumentos não públicos para a linguagem política.

No que diz respeito aos limites da razão pública rawlsiana e à proposta de uma alternativa a partir de Habermas, este artigo irá se apoiar nos estudos de Luiz Bernardo Araújo sobre *pluralismo e justiça: estudos sobre Habermas*.⁶ Para Araújo o problema precípua da proposta rawlsiana é a questão da tradutibilidade, sobretudo, das razões religiosas e também das razões seculares (doutrinas morais e filosóficas) para uma razão pública. Nesse sentido, recorre à alternativa habermasiana de uma igualdade cívica numa era pós-secular.

1 – A ideia de razão pública

É tarefa da razão pública a explicitação básica dos valores políticos que medeiam a relação recíproca entre os governos democráticos e seus cidadãos. Governos não democráticos concomitantemente rejeitam a própria ideia de razão pública, porque embasam suas relações não numa concepção política de justiça, mas na amizade ou inimizade, ou numa *luta implacável* para impor ao mundo a sua verdade. O liberalismo político não compartilha desse exercício, pois, ao contrário, baseia-se na prioridade do justo sobre o bem.

A ideia de razão pública é estruturada a partir de cinco aspectos basilares:

(1) as questões políticas fundamentais às quais se aplica; (2) as pessoas a quem se aplica (funcionários do governo e candidatos a cargo público); (3) seu conteúdo como dado por uma família de concepções políticas razoáveis de justiça; (4) a aplicação dessas concepções em discussões de normas coercitivas a serem decretadas na forma de lei legítima para um povo democrático; (5) a verificação pelos cidadãos de que os princípios derivados das suas concepções de justiça satisfaçam o critério de reciprocidade.”⁷

A aplicabilidade da ideia de razão pública não se estende a todas as discussões políticas, mas estritamente às questões ligadas ao *fórum político público*, que é dividido em três

⁵ RAWLS, John. *O direito dos povos*, seguido de *A ideia de razão pública revista*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 174.

⁶ Cf. ARAÚJO. Esfera Pública e Pós-Secularismo. In: *Pluralismo e Justiça*. Estudo sobre Habermas. Loyola: São Paulo, 2010.

⁷ RAWLS. *O direito dos povos*, seguido de *A ideia de razão pública revista*, p. 175. [Essa mesma ressalva está presente *Em o liberalismo político*, p. 264].

partes: (α) o discurso dos juizes nas suas discussões, sobretudo daqueles que compõem um tribunal supremo (guardião da constituição); (β) o discurso dos funcionários de governo, enquanto pertencentes ao legislativo e ao executivo, (γ) e o discurso de candidatos a cargos públicos e de seus chefes de campanha.

Feita essa restrição, Rawls salienta a necessidade de se diferenciar a razão pública daquilo que ele chama *cultura de fundo*, que é a cultura da sociedade civil, isto é: a cultura das igrejas e associações de aprendizado em todos os níveis, especialmente universidades, escolas profissionais, sociedades científicas e outras.⁸ Outra distinção se dá entre *ideia* de razão pública e *ideal* de razão pública. O *ideal* consiste na concretização da *ideia* quando os juizes, legisladores, executivos, funcionários do governo e candidatos aos cargos públicos explicam e esclarecem aos cidadãos seus posicionamentos políticos. A isso o autor chama *dever de civilidade mútua entre cidadãos*.⁹

Mas como os demais cidadãos que não são *funcionários do governo* cumpriram o ideal de razão pública, isto é, o dever de civilidade? Rawls, baseando-se na ideia de contrato originário kantiano (*als ob*), afirma que tal ideal é efetivado quando os cidadãos, através do voto, referendo, etc., pensam em si mesmos *como se fossem* legisladores e, *ipso facto*, perguntam-se sobre quais estatutos seriam mais razoável decretar. Nesse sentido, são constituídos como *legisladores ideais* (moral) que repudiam os funcionários e candidatos a cargos públicos que violem a razão pública.¹⁰

A ideia de razão pública deve se assentar na relação entre a *concepção de cidadania democrática* e a *democracia constitucional*. Tal relação é arquitetada a partir de duas características fundamentais: (i) é uma relação com a estrutura básica da sociedade, uma estrutura em que entramos apenas pelo nascimento e da qual saímos apenas pela morte (*sociedade fechada*); (ii) é uma relação de cidadãos livres e iguais que exercem o poder político último enquanto corpo coletivo.

Essa relação deve facilitar aos cidadãos a *escolha de princípios políticos* razoáveis que satisfaçam o princípio da reciprocidade de dar e receber razões – (*relação de amizade cívica – algo próprio de uma sociedade cooperativa*) – e sobressaiam às diferenças próprias das doutrinas abrangentes dentro do pluralismo razoável, de modo que seus interesses particulares e barganhas não sejam elevados acima do bem público. “Os cidadãos, naturalmente, divergirão quanto a quais concepções de justiça política consideram razoáveis, mas concordarão que todas são razoáveis ainda que minimamente.”¹¹ Só assim a lei (a constituição) encontrará sua legitimidade pública (política) ao se basear nos princípios de justiça.

Como dito acima, a ideia de razão pública está vinculada à democracia constitucional bem ordenada, algo também compreendido como *democracia deliberativa*. Nela, os

⁸ Ibid., p. 177, nota 13.

⁹ Ibid., p. 178.

¹⁰ Ibid., p. 179.

¹¹ Ibid., p. 180.

cidadãos *deliberam e reveem* suas ideias sobre os elementos constitucionais essenciais e sobre as questões básicas de justiça não a partir do ponto de vista dos interesses privados, mas a partir de opiniões políticas (públicas). A democracia deliberativa é composta por três elementos essenciais: (i) a ideia de razão pública; (ii) uma estrutura de instituições democráticas constitucionais que especifique o cenário do legislativo; (iii) o reconhecimento e o desejo dos cidadãos em seguir a razão pública e concretizar seu ideal enquanto legisladores ideais.¹²

As implicações imediatas desses três elementos essenciais da democracia deliberativa são o *financiamento público de eleições* e o *provimento de espaço público para o debate em torno de questões políticas fundamentais* (transparência pública). “A deliberação pública deve ser possível [...] e livre da maldição do dinheiro. Do contrário, a política é dominada por interesses corporativos [...]”¹³ Além disso, outro pressuposto imprescindível da deliberação é a *instrução ampla* e a *informação dos cidadãos* para que assim tomem as decisões políticas e sociais de modo seguro.

1.1 – O conteúdo da razão pública

“(...) o conteúdo da razão pública é dado por uma família de concepções políticas de justiça, não por uma única. Há muitos liberalismos e visões relacionadas e, portanto, muitas formas de razão pública (...).”¹⁴ Nesse sentido, a justiça como equidade é apenas uma dessas concepções, e o liberalismo político não pode fixar uma *concepção favorita de justiça*, de modo que admite a concepção discursiva de Habermas, as visões católicas do bem comum e da solidariedade *quando expressas em termos políticos*.¹⁵ Três características devem modelar essas diferentes concepções: (i) uma lista de certos direitos e liberdades e oportunidades básicas; (ii) a prioridade desses direitos; (iii) que se assegure a todos os cidadãos os meios (mínimo social) para que façam uso eficaz de seus direitos.¹⁶

O conteúdo da razão pública deve ser embasado no princípio da reciprocidade, de modo que os cidadãos pensem em princípios sobre os quais outros cidadãos, livres e iguais, também poderiam endossar e que assim, como requer a posição original, o público e o imparcial sejam o foco. Isso também implica que os conteúdos da razão pública não sejam *imediatos* (decorrentes diretos das doutrinas abrangentes sem a mínima reflexão) e *fragmentários* (sem articular princípios, padrões, ideias e diretrizes).

Para Rawls, o conteúdo da razão pública deve ser determinado tendo em vista os *elementos constitucionais essenciais* que são (a) os princípios que especificam a estrutura geral do Estado e do processo político: as prerrogativas do legislativo, do executivo e do judiciário; e (b) os direitos fundamentais e iguais de cidadania (direito ao voto, à participação na política, liberdade de consciência e de associação, e as garantias

¹² Ibid., p. 183.

¹³ Ibid., p. 183-184.

¹⁴ Ibid., p. 185.

¹⁵ Ibid., p. 187.

¹⁶ Ibid., p. 186.

do império da lei).¹⁷ Nesse sentido, a decisão sobre tornar crime as relações homossexuais, exemplifica o autor, não é uma questão referente a um argumento secular ou religioso (*se é pecado ou contrário a um determinado bem*), mas algo vinculado aos estatutos legislativos que defendem os direitos civis de cidadãos democráticos livres e iguais (decisão político-constitucional).

1.2 – A religião e a razão pública na democracia

“Como é possível para os que sustentam doutrinas religiosas, alguns baseados na autoridade religiosa, a Igreja ou a Bíblia, por exemplo, assumir ao mesmo tempo uma concepção política razoável (...)?¹⁸ Como um fiel ou um não-religioso (um secular) pode endossar um regime constitucional, mesmo quando sua doutrina abrangente pode declinar?

O autor responde tais interpelações com dois argumentos centrais: (i) um regime constitucional (democrático) que visa assegurar os direitos e liberdades fundamentais para todas as doutrinas abrangentes razoáveis, exige que seus cidadãos aceitem as obrigações da lei que eles mesmos legitimaram enquanto legisladores ideais; (ii) não se deve mudar a Constituição tendo em vista o estabelecimento de uma dada hegemonia religiosa, pois do contrário os princípios de justiça deixariam de ser políticos e passariam a ser frutos de uma determinada doutrina abrangente.

1.3 – A visão ampla da cultura política pública

Rawls expõe esse tópico considerando dois aspectos: (a) o que doutrinas abrangentes razoáveis religiosas ou não-religiosas (seculares), podem ser introduzidas na discussão política pública, desde que suas razões e justificativas se pautem em *razões políticas adequadas* como *proviso* (cláusulas) e não unicamente em suas próprias doutrinas; (b) há razões positivas para se introduzir tais doutrinas na referida discussão, dentre elas, a de que os cidadãos reconhecem que suas doutrinas abrangentes possam colaborar endossando princípios de justiça.

Como as doutrinas abrangentes devem satisfazer tais pré-requisitos das razões políticas adequadas? Não deve haver restrições no que diz respeito sobre como as doutrinas abrangentes devem apresentar suas ideias, contanto que o proviso seja cumprido, isto é, que não se mude a natureza e o conteúdo da justificativa na própria razão pública. Se alguém luta por uma causa (abolicionismo, por exemplo) a partir de elementos religiosos, mas se esses elementos sustentam valores constitucionais básicos, é sinal que o proviso está sendo cumprido e, conseqüentemente, essa luta simboliza uma concepção razoável de justiça política.

Em síntese, a visão ampla da cultura política pressupõe que as doutrinas abrangentes razoáveis religiosas ou seculares, quando interessadas a participar do debate público, explicitem de modo *sincero* e *não manipulador* suas ideias facilitando assim a amizade

¹⁷ Id., *O liberalismo político*, p. 277.

¹⁸ Id., *O direito dos povos*, seguido de *A ideia de razão pública revista*, p. 196.

cívica não só entre os cidadãos como também entre as próprias doutrinas. Nessa visão ampla, cidadãos religiosos citam a parábola do *bom samaritano* (Lc 10, 29-37), sem se limitar a ela, mas “(...) prosseguem e dão uma justificativa pública das conclusões dessa parábola em função de valores políticos.”¹⁹

1.4 – Da família como parte da estrutura básica

A sociedade política enquanto sistema de cooperação indefinido (não um fim da história) tem como sua base reprodutora a *família*. Além de base reprodutora (*trabalho socialmente necessário*), o papel da família é a “(...) razoável e eficaz criação e o cuidado dos filhos, assegurando o seu desenvolvimento moral e educação para a cultura mais ampla.”²⁰

A razão pública se aplica à família porque que esta é objeto – mesmo que indireto – da justiça política. Indireto porque os princípios não se aplicam diretamente à vida interna da família (isso é deixado para o Direito da família, algo que se dá em outros estágios), como também, por exemplo, não se aplicam diretamente às igrejas legislando sobre eleição de bispos, cardeais, etc. Mas por outro lado, os princípios políticos de justiça asseguram que as igrejas não violem certos direitos e sejam tolerantes. Do mesmo modo, no âmbito familiar, asseguram que a mulher tenha os mesmos direitos que o marido, considerando, assim, as esposas enquanto cidadãs capazes de direitos e liberdades iguais.

Rawls nesse tópico traz para a reflexão a histórica divisão do trabalho interno à família tradicional, onde cabe a mulher a tarefa árdua e injusta de restritivamente criar e cuidar dos filhos. Sobre isso, cita J. S. Mill quando este no seu tempo denuncia *a família como sendo uma escola do despotismo masculino*, algo incompatível com os princípios democráticos.²¹ De fato, uma concepção política de justiça que defende direitos iguais não comunga com essa prática machista.

Uma das formas de compensar a mulher desse abuso seria, na visão de Rawls, pensar uma lei que considerasse o trabalho da esposa na criação do filho “(...) habilitando-a a uma parcela igual dos proventos que o marido recebe durante o casamento. Em caso de divórcio, ela deve ter uma parcela igual no valor acrescido dos bens da família durante o período.”²² Entretanto, o autor deixa claro que isso é objeto de legislação nos estágios decrescentes (legislativo e / ou judiciário) e não no nível de princípios (primeiro estágio).

1.5 – Questões sobre a razão pública

A primeira questão que Rawls se contrapõe é à acusação de que a ideia de razão pública limitaria irrazoavelmente as discussões e o debate políticos. O autor argumenta que o liberalismo político não é uma concepção individualista ou restritiva, porque seu alvo é

¹⁹ Ibid., p. 204.

²⁰ Ibid., p. 207.

²¹ Ibid., p. 211.

²² Ibid., p. 214.

a proteção dos vários interesses na liberdade, de associações e de indivíduos. “E também é um grave erro pensar que a separação de Igreja e Estado é primariamente para a proteção da cultura secular; naturalmente, ela protege essa cultura, mas não mais do que todas as religiões.”²³

A acusação acima decorre do fato de se interpretar a razão pública como uma concepção que arbitra sobre instituições e programas políticos em específico (oração nas escolas, por exemplo). Todavia, a razão pública é uma concepção “(...) sobre o *tipo* de razões em que os cidadãos baseiam seus argumentos políticos ao fazer justificativas políticas.”²⁴

A segunda questão diz que a razão pública é restritiva porque provocaria impasses. Para Rawls essa acusação é facilmente refutada porque o impasse é algo normal não só em questões de justiça, bem como nas ciências, no senso comum e na vida como um todo. “(...) a unanimidade de visões não deve ser esperada. A concepção política razoável de justiça nem sempre leva à mesma conclusão.”²⁵

O que a ideia de razão pública faz perante o impasse é prezar pela máxima imparcialidade. Nesse sentido, quando há um impasse no sistema jurídico, o juiz não pode recorrer às suas concepções políticas próprias; do mesmo modo quando há um impasse no que toca às decisões dentro de uma sociedade democrática, os cidadãos não podem deliberar baseando-se meramente em suas doutrinas abrangentes, mas guiando-se pelo critério da maioria e da reciprocidade.

Ainda sobre a questão do impasse, alguns, acusando a ideia de razão pública de ser restritiva, defendem que as pessoas deveriam apresentar suas razões a partir de suas doutrinas abrangentes razoáveis. Entretanto, Rawls argumenta que “como estamos buscando justificativas públicas para instituições políticas e sociais – para a estrutura básica de um mundo político e social –, pensamos nas pessoas como cidadãos.”²⁶ Isso também implica que não é tarefa da razão pública dar justificativas a pessoas e a grupos particulares até que sejam todos abrangidos e contemplados. A questão é de legislação e princípios no âmbito público. Daí se falar em *razão pública* ao invés de *razão privada* (distinção já feita por Kant / grifo meu).

Uma terceira questão diz que a razão pública é desnecessária às democracias bem estabelecidas (citam a europeia e a dos Estados Unidos como referências). Ela só seria aplicada a democracias visivelmente problemáticas e divididas (hostilidades entre doutrinas). Para Rawls isso é uma avaliação *sociologicamente defeituosa*. A harmonia e concórdia entre as doutrinas numa democracia por mais perfeita que seja não é uma condição permanente, mas sempre requer o comprometimento dos seus cidadãos com a razão pública e o cumprimento do dever de civilidade.²⁷

²³ Ibid. p. 218.

²⁴ Ibid., p. 217.

²⁵ Ibid., p. 222.

²⁶ Ibid., p. 224.

²⁷ Ibid., p. 228.

2 – Limites da ideia rawlsiana de razão pública e uma alternativa a partir de Habermas

Como tornar *tradutíveis* as justificativas das doutrinas abrangentes razoáveis religiosas e seculares dentro de uma razão pública embasada em conteúdos eminentemente políticos? Até que ponto os conteúdos das referidas doutrinas não são diluídos dentro de uma concepção política de justiça? Não seria esse problema da tradutibilidade uma limitação da ideia rawlsiana de razão pública? Como resolver esses impasses?

Acerca disso, nos seus estudos, Araújo erige o seguinte questionamento: será que um argumento religioso, baseado na autoridade de um livro sagrado ou na figura exemplar de uma tradição religiosa, consegue articular numa linguagem política os valores determinantes da crença que sustenta o argumento?²⁸ Para Rawls, como demonstrado anteriormente, isso só é possível traduzindo o conteúdo religioso visando à formatação de princípios políticos. É possível que essa tradutibilidade assuma um caráter meramente impositivo.

Outro aspecto passível de crítica é que a razoabilidade de cidadãos religiosos depende da tradução política de suas crenças básicas, a tal ponto que há uma cisão entre uma identidade religiosa (não pública) e uma identidade política (pública). Acerca dessa incompatibilidade questiona Araújo: “Não ocorre aqui uma distribuição assimétrica dos deveres de cidadania entre cidadãos crentes e seculares cada vez que irrompe um conflito de valores, uns ditos políticos e outros não políticos, na esfera pública secularizada de uma sociedade democrática pluralista?”²⁹

2.1 – Uma nova delimitação de fronteiras para o uso público da razão

A teoria discursiva habermasiana analisa o alcance e os limites da razão pública do liberalismo político em problemas como a inclusão de direitos culturais no sistema dos direitos democráticos, a tolerância religiosa e o papel da religião na esfera política pública. É precisamente o debate sobre o reaparecimento da religião na vida pública que sedimenta o conceito de *sociedade pós-secular*. Para refletir esse novo paradigma, o filósofo alemão adota um conceito universalista sensível às diferenças no Estado constitucional defendendo que a razão pública situa-se entre o “liberalismo cego” e o “multiculturalismo forte”, o “naturalismo” e a “religião”, portanto, entre o clássico debate entre fé e razão.

Habermas entende que o princípio da igualdade cívica exige a secularização do poder estatal, porém, isto não pode levar a uma “supergeneralização política de uma visão de mundo secularista”. Nesse sentido, na medida em que os cidadãos secularizados assumem o seu papel no Estado, não podem negar que as imagens religiosas de mundo possuem um potencial de verdade e “nem contestar o direito dos demais cidadãos religiosos de apresentarem contribuições às discussões políticas lançando mão da

²⁸ ARAÚJO. Esfera Pública e Pós-Secularismo. In: *Pluralismo e Justiça*: Estudo sobre Habermas, p. 159.

²⁹ Ibid., p. 160.

linguagem religiosa.”³⁰ Isto implica na inclusão de razões religiosas no debate político e na decodificação do potencial semântico das doutrinas religiosas em sociedades pluralistas.

O pensamento pós-metafísico, segundo Habermas, adota uma atitude ao mesmo tempo agnóstica e receptiva diante da religião, ou seja, estabelece uma mediação entre a interpretação restritiva do papel político da religião e as propostas revisionistas que atingem os fundamentos do Estado democrático de direito, propondo uma *nova delimitação de fronteiras*.

Ele mantém a separação entre a *esfera pública informal*, a qual abrange associações privadas, instituições culturais, grupos de interesse com preocupações públicas, igrejas, instituições de caridade etc., e a *esfera pública formal* dos parlamentos e dos tribunais, do governo e da administração. Ele estabelece uma *reserva de tradução institucional* para além do limiar que separa ambas as esferas, incluindo na esfera pública formal apenas argumentos seculares.

A ética da cidadania em Habermas diferencia-se do conceito de razão pública rawlsiano, no sentido que ele (Habermas) entende que a “deliberação pública favorece uma participação mais inclusiva e dinâmica dos cidadãos, religiosos e não religiosos, nas controvérsias em torno de temas políticos capitais.”³¹ O diferencial central é que aqui se admite a expressão de opiniões religiosas não traduzidas em argumentos políticos, mas que tem conteúdos de verdade no discurso religioso.

2.2 – Filosofia pós-metafísica entre a imanência e a transcendência

Habermas não tem uma atitude de hostilidade em face da fé religiosa e nem antirreligiosa, mas de indiferença, afirma Araújo. Alguns constatarem etapas na crítica habermasiana da religião. Por exemplo, Austin Harrington percebe três etapas: (i) de 1960-1970, um viés marxista; (ii) 1980-1990, abordagem durkheiminiana sobre o papel do sagrado na coesão social em sociedades tradicionais e modernas; (iii) após 2000, distanciamento da perspectiva secularista anterior.

É difícil classificar o autor, pois ele tem uma obra ampla, porém, constata-se nele a capacidade de uma crítica radical à religião e, ao mesmo tempo, uma abertura ao fenômeno religioso. Sua posição é crítica e receptiva, traduzindo-se numa “posição equilibrada entre o imanente e o transcendente, entre a desmitologização e o reencantamento do mundo.”³²

Ele usa a expressão “ateísmo metodológico”, chamado também de “agnosticismo metodológico” enquanto uma opção pós-metafísica para estudar o sentido da linguagem religiosa, porém insiste na diferença entre o discurso filosófico e religioso. “Pretendo afirmar, diz Habermas, a diferença metodológica entre os dois discursos. Uma filosofia

³⁰ Ibid., p. 164.

³¹ Ibid., p. 165.

³² Ibid., p. 170.

que ultrapassa os limites do ateísmo metodológico perde, a meu ver, a sua seriedade filosófica.”³³

Para ele, tanto a Filosofia quanto a Teologia não esgotam o sentido performativo da fé religiosa. A Filosofia, por sua vez, não consegue traduzir de maneira integral a linguagem religiosa, mas a assimila para o discurso argumentativo. A religião é um recurso semântico inspirador para a Filosofia, a qual “mesmo em sua figura pós-metafísica, não poderá desalojar ou substituir a religião.”³⁴ Ou seja, os discursos religiosos conservam potenciais de significação imprescindíveis ainda não aproveitados pela Filosofia e nem traduzidos para a linguagem e a razão públicas.

As religiões universais têm um núcleo de intuições morais tais como, o igual respeito entre as pessoas, a igual consideração e a integridade de qualquer cidadão merecedor de proteção. Enfim, elas têm o conteúdo essencial dos princípios morais incorporados ao direito dos povos.

2.3 – A persistência da religião na modernidade secularizada: um desafio cognitivo

A religião é interpretada por Habermas como um desafio cognitivo. Por isso ela precisa da verbalização. Trata-se de verbalizar o sagrado elaborando a experiência religiosa do mundo da vida. A teoria da religião habermasiana compreende o fenômeno religioso pela comunicação, sem cair num laicismo ou numa teologização de seu pensamento.

O agir comunicativo não é o equivalente profano da ideia de eternidade e nem se trata de uma teodiceia secularizada que englobaria a totalidade de aspectos das tradições religiosas sob a forma de síntese comunicativa superior. Segundo Araújo, “Para Habermas, a secularização não é sinônimo de ateísmo, mas um processo de aprendizagem urdido na própria esfera religiosa e sem desenlace antecipável pelo discurso filosófico (ou científico).”³⁵

Por isso a persistência da religião, num entorno secularizado, constitui-se num desafio cognitivo para a Filosofia. A teoria da evolução social de Habermas está baseada no método reconstrutivo, em que as modificações das estruturas das ‘imagens de mundo’ são relacionadas a um crescimento de saber que é analisado como um “processo de racionalização” para resolver os problemas surgidos ao longo da história.

E aqui se insere a importância inaudita dos sistemas religiosos de interpretação, que contém um potencial cognitivo não desprezível, a ponto de Habermas conceber a religião como dimensão imprescindível do aprendizado evolutivo, ou seja, como mecanismo vital no desenvolvimento da capacidade humana de conhecimento, de linguagem e de ação.³⁶

³³ Ibid., p. 171.

³⁴ Ibid., p. 173.

³⁵ Ibid., p. 178.

³⁶ Ibid., p. 181.

Considerações finais

As discussões em torno da ideia de uma razão pública num mundo pós-secular enfrentam o desafio de se tornar eficazes em sociedades plurais. O próprio Rawls reconhece isso quando diz que ocupou todo seu tempo com uma questão *torturante* que perpassa a contemporaneidade, a saber: Se há compatibilidade entre a democracia e as doutrinas abrangentes religiosas ou seculares, e, se é possível, como se dá tal compatibilidade?

Vimos que para responder a isso o liberalismo político de Rawls distinguiu uma concepção política de justiça *autônoma* das doutrinas abrangentes. Uma doutrina religiosa que se baseia na autoridade da Igreja ou da Bíblia, por exemplo, na é uma doutrina abrangente *liberal* como a de Kant e da Mill. Mas mesmo assim, tais doutrinas não estão alijadas do processo de reconhecimento e endosso dos princípios de justiça dentro de uma sociedade democrática.

Outro detalhe que o filósofo estadunidense fez questão de ratificar é que a *razão pública* é uma ideia política dirigida aos cidadãos enquanto tais e que seu conteúdo é dado pela *família das concepções políticas liberais* de justiça que satisfazem o *princípio da reciprocidade*. Não cabe à razão pública arbitrar ou imiscuir-se diretamente nas crenças e posições religiosas que sejam razoáveis, de modo que o liberalismo político rawlsiano não supõe uma *guerra entre religião e democracia*. Trata-se assim, de um liberalismo que se distancia do *liberalismo iluminista* que atacou veementemente o cristianismo ortodoxo.³⁷

Rawls está convicto que os conflitos entre a democracia e as doutrinas abrangentes religiosas razoáveis devem ser mitigados pela *tolerância* sob um duplo aspecto: (i) a *puramente política* expressa nos direitos de liberdade religiosa; (ii) a *não puramente política*, existente no interior das próprias religiões (ecumenismo e diálogo interreligioso). Há, entretanto, limites à reconciliação da razão pública a partir de três conflitos principais: (a) os que se originam das doutrinas abrangentes irreconciliáveis; (b) os que derivam das diversas posições de classe, etnia, etc.; (c) os que advêm dos ônus do julgamento.

O interesse precípua do liberalismo político é pelo primeiro conflito e, assim, sustenta que embora as doutrinas abrangentes sejam irreconciliáveis, os cidadãos dessas doutrinas podem compartilhar razões públicas voltadas para a concepção política de justiça.³⁸ Os princípios políticos de justiça ajudam a regular as diferenças econômicas e outras próprias do segundo conflito. O terceiro conflito seria atenuado pelo fato das pessoas aceitarem as consequências dos ônus do julgamento, algo que levaria à tolerância razoável dentro de uma sociedade democrática.

O impedimento claro para a efetivação da ideia de razão pública aconteceria por parte das doutrinas religiosas fundamentalistas e dos governos ditatoriais porque estes

³⁷ RAWLS. *A ideia de razão pública revista*, p. 230.

³⁸ *Ibid.*, p. 232.

concebem suas próprias ideias, verdades e posições como centrais e superiores aos princípios políticos de justiça. Tais doutrinas são por assim dizer irrazoáveis.

Rawls conclui sua reflexão em *A ideia de razão pública revista* salientando a assimetria entre *Uma teoria da justiça* e *O liberalismo político* no que diz respeito à ideia de razão pública. No primeiro, a razão pública advém de uma doutrina liberal abrangente. No segundo, a razão pública é *uma maneira de raciocinar a respeito de valores políticos compartilhados por cidadãos livres e iguais*.³⁹

No que diz respeito às contribuições habermasinas ao enriquecimento desse debate, pode-se concluir que em Habermas há uma transição precípua do ateísmo metodológico para o agnosticismo metodológico necessário à análise das sociedades pós-seculares. Ele mantém sua compreensão secular da modernidade através da racionalização das imagens religiosas de mundo, enquanto processo de aprendizagem. Porém, ele entende que uma sociedade pós-secular vive a tensão entre os elementos seculares e o fenômeno da religião.

A expressão pós-secular, usada por ele, presta às comunidades religiosas reconhecimento público pela contribuição funcional e compreensão normativa perspicaz que gera consequências no trato político entre cidadãos crentes e não-crentes. Esse reconhecimento público das religiões constitui uma alternativa precípua frente à limitada razão pública rawlsiana que concebe os discursos religiosos como meras doutrinas abrangentes e discursos pertencentes ao âmbito estrito do privado. A sociedade pós-secular abrange “a secularização da sociedade como um processo de aprendizagem complementar, levando a sério, por razões cognitivas, as suas contribuições para temas controversos na esfera pública.”⁴⁰

Para Araújo, a reviravolta pós-secular no pensamento habermasiano tem motivos teóricos e práticos: o primeiro refere-se ao debate sobre o ideal democrático de igualdade no liberalismo político de Rawls; o segundo, diz respeito à crescente instrumentalização da pessoa pelos avanços da biotecnologia e engenharia genética.

O pensamento pós-metafísico assume, portanto, uma dupla atitude perante a religião: “ele é agnóstico e está, ao mesmo tempo, disposto a aprender.”⁴¹ Habermas reconhece o potencial semântico das religiões que podem introduzir razões religiosas na discussão política com base numa ética da cidadania, em que os cidadãos participam na política num “processo de aprendizagem”, incompatível com um secularismo militante que Habermas rejeita de forma cristalina. Ele mantém a orientação secular, porém, toma distância de “uma visão de mundo secularista para consumir a passagem do ateísmo ao agnosticismo metodológico no seio do pensamento pós-metafísico.”⁴²

³⁹ Ibid., p. 235.

⁴⁰ ARAÚJO. Esfera Pública e Pós-Secularismo. In: *Pluralismo e Justiça*: Estudo sobre Habermas, p. 183.

⁴¹ Ibid., p. 184.

⁴² Ibid., p. 185.

La nostalgia del príncipe: La escena ausente en la constitución del sujeto político de Maquiavelo

Sergio Montecinos Fabio

Nada hay más cierto que el hecho de que todas las cosas tienen su final, pero, en general las que cumplen enteramente el ciclo que les ha sido asignado por los cielos son las que no han desordenado su cuerpo, sino que lo tienen regulado de modo que no se cambia, y si se altera, es para recibir salud y no daño.

Nicolás Maquiavelo

(Discursos sobre la primera Década de Tito Livio)

Resumen: El siguiente texto busca aproximarse a la constitución del sujeto político de Maquiavelo a través de la revisión de algunas de las circunstancias históricas y vitales que lo animan, así como de los referentes básicos que lo inspiran. A partir de allí se muestra cómo Maquiavelo no puede ser reducido al pensador de la “fría lógica del poder”, figura paradigmática del político moderno, sin dejar de hacer justicia a un aspecto esencial de su compleja producción teórica: la búsqueda de la restitución del ideal comunitario antiguo, búsqueda a la que pretendió, infructuosamente, subordinar la dimensión pragmática de la política.

Palabras clave: política moderna, crisis de una época, ideal comunitario antiguo, representación, conciencia histórica.

Abstract: This paper attempts to approach the constitution of the political subject of Machiavelli reviewing some vitals and historical circumstances that motivate them; also those models that inspire him. Since then shows how Machiavelli could only be reduced to a thinker of "cold logic of power" — paradigm of modern political— committing an injustice to one aspect of their complex theoretical production: the research to restore the ancient ideal of community, research to which tried unsuccessfully subordinate the pragmatic dimension of politics.

Key words: modern policy, crisis of an age, ancient ideal of community, representation, historical consciousness.

Planteamiento de la cuestión

Tras la lectura aislada de *El Príncipe* (MAQUIAVELO 2008) un diagnóstico posible, que emerge de un modo cuasi natural, es aquel que, en mayor o menor medida, viene a confirmar la opinión todavía hoy más difundida respecto del pensamiento de su autor: Maquiavelo es el pensador que expone con total desenfado la fría *lógica del poder*, y con ello abre el campo de aquello que denominamos como *ciencia política moderna*, entendida como un campo de conocimiento autónomo respecto a otras esferas del conocimiento humano, no tanto en los recursos categoriales que despliega (los cuales

hunden sus raíces en el pensamiento antiguo y provienen, además, de diversas disciplinas del conocimiento humano) cuanto en los propósitos que asigna a la reflexión política, la cual comienza a entenderse, desde *El Príncipe* (y más allá de las refutaciones de *antimaquiavélicos* como Federico el Grande, que más parecen confirmar el punto de vista de Maquiavelo¹), como una reflexión destinada a determinar los recursos y procedimientos necesarios para la adquisición, administración y conservación-ampliación de un poder hegemónico centralizado, con total independencia de un modelo ético que opere como base o principio de la reflexión, orientándola hacia cierta concepción del bien común que ponga, de este modo, límites a los recursos destinados a la consecución de los fines políticos —¿cómo un elemento particular puede adquirir la posición de universalidad dentro de una comunidad humana? En el círculo cerrado de esta pregunta se abriría el espacio político moderno, sin referencia a ningún valor que afecte la eficacia de esta ascensión a la universalidad.

Por otro lado, si, como sostiene Sauquillo, “la ‘escritura de la política’ es fundamentalmente una práctica de constitución de la propia subjetividad” (SAUQUILLO 1999, p. 244), entonces cabe preguntarse acerca de cuál es el sujeto político que emerge desde la escritura de *El Príncipe* (que no puede ser simplemente identificado con el sujeto político que se busca edificar en *Discursos*); y es ahí donde surgen paralelos bastante claros tanto con el monarca del Absolutismo (más allá del fundamento teocrático en que se fundamenta su poder y sucesión) como también, y en mucho mayor medida, con la idea de Estado secular (razón pública absoluta), que sólo emergerá como realidad social con posterioridad a la Revolución Francesa —idea de la cual aún seguimos, en cierto modo, siendo testigos. Ciertamente, en la idea de Estado secular opera una despersonalización en lo referente a la figura del poder, así como también una distancia respecto de los modos en que emergen sus componentes internos (bajo qué criterios puede un particular considerarse *legítimamente* como representante de la comunidad), empero, se sostienen también dos elementos decisivos: la centralización del poder hegemónico y su distancia respecto de un modelo extrínseco que le resulte normativo. Encontramos, de esta forma, aún más autorizada la opinión de Maquiavelo como un pensador eminentemente *moderno*, y no sólo moderno, sino también fundacional para la modernidad y un visionario hacia el cual debe remitirse toda teoría de Estado contemporánea en la medida en que pone de relieve tanto la condición técnica de la razón de Estado como el vínculo contingente (no natural ni teocrático) entre el poder y el gobernante (pensemos, p. ej., en autores tan disímiles como, Laclau, Gramsci, Žižek, Butler etc.).

De igual modo, encontramos esta opinión avalada en la obra del propio Maquiavelo —y no sólo en *El Príncipe* sino también en los *Discursos*. Y debe reconocerse que es una opinión correcta, muy próxima a los razonamientos del autor. Sin embargo, por su naturaleza formal, un razonamiento puede aplicarse a diversas situaciones sin que éstas guarden entre sí otro lazo que un cierto nivel de analogía; por tal motivo, esta opinión, que ve en Maquiavelo al precursor de algo que difícilmente pudo experimentar (sí empero imaginar), podría no lograr rescatar suficientemente un aspecto que puede, en cambio, resultar de suma importancia para una interpretación interna del pensamiento del autor, en la medida en que enfatiza una dimensión aporética y, en cierto sentido, trágica a partir de la cual se origina la subjetividad política que se expone en *El Príncipe* y en la cual esta subjetividad tendría su genuino campo de emergencia: una época de crisis, de agotamiento de las instituciones

¹ Vid. ARAMAYO 1999, p. 64ss.

que históricamente habían edificado el universo humano; un época de incertidumbre, donde los fundamentos se desvanecen y es imposible ya sostenerse de algún lado, y la armonía postulada entre Dios, el universo, el hombre, la ciudad, deja ya de pronunciarse; un época, también, en que nuevas formas de saber y nuevas instituciones están germinando lentamente, donde comienzan a manifestarse las raíces de un mundo diferente. Es en este instante coyuntural donde encontramos a Maquiavelo, quién intentó dar una respuesta suficiente al profundo vacío en el que se disolvía su mundo; pero no, como podría pensarse a partir de lo mencionado, con la mirada puesta en la creación de algo nuevo, sino todo lo contrario, con la mirada puesta en *el pasado*, en la gloria de aquella República Romana que contempló a través de los relatos de los antiguos, buscando allí aquel principio que su presente no podía otorgar: la *restitución en el presente de la comunidad política antigua*. Esto se anuncia ya en el Proemio al “Libro primero” de los *Discursos*:

(...) cuando se trata de gobernar la república, de mantener el estado, de gobernar el reino, organizar el ejército, llevar a cabo la guerra, juzgar a los súbditos o acrecentar el imperio, no se encuentra príncipe ni república que recurra a los ejemplos antiguos. Esto procede en mi opinión, no tanto de la debilidad a que ha conducido al mundo la presente religión, o del mal que el ocio y la ambición han causado en muchas provincias y ciudades cristianas, como de no tener verdadero conocimiento de la historia, y no extraer, al leerla, su sentido ni gozar del sabor que encierra. De donde nace que muchos lectores se complacen al escuchar aquella variedad de sucesos que contiene, sin pensar de ningún modo imitarlos, juzgando la imitación no ya difícil, sino imposible, como si el cielo, el sol, los elementos, los hombres, hubieran variado sus movimientos, su orden y sus potencias desde tiempos antiguos (Maquiavelo 1987 , p. 27).

Sabemos, sin embargo, que Maquiavelo no llegó a ver sus ideas puestas en práctica: expulsado del círculo al que se sentía unido por una inclinación vital, calumniado, sumido en la pobreza y condenado por el olvido, sólo puedo *esperar* que sus ideas sobre la naturaleza del Estado, del poder, del ser humano y su comunidad, pudieran alcanzar una plasmación en la realidad de la Italia del siglo XVI. Esta imposibilidad de restituir el antiguo orden, el gran fracaso de su proyecto político, es quizás un elemento privilegiado para aproximarnos a su pensamiento y también al gran enigma de un hombre que, con la mirada fija en lo que fue, logró vaticinar aquello que será.

La “Italia” de Maquiavelo

Sin ánimo de introducirse en el terreno de la historiografía, resulta bastante útil establecer, aún sumariamente, algunos elementos del mundo histórico *desde donde* emergió el pensamiento de Maquiavelo en la medida en que éstos nos proporcionan no tan sólo importantes señas para la comprensión de su obra, sino también, por sobre todo, nos señalan las intensiones específicas que el autor tenía con ésta, aspecto importante para pensar, p. ej., modos posibles de actualización de su pensamiento en el mundo contemporáneo.

Tal como retrata Chabod (Chabod 1984, pp. 49 ss.), el aspecto que para Maquiavelo condenaba la suerte de Italia era su carencia de unidad política. En lugar de ello, lo que existía era un cúmulo de estados regionales (oscilantes entre principados y repúblicas) que se caracterizaban tanto por su inestabilidad interna como por las rivalidades que tenían entre sí, de lo que resultaba una Italia débil,

víctima de su propia debilidad, manipulable por el papado y fácil presa de potencias extranjeras. Distingamos, pues, aspectos internos y externos de la Italia en la época de Maquiavelo.

a) Aspecto interno. Chabod advierte que “el príncipe era la creación suprema a que había arribado la historia italiana” (Chabod 1984, p. 49), con esto circunscribe la institución del principado en el marco de un proceso histórico que desembocó en el principado como medida para aplacar los conflictos internos dentro de las regiones italianas. Pues antes y durante el siglo XIV, cada región italiana encontrábase dividida en múltiples comunas, las cuales estaban internamente afectadas por un doble conflicto; por una parte, se encontraba la población con sus diversos sectores enfrentada entre sí por diversas disputas de poder, territoriales y económicas, regidas por un derecho consuetudinario que carecía de real efectividad y, por otra parte, enfrentadas en su conjunto con aquella figura que hundía sus raíces en el orden feudal y que, en virtud de su propia naturaleza, resistía a adaptarse a las condiciones de los nuevos tiempos (a la emergencia paulatina del ideal de vida burgués), los gentilhombres —representantes de los antiguos señores— dispuestos a defender el ideal de soberanía medieval (y a reclamar para sí ciertos territorios), el cual establecía un vínculo personal entre el soberano y el súbdito. Los dirigentes comunales (representantes de la burguesía emergente), cada vez se veían más impotentes frente a la constante presión de las clases populares y a sus propias disputas internas (partidos), y el fantasma del antiguo orden asechaba constantemente, creando un clima de inseguridad. De este modo, surge la necesidad que irrumpa, desde el interior de la comunidad una nueva forma de poder:

Al principio meros caudillos de partido, a quienes los hombres de su facción confiaban la dictadura para salvarse a sí mismos, los señores se mostraron pronto como los salvadores de la burguesía ciudadana obligada a renunciar a su predominio a causa de las acuciantes presiones de las clases inferiores, de la necesidad de encontrar remedio a la guerra civil y los trastornos financieros, de la exigencia de asegurar vida y propiedad, amenazada esta última especialmente en la comarca, día a día devastada por uno que otro proscrito; forzada, pues, a pedir la intervención definitiva en la vida pública de unos hombres a quienes a veces fortalecía el poderío económico, a veces el favor de las plebes rurales o urbanas, otras más a los feudos y las armas, y hasta todos estos motivos juntos, había procurado, nos obstante, salvar en cuanto le había sido posible su prístina autoridad (Chabod 1984, p. 49).

Encontramos, pues, en la génesis del principado dos elementos de suma importancia; i) por un lado, la necesidad de que un singular se identifique con la universalidad viene dada por las necesidades de un grupo particular específico, esto es, de aquella (nueva) clase dominante (burguesía) que, en virtud de las circunstancias —de la *fortuna*, diríamos con Maquiavelo—, había experimentado la fragilidad de su poder, lo cual lleva, como una medida destinada a conservarlo, a someterse a quien se encuentre en las mejores condiciones para asumirlo, ya sea en virtud de su riqueza, de sus alianzas, de la simpatía que despierte en los sectores subversivos, etc.. Esto, sin embargo, no concuerda del todo con el planteamiento de Maquiavelo —las circunstancias de emergencia del principado no tienen porqué ser idénticas a la concepción que aquél tiene de éste— puesto que él vislumbra el peligro existente, para la libertad de la comunidad, en que los intereses de una clase específica determinen el poder político del príncipe, llegando incluso a preferir, en tal caso, que éste se

encuentre del lado del pueblo y no de las clases privilegiadas pues “se debe poner como guardianes de una cosa a los que tienen menos deseos de usurparla” y éstas se caracterizan por “un gran deseo de dominar” mientras que aquél tiene “tan sólo el deseo de no ser dominado, y por consiguiente mayor voluntad de vivir libres, teniendo menos poder que los grandes para usurpar la libertad (Maquiavelo 1987, p. 41).” Como veremos posteriormente, uno de los aspectos ante los cuales Maquiavelo es especialmente sensible es el peligro que representa para la comunidad política la unión resultante entre la interioridad cristiana y el principio de individualismo característico de la burguesía, pues en el ser-para-sí de cada una de las partículas que componen la totalidad se encuentra inscrita su destrucción —lo excepcional es, bajo este supuesto, encontrar alguien que pueda identificarse plenamente con lo universal puesto que los humanos “aunque sean buenos y bien educados, pervierten su naturaleza (Maquiavelo 1987, p. 135).” No obstante, esto tampoco debe hacernos suponer que no existan intereses particulares a la hora de reconocer la autoridad del príncipe ya que “el principado es promovido o por el pueblo o por los grandes, según sea una parte u otra la que encuentre la oportunidad (Maquiavelo 2008, p. 72)”, menos aún que su figura suponga el fin de los conflictos entre los diversos sectores de la comunidad pues, por otro lado, ii) la figura del príncipe emerge, en un principado civil o república², como mediación entre los intereses en conflicto de las partes que componen la totalidad, de modo tal que sea posible cierto nivel de equilibrio entre las determinaciones contrarias que fluctúan de un lado a otro. Para Maquiavelo, la conflictividad al interior de la comunidad humana es algo irreductible, incluso positivo para ésta, pues mantiene las fuerzas sociales en constante movimiento y permite su fortalecimiento y desarrollo (evita de esta forma el temido ocio y la pasiva inercia que debilita espiritual y físicamente tanto las partes como el todo de una comunidad), junto con favorecer la mutua vigilancia entre las partes en conflicto y las medidas que reclaman cada una para sí, a partir de lo cual se hace evidente, para el legislador, la necesidad y naturaleza de una ley determinada: “(...) en toda república hay dos espíritus contrapuestos: el de los grandes y el del pueblo, y todas las leyes que se hacen en pro de la libertad nacen de la desunión entre ambos, como se puede ver fácilmente por lo ocurrido en Roma (...). No se puede llamar, en modo alguno, desordenada una república donde existieron tantos ejemplos de virtud, porque los buenos ejemplos nacen de la buena educación, la buena educación de las buenas leyes, y las buenas leyes de esas diferencias internas que muchos, desconsideradamente, condenan, pues quien estudie el buen fin que tuvieron encontrará que no engendraron exilios ni violencias en perjuicio del bien común, sino leyes y órdenes en beneficio de la libertad pública” (Maquiavelo 1986, p. 39).

De este modo, la figura del príncipe emerge como un modo de regular los conflictos interiores y dotar de unidad política a las diversas comunas de las regiones de Italia. Pero debe distinguirse entre la necesidad a partir de la cual surge la figura del príncipe y el rol que efectivamente desempeñó en tales circunstancias, pues “tal movimiento, que, de haber dado resultado, habría conducido efectivamente al Estado unitario en el sentido moderno, estaba destinado a fracasar en gran parte. No

² Maquiavelo distingue entre principados que no cuentan con la participación de los diversos sectores de la población, y aquellos que sí comportan instituciones que permitan representar los intereses en conflicto de cada sector (el modelo de República es Roma, donde existía el Senado, los Tribunos de la plebe y el gobernante, comportando dentro de sí las tres formas de gobierno distinguidas por Platón y Aristóteles: monarquía, aristocracia y democracia [vid. MAQUIAVELO 1986, pp. 31-37]). Llama a este último principado civil o república, mientras que los primeros sólo son denominados principados, distinguiéndose entre sí a partir de la forma en que son adquiridos por el príncipe y la naturaleza de su materia (vid., MAQUIAVELO 2008, caps. I, II, III, VII, VII, IX, XI).

porque la aparente unificación no se hubiese alcanzado, merced a una administración cada vez más igual y ordenada, sino porque, en el fondo, las cosas marchaban de otra manera (Chabod 1984, p. 53).” Efectivamente, la soberanía del príncipe, dado su carácter regional (territorial) y no personal, estaba, de algún modo, llamada a unificar políticamente no tan sólo las comunas sino también las diversas ciudades (e incluso regiones) de Italia. Pues a partir de una capital, en la que se centraba el poder del principado, debían anexarse diversas ciudades a través del establecimiento de una legislación común destinada a poner un orden administrativo que regulase la actividad económica y la repartición territorial de cada comuna y de cada ciudad. Sin embargo, tres elementos pusieron rápidamente freno a este ideal de principado, llevando muchas veces a la caída los príncipes. Pues, por una parte, cada comuna seguía manteniendo su legislación interna que, aunque ineficaz, se mostraba mucha más arraigada en las costumbres de los habitantes, los cuales reconocían autoridad en el príncipe como persona, pero no en la institución de la ley pública ni tampoco en las instituciones burocráticas diseñadas a partir de la administración del príncipe (seguía existiendo un vínculo personal con el soberano, más próximo al mundo feudal que a un Estado regional). En este mismo respecto, la figura del príncipe se mostraba como artificiosa y pasajera, sin ningún vínculo esencial —salvo el interés para sí de cada sector de la comunidad, que es bastante voluble— con la historia de la comunidad de la cual era soberano, por lo que tampoco existía una alma en común que pudiese unificar y fortalecer espiritualmente a la región, establecer lazos interiores allí donde los exteriores amenazaban con disolverse.³ Por otra parte, existían diversos principados enfrentados entre sí, ninguno demasiado fuerte como para apoderarse de los otros, lo que, sumada la doble influencia de la iglesia⁴ en las relaciones internas entre los principados, daba como resultado una proliferación de minúsculas batallas, la mayoría diplomáticas (el propio Maquiavelo fue parte del cuerpo diplomático de Florencia), llenas de traiciones, triunfos transitorios, exilios, alianzas, tratados tan absurdos como efímeros, etc., que sólo contribuían a la división de los gobiernos y al hastío de los habitantes del territorios, los cuales se entregaban al ocio, al escepticismo, al miedo o simplemente a las actividades individuales o gremiales de cada uno, sin prestar mayor atención a la vida política de la comunidad mientras no interfiriera directamente con sus negocios. En definitiva, existe, en la Italia de Maquiavelo, corrupción tanto en el nivel de los ciudadanos, como en el nivel de los gobernantes, de donde se deduce “la dificultad o imposibilidad que existe (...) para mantener una república o crearla de nuevo, y si, a pesar de todo, la hubiese de crear o mantener, sería necesario que

³ “Una gran tradición, un alma grande para el Estado, era algo que el Medioevo italiano no había podido ofrecer, como no fuera en las restringidas glorias municipales, de suerte que, cuando los hombres tenían que recurrir al pasado para recuperar alguna memoria, para buscar un lejano vínculo que les uniera, no se abría paso ninguna figura, salvo, quizá, la de algún emperador convertido en símbolo de grandeza. No se ofrecía ningún recuerdo con estirpe que recogiera en sí la emoción del pueblo, obligada a volcarse fuera de su vida íntima. Cuando al fe comunal vino a menos, y el imperio y el papado no pudieron ya sostener esa vida espiritual del pueblo, ella se desplomó y se quebró” (CHABOD 1984, p.57).

⁴ “Y como muchos opinan que el bienestar de las ciudades italianas nace de la Iglesia Romana, quiero contradecirles con algunas razones, sobre todo con dos muy poderosas que, a mi juicio, no se contradicen entre sí. La primera es que por lo malos ejemplos de aquella corte ha perdido Italia toda devoción y toda religión, lo que tiene infinitos inconvenientes y provoca muchos desordenes; porque así como donde hay religión se presupone todo bien, donde ella falta sucede todo lo contrario. Los italianos tenemos, pues, con la Iglesia y con los curas esta primera deuda: habernos vuelto irreligiosos y malvados; pero tenemos todavía una mayor, que es la segunda causa de nuestra ruina: que la iglesia ha tenido siempre dividido a nuestro país. *Y realmente un país no puede estar unido y feliz si no se somete todo él a la obediencia de una república o un príncipe*, como ha sucedido en Francia y en España. Y la causa de que Italia no haya llegado a la misma situación, y de que no haya en ella una república o un príncipe que la gobierne. Pues residiendo aquí y teniendo dominio temporal, no ha sido tan fuerte ni de tanta virtud como para hacerse con el dominio absoluto de Italia y convertirse en su príncipe, pero tampoco ha sido tan débil que no haya podido, por miedo a perder su poder temporal, llamar a un poderoso que la defiende contra cualquiera que en Italia se vuelva demasiado potente” (MAQUIAVELO 1986, p. 69, agréganse cursivas).

se inclinase más hacia la monarquía que hacia el estado popular, para que los hombres cuya insolencia no pueda ser corregida por las leyes sean frenados de algún modo por una potestad casi regia (Maquiavelo 1986, pp. 86-87).”

b) Aspecto externo. Las repercusiones externas de la corrupción de Italia completan el desolador panorama. Pues mientras que una comunidad política virtuosa, unificada, tiende como mínimo, para Maquiavelo, a mantener seguras sus fronteras y verse libre de la influencia de otras comunidades, una comunidad política corrupta se muestra débil en su defensa y propensa a recibir influencias del resto de las comunidades con las cuales debe, de alguna u otra forma, relacionarse. Esto se muestra claramente en dos circunstancias específicas, claves para la política exterior tanto de un principado como de una república: la toma de deliberaciones y la defensa armada. En lo que refiere a la toma de deliberaciones, Maquiavelo plantea que “el peor defecto que tienen las repúblicas débiles es que son irresolutas, de modo que todas las decisiones las toman por fuerza, y si alcanzan algún bien, lo hacen forzados y no por su prudencia (Maquiavelo 1986, p. 125).” Resulta evidente que un Estado regional lleno de conflictos internos, con un poder tan disperso como corrupto y con dirigentes que buscan medidas en beneficio propio, no pensando directamente en el mantenimiento de la unidad política, las resoluciones que, llegado el caso, deben tomarse se vuelven objeto de una deliberación compleja que se contrapone a la *oportunidad*, que, podría considerarse, es la única posibilidad que la fortuna otorga para que la virtud logre imponérsele.⁵ Por consiguiente, la elección que se dilata es víctima de la fortuna, lo que en el fondo sólo expresa que aquel Estado que no es capaz de actuar en el momento preciso a través de decisiones unívocas, kairológicamente, es preso de circunstancias que le exceden por completo, en este caso, de las deliberaciones de aquellos otros Estados con los que se relaciona.

Esta debilidad manifiesta en la toma de decisiones, se patentiza aún más en lo que respecta a la defensa de la comunidad política frente a potencias extranjeras amenazantes. Maquiavelo piensa de tal modo la vida política de una comunidad, que la formación de un ejército propio y poderoso viene a ser tanto la cúspide como la base de un modelo de organización determinado por la virtud.⁶ Es la cúspide porque presupone, como aspectos constituyentes del ejército, una población unida, numerosa, conforme, fuerte y organizada, lo que, a su vez, requiere el nivel de estabilidad política que sólo un buen ordenamiento legislativo puede otorgar: “donde hay buenas armas siempre hay buenas leyes (MAQUIAVELO 2008, p. 82).” Un buen ejército, por tanto, es el reflejo de una población conforme, al menos en aquellos aspectos políticamente esenciales, que permiten que aquella se *reconozca* como parte de una comunidad (lo particular se reconoce en lo universal a la vez que lo universal se expresa en sus partículas) y esté dispuesta a hacer frente al enemigo, bajo las órdenes y formación de quien reconoce como su gobernante, para defender las costumbres (*ethos*) y la libertad que considera como *propia*. Es, por otra parte, la base de la comunidad política en la medida en que ejerce un efecto retroactivo en la propia comunidad que lo produce ya que i) asegura el

⁵ Señala Maquiavelo en referencia a los grandes soberanos presentes en la historia: “(...) Considerando sus acciones y su vida, se ve que no eran deudores de la fortuna, sino de la oportunidad, la cual les proporcionó la materia en la que poder introducir la forma que les pareció más conveniente” (MAQUIAVELO 2008, p. 55).

⁶ “No puedo negar que la fortuna y la milicia fueran causas del imperio romano, pero creo que no se dan cuenta de que, donde existe un buen ejército, suele haber una buena organización, y ahí raras veces falta la buena fortuna” (MAQUIAVELO 1986, p. 39). “(...) Como este amor y este valor no pueden nacer en otros, sino en tus súbditos, es necesario, si se quiere conservar el poder, si se quiere mantener una república o un reino, formar un ejército con los propios súbditos, como veremos que hicieron todos los que han logrado grandes éxitos con las armas (MAQUIAVELO 1986, p. 136).”

mantenimiento de la libertad de la comunidad frente a posibles intervenciones extranjeras (la ley, en último término, produce al ejército, pero es el ejército quien sostiene la ley) y ii) se perfila como un símbolo de cohesión y seguridad para los habitantes de la comunidad, que se sienten tan protegidos como representados por el ejército (efecto que, como sostiene Maquiavelo, se incrementa con las glorias militares inscritas en la memoria de un pueblo determinado [vid. Maquiavelo 2008, cap. XXI]): “no puede haber buenas leyes donde no hay buenas armas (Maquiavelo 2008, p. 82).”

Considerando lo expuesto, tórnase manifiesto que para Maquiavelo el poder, tanto de un principado como de una república, radica en el ejército *propio* (vid. MAQUIAVELO 2008, cap. X), y que allí donde no se encuentre una población numerosa, dispuesta a enfrentarse para la defensa de su comunidad, ni donde haya leyes que organicen tal comunidad según sus necesidades fácticas y espirituales, ni tampoco exista un poder centralizado capaz de asegurar la cohesión y dirigir eficazmente al ejército, difícilmente se construirá una comunidad capaz de enfrentarse a potencias extranjeras ni resistir la influencia política y cultural de otras comunidades. Esto, precisamente, era lo que ocurría en la Italia de Maquiavelo: una población desalmada, sin fortaleza; leyes corruptas fundadas en el interés particular de sectores específicos;⁷ un ejército insignificante, la mayoría de las veces compuesto por tropas mercenarias o auxiliares;⁸ en suma, una comunidad desarticulada donde, no obstante, podía evidenciarse la necesidad de articulación, que es justamente aquella idea que Maquiavelo expone constantemente en sus reflexiones. Pues no se trata simplemente de una idea presente en la sola cabeza de aquel que la piensa (no es un postulado abstracto), sino que esta idea se encuentra expuesta, como *carencia*, en la realidad a partir de la cual nacen sus pensamientos; sin embargo, como reconocemos en Maquiavelo, la materia desarticulada que reclama un procedimiento sintético (unitario), esto es, un gobierno centralizado, racional y vigoroso (tales son algunos atributos de la virtud), se resiste a la toda articulación y, por tal motivo, el mundo de Maquiavelo está regido por los “malos tiempos”, donde tanto la comunidad como el gobierno se hayan a merced de la fortuna, y ésta se muestra implacable ante la debilidad que ambas esferas exponen.⁹ Algo *falta*, algo capaz de revertir, por medio de la virtud, las determinaciones negativas de la fortuna, y Maquiavelo buscará esa falta en un horizonte doble: la subjetividad individual de un príncipe virtuoso dispuesto a tomar la decisión política apenas se manifieste la oportunidad de someter a la fortuna, introduciendo *forma* en la *materia*, y la remembranza histórica de una comunidad (sujeto intersubjetivo) en que la forma de gobierno encontrábase en armonía con la materialidad social que la producía, de modo tal que la *autarquía* de la república era efectiva.

⁷ En referencia a los dirigentes de Florencia, Maquiavelo señala: “(...) éstos nunca han organizado pensando en la utilidad común, sino en sus propios intereses, lo que ha producido no un nuevo orden, sino un mayor desorden en aquella ciudad” (MAQUIAVELO 1986, p. 148).

⁸ Numerosas indicaciones nos proporciona Maquiavelo en este respecto, así p. ej.: “(...) la actual ruina de Italia no tiene otro origen que el haber descansado por espacio de muchos años en las tropas mercenarias” (MAQUIAVELO 2008, p. 82). “Solamente son buenas, solamente son seguras, solamente son duraderas, aquellas formas de defensa que dependen de ti mismo y de tu propia virtud” (MAQUIAVELO 2008, p. 133). “(...) Un príncipe o una república deben recurrir a cualquier otro partido antes de conducir a su país, para su defensa, a tropas auxiliares en las que deberá confiar enteramente, pues cualquier pacto, cualquier condición que le imponga el servicio, por dura que sea, le resultará más llevadera que eso” (MAQUIAVELO 1986, p. 247).

⁹ “(...) el pueblo se ha convertido en vulgo disperso que sólo aguarda el «acontecimiento de la cosa», una masa amorfa (...); la nobleza (...) ha perdido toda unidad de clase, todo egoísmo de casta y toda prevención de estirpe: es una variopinta mezcla de individuos que quieren oprimir al pueblo y no son capaces de ello (...), y carecen de energía suficiente para defenderse por sí mismos. Se envilecen grandes y plebe, en la astucia calculadora de poca monta, en la contienda fragmentaria carente de la mínima seriedad de un motivo determinado e incluso de la grandeza formal del heroísmo personal: ésta es la materia que, servilmente, aguarda la virtud del príncipe capaz, «con sus órdenes», de animar lo universal e infundir vida allí donde sólo hay un oscuro vegetal de sentimientos indefensos” (CHABOD 1984, pp. 28-29).

El modelo de comunidad política

Retomaremos el último punto señalado más adelante, ahora es necesario aproximarnos a un aspecto determinante para comprender la producción teórica de Maquiavelo. Para tal objetivo, valgámonos de las siguientes citas:

(...) de una experiencia muy rica, variada y entrelazada por elementos muy diversos, extrae Nicolás los detalles de su cuadro. Por donde, en ese ajustarse del pensamiento que teoriza y expone ordenadamente sus máximas, con tranquila seguridad, puede advertirse cómo fluye en el fondo una realidad viva y concreta, oyéndose continuamente los ecos de la nota histórica que pasa sin tropiezos a la afirmación incisiva y casi autoritaria; *y no puede discernirse ya con exactitud qué corresponde a la experiencia y qué se superpone a la imaginación, ni puede separarse la voz del mundo de la lógica, y luego, del alma.* / Hay aquí la frescura y el vigor de la acción menuda, cogida de lo vivo y fijada ora en una imagen, ora sutilmente velada por el precepto rápido y claro; hay así mismo, la capacidad de asir, de los acontecimientos, los elementos predominantes, para analizarlos con serena cautela, y, finalmente, hay *imaginación, la cual, así como le ha permitido concebir la posibilidad de El príncipe, ahora, en el trabajo, le consiente recoger todas las noticias y reflexiones dispersas, refundirlas en una unidad absolutamente imprevista, y transformarla en nueva, aunque sólo anhelada, experiencia política* (Chabod 1984, p. 29, agréganse cursivas).

(...) lo que [en Maquiavelo] parece agudeza técnico-retórica es más bien complejidad desesperada. Al fin y al cabo, observamos aquí la forma degenerativa por la que muere el Renacimiento: el manierismo, la proliferación aparentemente maestra de un saber sostenido por el genio del artista, en este caso el dominio formal del razonamiento. Finalmente, todo el discurso resulta abstracto, pues carece de ese contacto formidable con las nuevas fuerzas de la realidad histórica que había de brindarle la descarnada potencia de la ciencia moderna (Villacañas 1999, p. 34).

La imagen común que envuelve a Maquiavelo, lo considera como una suerte de astuto racionalista, cuya lógica implacable está al servicio de la apertura y conservación de la esfera del poder. Esta imagen nos parece completamente legítima, aunque insuficiente. Insuficiente para dar cuenta de la complejidad inmanente al pensamiento de Maquiavelo (no entraremos en un área de análisis de la personalidad de autor, que si bien resulta interesante no es determinante para la argumentación), pero por sobre todo para dar cuenta de las relaciones que tenía con aquel cúmulo de transformación, desintegración e incertidumbre que era su mundo. La implacable lógica de Maquiavelo, aquel ejemplo de razonamiento pragmático y previsor, viene a ser la manifestación de un impulso que excede el ámbito de lo lógico y nace como respuesta espiritual a la serie de acontecimientos de los cuales fue testigo “privilegiado” (no estamos seguros de que la lucidez sea un privilegio, sí en cambio conscientes de su necesidad e importancia). Frente a una Italia desarticulada, Maquiavelo sueña con una Italia unida (un sueño que, como veremos a continuación, es muy distinto al de los utopistas), y es al servicio de ese sueño que pone su *imaginación*, la cual logra establecer una síntesis entre el conocimiento histórico de su presente y pasado, la racionalidad lógica de su agudo intelecto,

y el legado físico-psicológico-filosófico de la antigüedad para proyectarlos en función de *lo posible*, de un acontecimiento que produjese una transformación política fundamental a partir de la cual fuese posible enmendar el ciclo vital de Italia que, por fortuna, hallábase errante, taciturno y envejecido. De acuerdo con lo expuesto, podría sostenerse que es la imaginación aquello que impulsa y fundamenta la racionalidad de Maquiavelo, aun cuando puedan efectivamente escindirse ambas esferas en su aplicación, en su análisis, y en el mismo Maquiavelo; el texto de Villacañas no hace sino radicalizar la posición que hemos adoptado, en la medida en que ve en aquel impulso fantástico un recurso desesperado ante las circunstancias; un recurso que comprimió y desplegó los elementos legados por la larga tradición debido, justamente, a la desazón que producía aquel futuro incierto, aferrándose a los vestigios allí donde el albor de la nada que presagía una nueva era encandilaba aquellos ojos cansados de la vieja historia; lo sorprendente es que, a pesar de esto, Maquiavelo sigue siendo una *apertura* hacia el mundo Moderno, como veremos posteriormente. Con todo, podría legítimamente dudarse de la visión que aquí se sostiene, sin embargo, tal refutación corre el riesgo de no ver algo que se torna evidente cuando se lee el último capítulo de *El Príncipe*,¹⁰ a saber, que la lógica está determinada por la intención política y que, por lo tanto, la lógica no es *idéntica* con la política (la política la comporta como momento, pero no se reduce a ella); una *idea* determina la pretensión del poder, la escisión entre moral y política opera al interior de esta idea.

No se debe, en consecuencia, dejar pasar esta oportunidad para que *Italia encuentre, después de tanto tiempo, su redentor*. No puedo expresar con qué amor sería recibido en todos aquellos territorios que han padecido estos aluviones extranjeros, con qué sed de venganza, con qué firme lealtad, con qué devoción, con qué lágrimas. ¿Qué puertas se cerraran? ¿Qué pueblos le negarían la obediencia? ¿Qué envidia se le opondría? ¿Qué italiano le negaría su homenaje? A todos apesta esta bárbara tiranía. Asuma, pues, la ilustre casa vuestra esta tarea con el ánimo y con la esperanza con que se asumen las empresas justas, a fin de que bajo su enseñanza se vea ennoblecida la patria (...) (Maquiavelo 2008, p. 142, agréganse cursivas).

La pregunta que emerge a partir de esta consideración apunta hacia el lugar desde donde Maquiavelo establece el vínculo entre *libertad y unidad de la comunidad política* o, de otro modo, cómo establece el ser de la (comunidad) política; cuál es el modelo que determina el sentido de sus reflexiones (sobre todo en los *Discursos*). Como se ha mencionado, la mirada de Maquiavelo es una mirada que observa el presente bajo el prisma de su conocimiento del pasado; este hecho queda de manifiesto con la sola lectura de *El Príncipe*, pero se refleja en toda su dimensión en los *Discursos*. Podríamos decir que las premisas del juicio hipotético que se encuentra a la base de la reflexión de Maquiavelo se expresan en las siguientes palabras: “(...) Si se leyera adecuadamente las cosas pasadas y se meditase sobre las presentes (...) (MAQUIAVELO 1986, p. 247).” De alguna manera, tal como él mismo reconoce, su obra tiene el objeto de rectificar el conocimiento de los antiguos de modo tal que pueda servir de base para las transformaciones requeridas en el presente (hecho que requiere una determinada concepción del tiempo, de la historia y de la naturaleza humana, como veremos a continuación), esto, sin embargo, exige determinar qué es aquello que ve en la antigüedad, y es aquí donde debe establecerse aquella distinción establecida por Berlin (1992, pp. 85 ss.) que

¹⁰ “(...) y sobreviene la exhortación final, implícita ya en este análisis lógico e imaginativo de la fortuna, e implícita asimismo, en todo el tratado de la primera a la última deducción, desde la nota más fugaz hasta la más deliberada teorización” (CHABOD 1984, p. 32).

viene a complejizar —no eliminar, siguiendo a Villacañas (1999)— la relación entre política y normatividad ética, o entre política y la pregunta que busca fundamentarla a partir de una determinación suficiente de la idea de *bien*. Pues Berlin sostiene que en Maquiavelo no opera un divorcio entre ética y política, sino entre dos clases de éticas perteneciente a mundos históricos diferentes: el ideal pagano del mundo antiguo, y la conciencia interior-individual del mundo cristiano.¹¹ A partir de esto, es posible pensar que aquello visto por Maquiavelo en el mundo antiguo son dos aspectos de una misma cosa: por un lado, los fundamentos teóricos de aquel ideal de bien y, por otro, su realización fáctico-espiritual; hablamos, pues, i) de la sabiduría que los griegos expusieron a través del concepto, y ii) la realización política de la República romana. Comenzaremos por el segundo aspecto.

ii) El segundo aspecto señalado es bastante evidente en la lectura de los textos de Maquiavelo, a pesar de que él no reduce su amplio número de ejemplos ejemplares exclusivamente a lo acontecido en Roma; esto, empero, no impide apreciar la inclinación y veneración que tiene por aquella época. Es Roma *el* modelo de civilización que debe regular las acciones del presente debido a que allí se encuentran realizados efectivamente —esto es, tanto en las instituciones como en los principios que animaban, y a partir de los cuales se juzgaba, la acción humana— las virtudes del mundo pagano¹²:

“No sé —se pregunta Maquiavelo— si mereceré contarme en el número de los que se engañan, si en estos discursos míos alabo demasiado la edad de los antiguos romanos y critico la nuestra. Y ciertamente, si la virtud que entonces reinaba y el vicio que ahora reina no fuesen más claros que el sol, sería más cauto con las palabras, temiendo no caer en este engaño del que acuso a otros” (Maquiavelo 1986, p. 180).

Ahora bien, ¿cuál era la clave de esta realización de la virtud en la República romana? Maquiavelo es muy preciso en señalarlo, pues aquel elemento es el efecto de un cúmulo de causas virtuosas: el poderío de conquista romano.¹³ Villacañas llama a la política expansionista una *necesidad ontológica* a partir de los presupuestos del propio Maquiavelo pues, como ya hemos visto, un ejército poderoso es *conditio sine qua non* para la conservación de los principados. Pero en este instante se nos revela otro aspecto de su importancia fundamental, pues la conservación y el florecimiento del principado está en estrecho vínculo con la capacidad expansiva y no sólo defensiva de su ejército, y esto, al

¹¹ Ciertamente rechaza la ética cristiana, pero a favor de otro sistema, otro universo moral: el mundo de Pericles o Escipión, aun el del duque Valentino, una sociedad ajustada a fines tan últimos como al fe cristiana, una sociedad en la que los hombres luchan y están dispuestos a morir por fines (públicos) que persiguen por su propio bien. No están eligiendo un esfera de medios (llamada política) como opuesta a una esfera de fines (llamada moral) sino que optan por una moralidad rival (romana o clásica), una esfera alternativa de fines” (BERLIN 1992, p. 115).

¹² Algunas de ellas, de las cuales podemos deducir cuales son aquellos valores que considerábanse positivos, son señaladas por Berlin: “Poder, magnificencia, orgullo, austeridad, búsqueda de gloria, vigor, disciplina, *antiqua virtus*: esto es lo que hizo grandes a los Estados” (BERLIN 1992, p. 104).

¹³ “Porque si no se ha encontrado nunca una república que haya hecho los mismos progresos que Roma, también es cierto que nunca se ha encontrado otra república que estuviera de tal modo organizada para la conquista como Roma. Porque el valor de sus ejércitos le permitió adquirir el imperio, y el orden de gobierno y su estilo propio, hallado por su primer legislador, le permitieron conservar lo adquirido” (MAQUIAVELO 1986, p. 180). “(...) La política expansiva no es un azar, ni una elección gratuita, sino una necesidad ontológica derivada del perenne movimiento de las cosas humanas y políticas. Ante esa necesidad, confiesa Maquiavelo en *Discursos*, es preciso seguir el orden romano (...) pues la guerra y las formas de hacer la guerra, exigencias perennes del destino para el que va a construir su principado nuevo, le impondrán que base su poder en el pueblo, sin permitir la enemistad de los nobles. Así el príncipe nuevo, de mantenerse en su Estado, viene obligado a sentar las bases en un *vivere politico*. Como sería fácil demostrar, no cabe una guerra popular sin una religión, de la misma forma que no cabe *civitas* sin creencias” (VILLACAÑAS 1999, p. 30).

menos, por tres motivos: por una parte, i) permite regular aquel conflicto interno entre los poderosos y el pueblo ya que la guerra es en sí misma una instancia que cohesiona, engrandece y actualiza las diversas fuerzas sociales al ponerlas en función de un objetivo común que posee un triple beneficio para la comunidad: mayor riqueza y territorio, mayor población (y por lo tanto fuerza social) y el sentimiento de grandeza histórica que proporciona una hazaña semejante, el orgullo y la gloria de *pertenecer* a una nación determinada. Por otra parte, ii) al depender toda política expansionista del poderío del ejército, y al vincularse estrechamente tal poderío con la fortaleza cualitativa y cuantitativa del ejército, resulta claro que es necesario tener un ejército proveniente de las capas mayoritarias de la población, y que éstas deben encontrarse satisfechas en los aspectos políticos y espirituales fundamentales a la vez de reconocer voluntariamente la soberanía del príncipe, lo que pone en evidencia la necesidad de otorgarle representatividad política y cuidar el mantenimiento de costumbres cívicas que favorezcan tanto la vida en común como la potenciación de las virtudes necesarias para un sistema de vida basado en el aumento de poder de la ciudad. Sólo otorgándole un poder al pueblo, éste puede comprenderse a sí mismo como igual a los poderosos, quienes, a su vez, deben respetar el poderío que éste posee, pues el poderío no consiste sólo en las armas, sino también en el acceso a triunfos que benefician directamente a las clases poderosas, más hábiles y con mejores condiciones para obtener riqueza y gozar de la gloria que el pueblo conquista a través de la exposición de su vida. Por último, iii) esto obliga a establecer —o es producto de haber establecido— un régimen de buenas leyes (que *sostengan* las buenas costumbres fomentadas por la religión y necesarias para la guerra) que contenga en sí las tres formas de gobierno que Maquiavelo distingue en el Capítulo 2 del Libro I de los *Discursos*, a saber, Monarquía (el príncipe), Aristocracia (los poderosos) y Democracia (el pueblo), formas con la que contaba la República romana.¹⁴

Tenemos, pues, en Roma, una organización política en que costumbres, leyes, instituciones, ejército, los sectores gobernados y el gobernante se encuentran en función de la conquista y la gloria de la nación, fuente secreta desde donde mana la unidad política de la comunidad. Sin embargo, sigue faltando plantear suficientemente en qué sentido la libertad de un pueblo puede hallarse en la constitución de la unidad política, sobre todo allí donde, como es el caso del individuo moderno, el ámbito privado (y lo más privado es la interioridad del individuo en coloquio consigo mismo, allí donde Descartes —suspendiendo la esfera pública, inmerso en su meditación, al calor de su chimenea— descubre el fundamento de la autonomía del sujeto, la autoposición del *cogito* que se revela para la conciencia en la actividad de reflexionar en y para sí) es aquel que se vincula con la libertad, y las leyes publicas que instituyen y sostienen la unidad política se muestran más bien como algo opuesto a ella. Este punto nos lleva al primer respecto, señalado más arriba, específicamente a Aristóteles.

i) De algún modo, lo que la política expansionista de Roma logra realizar e instituir como *derecho* es el ideal comunitario presente en el pensamiento griego, aquello que Hegel denomina *sustancia ética real* de la eticidad griega¹⁵, y que podemos considerar, desde una simplificación operativa, como la

¹⁴ “(...)Los legisladores prudentes huyen de cada una de estas formas en estado puro, eligiendo un tipo de gobierno que participe de todas, pues así cada poder controla a los otros, y en una misma ciudad se mezclan el principado, la aristocracia y el gobierno popular” (MAQUIAVELO 1986, p. 35).

¹⁵ “La comunidad es el espíritu que es *para sí*, en cuanto se mantiene *en el reflejo de los individuos* —y que es *en sí* o sustancia en

identidad inmediata (y por tanto no desarrollada, es decir que no ha experimentado los conflictos que comporta en sí y que harán patente la necesidad tanto del *saber* sobre las leyes como del *derecho* y la política expansionista que éste viene a instituir en Roma) entre la acción del individuo singular y la universalidad de la comunidad. La crisis de este ideal —la acción que *escinde el armónico orden de la polis (stásis)*— es aquello que obliga a teorizar sobre los fundamentos de la comunidad, y es desde esa perspectiva que podemos leer la siguiente cita de Aristóteles:

Por naturaleza, pues, la ciudad es anterior a la casa y a cada uno de nosotros, porque el todo es necesariamente anterior a la parte (*Pol.*, I 2, 1253^a12ss). (...) Igualmente ocurre con los ciudadanos; aunque sean desiguales, su tarea es la seguridad de la comunidad, y la comunidad es el régimen. Por eso la virtud del ciudadano está forzosamente en relación con el régimen (*Pol.*, L III 4, 1280a3). (...) El fin de la ciudad es, pues, el vivir bien, y esas cosas [los medios] son para ese fin. Una ciudad es la comunidad de las familias y aldeas para una vida perfecta y autosuficiente, y ésta es, según decimos, la vida buena y feliz (*Pol.*, III 9, 1281a14, agréganse corchetes explicativos).

No es la intención de nuestro texto sostener que Maquiavelo haya leído la *Política* de Aristóteles como si fuese un programa que todo principado debería cumplir, ni siquiera sostener que la hubiese leído; simplemente consideramos que el texto de Aristóteles permite aproximarnos al tipo de *mentalidad* que Maquiavelo intenta recuperar, una vez que ha constatado la decadencia de las leyes y costumbres del ser humano en occidente. Roma contiene la efectividad, pero los principios que determinan ese modo de comprender la existencia humana habían sido pensados y expuestos por los griegos en textos como éste. Allí, en primer lugar, se establece la anterioridad de la unidad de la comunidad frente a la existencia singular del individuo; igualmente, se establece que la virtud del individuo guarda relación con el bien de aquella comunidad, es decir, es *relativa* al mantenimiento de la comunidad (el bien del individuo es el bien del todo al que pertenece), pues —en tercer lugar— sólo en ésta es posible la autosuficiencia y la felicidad; es decir, el individuo por sí mismo no puede ser ni feliz ni libre, sólo la comunidad puede alcanzar aquel estado supremo y ser de este modo autárquica, esto es, un ente que se gobierna a sí mismo con total independencia de factores extrínsecos, *un ser uno y libre*.

Es desde éste punto donde podemos comprender de manera suficiente el diagnóstico de Berlin: el ideal de vida pagano identifica el bien con la autarquía de la ciudad, es decir, con la libertad que ésta consigue gracias a su poder y su organización. Es en este ideal de vida donde podemos encontrar el fundamento ético que subyace al pensamiento de Maquiavelo, donde el bien individual, p.ej. la salvación cristiana, ha de ser sacrificado por el bien público absoluto, pues sólo a partir de éste es posible el bien relativo individual. Desde esta perspectiva, podemos considerar que allí donde Maquiavelo caracteriza una acción, un estado de cosas, una personalidad, etc. como *corrupta* está señalando aquello que entiende como nocivo para la realización de la unidad política, concretamente el egoísmo, la desidia y la debilidad de los ciudadanos; mientras que llama *virtuoso* todo aquello que

cuanto los mantiene a ellos en sí. Como la *sustancia real*, es un *pueblo*, como *conciencia real*, *ciudadano del pueblo*. Esta conciencia tiene su *esencia* en el espíritu simple, en todo el pueblo, *e inmediatamente* en ello su *verdad*, y no en algo, por tanto, que no sea real [que no pertenezca al mundo cívico, lo relativo a la comunidad], sino en un espíritu que tiene *existencia y validez*” (HEGEL 2003, p. 263, agréganse corchetes explicativos)

es favorable para la realización colectiva de la ciudadanía, y desde aquí la guerra se muestra como un factor necesario y positivo (de hecho la crítica de Maquiavelo a Esparta radica en el hecho de no haber podido sostener la unidad política que había conquistado). Es este el modelo que tiene en mente al estudiar los acontecimientos pasados y presentes.

Naturaleza, tiempo, historia. Un asunto antes anunciado, y que no es posible dejar sin mencionar, al menos sumariamente, es la aparente incompatibilidad de nuestro diagnóstico con aquello que Sauquillo llama *ética no-universalista* o corpórea de Maquiavelo¹⁶, e incluso incompatible con sus propios postulados realistas en la medida en que sostiene cosas como esta: “Muchos se han imaginado repúblicas y principados que nadie ha visto jamás ni se ha sabido que existiera realmente; porque hay tanta distancia de cómo se vive a cómo se debería vivir, que quien deja a un lado lo que se hace por lo que se debería hacer aprende antes su ruina que su preservación (Maquiavelo 2008, p. 95).” Parecemos, pues, contradecir al propio Maquiavelo tanto cuando le asignamos a la imaginación un rol fundamental en su pensamiento, como cuando lo disponemos en función de un *paradigma*. Pero este contrasentido es sólo aparente en lo que respecta a lo primero, y puede desaparecer, respecto a lo segundo, si nos aproximamos brevemente a la concepción de tiempo, historia y naturaleza que opera en sus reflexiones.

Pues cuando afirmamos, siguiendo en alguna medida la lectura de Villacañas (1999) y Chabod (1984), que la reflexión de Maquiavelo está determinada por el ejercicio de la imaginación, no pretendemos decir que Maquiavelo sea una suerte de idealista —no entraremos a dilucidar en qué medida podría serlo a partir de un concepto suficiente de idealismo— que ponga en un más allá el ideal regulativo a partir del cual es posible pensar el sentido del devenir de los procesos históricos, ni tampoco que apueste por una forma válida para toda materia posible; esto fundamentalmente porque encontramos en sus reflexiones *una forma de conciencia histórica* que no considera que la verdad se dé en la eternidad de lo suprasensible sino, más bien, que *piensa lo histórico como eterno*, y que, en ese sentido, es consciente de que “es necesario juzgar la verdad en cada caso particular, ya que, las cosas humanas están siempre en movimiento (MAQUIAVELO 1986, p. 178).” La historia, desde este punto de vista, se manifiesta como maestra de la vida (aquello que puede desarrollar *prudencia* en el observador del curso del mundo), y también como vida sempiterna (el presente eterno del *subiectum* de la metafísica) que contiene en sí la transformación, pero que permanece en su ser siempre, exhibiendo *a posteriori* las determinaciones de la fortuna, esto es, aquellas formas en que transfigura¹⁷ —encarnadas en las leyes de la naturaleza, en los grandes acontecimientos y en las grandes personalidades— que pueden *orientar*, jamás predecir absolutamente, al sabio observador capaz de establecer analogías *oportunas* entre lo pasado y lo presente en virtud de un futuro posible ante el cual siempre se apuesta, con mayor o menor conocimiento de causas. Por lo tanto, cuando afirmamos que Maquiavelo imagina, lo que afirmamos es que establece un sincretismo entre los

¹⁶ “El espacio teórico de la ética no es el análisis de principios sino la determinación de las cualidades del político capaz de sobreponerse a lo cotidiano —«pasión», «responsabilidad» y «medida»— e influir sobre los hombres. Los ideales y la «legitimidad» de las medidas enmascaran para Maquiavelo y Weber, la materialidad de toda política empírica o efectiva. (...) Es ésta ética no universalista el fuste teórico de la inversión histórica de la política medieval y no la mera astucia política o la simple racionalidad instrumental frecuente en las formulaciones posteriores a Maquiavelo de la ‘razón de Estado’” (SAUQUILLO 1999, pp. 241- 243).

¹⁷ Pero no transustancia: “(...) siempre hay la misma cantidad de bondad y maldad, pero que este bien y este mal cambia de provincia en provincia, como podemos ver por lo que se conoce de los imperios antiguos, que cambiaban de un lugar a otro por la variación de las costumbres, pero el mundo permanecía igual” (MAQUIAVELO 1986, pp. 178-179).

acontecimientos pasados y su presente en virtud de su capacidad para establecer analogías (la racionalidad como puente entre los tres modos de la temporalidad) desde un hecho particular, al cual denomina *oportunidad*, para proyectar allí una transformación del futuro en la cual la racionalidad y decisión humana (virtud) cumplan un rol más menos determinante frente al puro curso de los hechos (la combinatoria infinita de la sustancia histórica, *fortuna*), que jamás podrá ser reducida por un ente racional finito y, por tal motivo, éste no puede escapar de la observación material de los acontecimientos¹⁸ —por eso que Maquiavelo, si falla, puede achacar tal fallo a la fortuna, pues, no puede dominársela completamente y él mismo la determina *a priori* como irreductible—, pues ésta provee la actualización de toda la cadena de categorías con la que Maquiavelo desarrolla sus reflexiones, y sólo a partir de allí éstas pueden tener un rendimiento eficaz.¹⁹ Y la creencia de que el cambio imaginado puede ser realizado no deja de ser una apuesta, un acto, en última instancia, de fe:

Pues la sola concepción de la posibilidad de reconstruir el Estado en medio de aquel embrollo de acontecimientos (...) hacerla objeto de disputa racional y darle vida concreta dentro de las sutilezas del análisis, estos suponía ya toda una invocación, una apelación conmovida y trágica que rompía el cerrado cerco de la verificación lógica y le infundía la pasionalidad del sentimiento, el temor y la inquietud de la esperanza; y si, finalmente, la fe y la imploración cesan de contenerse e irrumpen en una súbita incitación y se manifiestan en aquella Italia esclava, desmotivada y dispersa que pide misericordia, en ello no hay sino la definitiva expresión de un mundo nada lógico, no intelectual, que se ha venido desarrollando dentro del mundo racional a lo largo de toda la obra (Chabod 1983, p. 32).

Ahora bien, cerrando esta consideración, cabe preguntarse por el lugar que ocupa la comunidad (reunida en el espacio geográfico de la ciudad, país, principado, imperio, etc.) en este esquema, es aquí donde encontramos otra de las conexiones de Maquiavelo con el pensamiento antiguo (no podemos dejar de señalar su proximidad con textos como el *Timeo* de Platón). La comunidad es un gran organismo, inserto en un organismo aún mayor que es la naturaleza, desde donde extrae sus determinaciones elementales (fundamentalmente el devenir y todo aquello que éste proceso implique: nacimiento, crecimiento, florecimiento, enfermedad, muerte), ante las cuales debe luchar por *persistir en el ser*, y esto, ralentizar su muerte, lo hace a través de su fortalecimiento y virtud, que se expresan en el orden de las costumbres y las leyes propiamente humanas. A su vez, el ser humano es un pequeño organismo inserto dentro de la comunidad a la que pertenece y, por lo tanto, también en la naturaleza, por lo que debe extraer desde esta doble esfera aquellas determinaciones por las cuales orienta su vida hacia el florecimiento y el bien: debe obedecer las leyes naturaleza (persistir en el ser) y las leyes cívicas (actuar conforme al bien de la comunidad), las cuales se determinan

¹⁸ “Habiendo partido de la realidad y la aceptación de la historia, Nicolás quiere retornar a ellas, aportándoles un nuevo germen de vida, el mismo que ha elaborado transformando su experiencia en capacidad creadora, así como su memoria —tanto clásica como moderna— en renovado interés político; por donde mundo lógico, imaginativo y pasional, seguridad de coordinación y de comprensión, vigor de síntesis unificadora y voluntad de acción política, se compenetran en una organicidad tal de la que no se puede separar el más mínimo elemento sin que se haga trizas en las manos” (CHABOD 1984, p. 32).

¹⁹ Es en esta no correspondencia entre la racionalidad humana y la fortuna donde se abre la posibilidad de la libertad, pues si la racionalidad humana fuese capaz de conocer completamente y reducir, de este modo, la fortuna, entonces nos daríamos cuenta de cómo la fortuna nos ha reducido a nosotros, pues conoceríamos la totalidad de las combinatorias aplicadas en el tiempo y en el espacio, incluidas las acciones humana es su totalidad. La fortuna puede subvertirse debido, justamente, a que permanece siempre indeterminada en un aspecto; así podemos entender la frase: “Dios no quiere hacerlo todo para no arrebatarnos la libertad de la voluntad y la parte de gloria que nos corresponde en la empresa (MAQUIAVELO 2008, p. 139)”

recíprocamente (las leyes civiles permiten la satisfacción de las demandas de la naturaleza a través de su regulación, la leyes civiles terminan volviéndose una segunda naturaleza, que es aquello que llamamos *cultura*). Es por tanto, en este horizonte de la naturaleza historizada (eterno presente legislado y legislador que se actualiza en una casuística infinita) donde las reflexiones de Maquiavelo pueden adquirir dimensiones físicas para explicar la política, el devenir de los pueblos y la psicología humana, a la vez que el modelo de los antiguos puede ser perfectamente en el presente, pues en rigor el universo es el mismo: “(...) muchos lectores se complacen al escuchar aquella variedad de sucesos que contiene [la historia], sin pensar de ningún modo imitarlos, juzgándola imitación no ya difícil sino imposible, como si el cielo, el sol, los elementos, los hombres, hubieran variado sus movimientos, su orden y sus potencias desde los tiempos antiguos (Maquiavelo 1986, p. 27).”

Dese este punto, el epígrafe que abre nuestro texto adquiere el sentido buscado: Maquiavelo se ve a sí mismo con la misión de contribuir a la mejora del organismo enfermo que es la Italia de su época (enfermo por la ineptitud y corrupción de los gobernantes, por la decadencia y debilidad de los gobernados), para ello, debe procurar que éste retome su movimiento originario pues, según su mentalidad, sólo aquello puede devolverle juventud y salud, alejándolo de la total desintegración. Y para ellos son necesarios y válidos *todos los medios que hagan falta*, pues son buenos en la medida en que contribuyan al retorno del mundo antiguo ¿Pero es esto posible luego del principio de interioridad fundado por la ética del cristianismo y que alcanza toda su profundidad y dimensión con la emergencia del individuo moderno? ¿No habrá abierto esta visión del mundo una fisura irreversible en el cuerpo del Todo que hace imposible el retorno de la gloria de la antigua República?

Circunstancias desesperadas. Estado de excepción

Se ha señalado la necesidad de ajustarse a los tiempos que Maquiavelo tiene presente a la hora de pensar la subjetividad necesaria para “curar” a Italia.²⁰ Consciente de la malignidad de los tiempos, de que la corrupción “se ha tomado todo el lugar”, desplaza —no desecha ni olvida— el horizonte de la República —la determinación de la intersubjetividad de la comunidad política— para concentrarse en la determinación de aquella subjetividad que podría hacer frente a la malignidad de los tiempos gracias a su virtud. Podríamos decir que *Pr.* florece como respuesta a esta profunda necesidad, y desde ahí comprender la diferencia de tono y objetivo que tiene con *Discursos*.²¹

(...) la posibilidad de que en un tiempo corrupto un moderator y hombre bueno recomponga los órdenes de la ciudad es mínima en un tiempo corrupto. Por tanto la posibilidad fundamental será que un hombre inmoderado y, en este sentido dominado por la pasión, en sí mismo innoble, se haga con el poder de un Estado. (...) La excepcionalidad del dictador soberano acaba con él: luego dará paso a un sistema político que se sostenga sobre el pueblo, sobre los muchos, como se recomendaba el principado civil (Villacañas 1999, p.p. 23, 32-33).

²⁰ “Creo, además, que prospera aquel que armoniza su modo de proceder con las condiciones de los tiempos y que, paralelamente, decae aquel cuya conducta entra en contradicción con ellos” (MAQUIAVELO 2008, p. 135).

²¹ “En esta tensión entre las dos obras, sin duda alguna, se denuncia el momento histórico de este hombre; su dimensión de testigo privilegiado de una época que no es moderna ni antigua; sino que cabe sobre todo caracterizar como época de tránsito” (VILLACAÑAS 1999, p. 19).

El Príncipe es un texto pensado para la acción excepcional de fundar un nuevo orden que permita introducir aquellas medidas necesarias para producir la unidad política de la comunidad. Es la reflexión pura sobre los medios necesarios para que, en tiempos de corrupción generalizada, la voluntad de un particular pueda adquirir el control hegemónico y mantenerse allí, de manera que pueda ser posible la producción, en el tiempo, de una comunidad intersubjetiva, de un cuerpo social que siga el ejemplo de la República.²² Sin embargo, este “sueño de Maquiavelo” (VILLACAÑAS 1999) es asumido, por él mismo, como algo de suma dificultad, y que requiere, como instancia fundacional, un régimen personal cuyo objetivo principal sea el mantenimiento del poder. Es aquí donde opera el divorcio entre ética y política (ARAMAYO 1999, pp. 52ss.) y también la determinación de la política como una técnica performática o pragmática fundada en una racionalidad lógico-instrumental. Como anteriormente hemos expuesto, la escisión ética/política puede ser complejizada a través del matiz introducido por Berlin (1992) y adoptado por Villacañas (1999), no sin ciertas reservas; desde esta perspectiva, lo que tendríamos, más bien, es una contraposición entre dos modelos éticos ligados a dos ideales de mundo que difieren fundamental y definitivamente, y que, por tanto, se expresa en un juicio disyuntivo en sentido fuerte: si pretendes ser un príncipe nuevo o adoptas el modelo ético pagano, sacrificando la posibilidad de salvación cristiana (que Berlin circunscribe en la esfera privada), o eliges la salvación cristiana y pierdes tu principado.

Aquellos a los que el cielo da tal ocasión ven abrirse ante sí dos caminos: uno que los hará vivir seguros y, tras la muerte, volverse gloriosos, y otro que les hará vivir continuas angustias y los dejará, después de la muerte, en sempiterna infamia (Maquiavelo 1986, p. 63).

De acuerdo con la mentalidad que Maquiavelo tiene como paradigma, la gloria y la eternidad de un príncipe es incompatible con la moralidad cristiana, esto debido a que para la obtención y conservación del poder²³ requiere de que, en caso que sea necesario, se tenga la fortaleza para actuar mal (mentir, matar, oprimir, engañar, robar, etc.) en pro de la consecución del objetivo político, la unidad de la comunidad. Con todo, Maquiavelo considera que nada podría hacer más glorioso a un hombre que ubicarse en tal posición, y sólo aquella garantiza su eternidad que, en este contexto, nada tiene que ver con la salvación del alma individual.

Sólo a partir de este oscuro origen podrá la comunidad primero fortalecerse y persistir en el ser, y luego devenir una república o principado civil, gracias a la ayuda de los consejos del “secretario florentino”, destinados en *Pr.* a garantizar la técnica para obtener el poder, y en *Discursos* a moderar al príncipe de modo tal que lo que la dictadura soberana se transforme en una República, coincidiendo así la forma de gobierno con la materialidad que representa como unidad fuerte e indisoluble.

Consideración final

²² “La excepcionalidad de los tiempos modernos como época de corrupción determinará sin ningún duda la excepcionalidad técnica del *Príncipe*. Sólo un momento de radical decadencia puede confiar en la potencia sublimada de la técnica” (VILLACAÑAS 1999, p. 23).

²³ “(...) si un príncipe busca la gloria del mundo debería desear ser dueño de una ciudad corrompida, no para echarla a perder completamente como César, sino para reorganizarla, como Rómulo. Y en verdad los cielos no pueden dar a los hombres mayor ocasión de gloria, ni los hombres la pueden desear mayor” (MAQUIAVELO 1986, p. 63).

El sueño de Maquiavelo no se cumplió. La cura que él tenía destinada para Italia no llegó jamás a aplicarse, y los regímenes políticos del Absolutismo se fundaron en aquella religión que Maquiavelo desechó como ineficaz políticamente, haciendo patente la fuerza espiritual que el cristianismo podía imprimir en el individuo burgués y en una nueva conciencia política. Prontamente la técnica de la lógica de la hegemonía se desvinculó del ideal republicano, que para Maquiavelo constituía su razón de ser, y se volvió un instrumento político eficaz para alcanzar la universalidad sin tener que representar efectivamente al todo. Nos aventuramos a pensar que esto se debe, al menos en parte, al rol que la individualidad —como esfera donde es posible la realización de la libertad— juega en el mundo moderno. En un orden social que se fundamenta en el individuo (piénsese, p. ej. en la propiedad privada como objetivación primordial de la voluntad y su rol fundamental para la construcción del derecho), el reconocimiento en *todo* está constantemente en *falta* o se presenta bajo la forma de la *promesa*. De algún modo, la libertad individual, que constituye uno de los grandes logros de la Modernidad, es, paradójicamente, un obstáculo para la consecución de la universalidad política y ello ha quedado testimoniado en reflexiones sobre el Estado como las de Hegel, que han intentado vislumbrar la unidad en la escisión irreductible de la comunidad. Ha sido Marx quién desechó tal intento como ideológico, religioso y vano, y la crisis del moderno concepto de Estado no ha dejado de presentarse, bajo distintos aspectos, hasta hoy. Maquiavelo conectó ambos extremos (mundo fragmentado-bella eticidad) a través de un medio técnico que podría llevar a cabo la fusión de ambos horizontes, pero *a partir de la conciencia de la falta de unidad política*, tal vez sea ese el rasgo más contemporáneo de sus reflexiones: la conciencia de que los medios técnico-performáticos para asegurar la representación proliferan allí donde es sólo su ausencia se presenta.

Bibliografía

ARAMAYO, R., 1999, “Las *liaisons dangereuses* entre la moral y lo político, o la quimera del filósofo-rey”, en *La herencia de Maquiavelo*, F.C.E, Madrid, pp. 43-75.

ARISTÓTELES (Pol.), *Política*, Gredos, Madrid, 1988.

BERLIN, I., 1992, “La originalidad de Maquiavelo”, en *Contra la corriente: Ensayos sobre historia de las ideas*, F.C.E., Madrid, pp. 85-143.

CHABOD, F., 1984, “Acerca de «El príncipe» de Nicolás Maquiavelo”, en *Escritos sobre Maquiavelo*, F.C.E., México, pp.39-143.

HEGEL, G.W.F., 2003, *Fenomenología del espíritu*, trad. Wenceslao Roces, México, F.C.E.

MAQUIAVELO, N, 2008, *El Príncipe*, Alianza, Madrid, 2008¹⁰.

—, 1987 *Discursos sobre la primera década de Tito Livio*, Alianza, Madrid.

SAUQUILLO, J., 1999, “La escritura de la política (el *tempo* impetuoso de Maquiavelo, Nietzsche y Weber)”, en R. ARAMAYO, *La herencia de Maquiavelo*, F.C.E, Madrid, pp. 241-265.

VILLACAÑAS, J, 1999, “*Principe nuovo y vivere politico*”, en R. Aramayo, *La herencia de Maquiavelo*, F.C.E, Madrid, pp. 15-42.

AQIM – Terrorismo Islâmico no MAGREB e do SAHEL

Maria Sousa Galito¹

Resumo: A Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM) é um grupo fundamentalista religioso que propaga o jihadismo salafista e é responsável por diversos atentados terroristas no Magreb e no Sahel. Apesar da sua autonomia, a AQIM é parte integrante da ampla rede transnacional da Al-Qaeda originária do Médio Oriente, a qual é igualmente uma fonte financiadora das actividades desenvolvidas no Norte de África. Este artigo explica as principais relações entre estes grupos ou outros extremistas regionais (tais como os Tuaregues e os Boko Haram), identifica alguns dos seus ataques terroristas mais significativos, bem como as subsequentes consequências no equilíbrio geopolítico da região, conferindo especial destaque à conjuntura vivida em quatro países: Argélia, Mali, Níger e Mauritânia.

Palavras-chave: AQIM, Al-Qaeda, Terrorismo, Argélia, Mali, Níger, Mauritânia.

Abstract: *The Al-Qaeda in the Islamic Maghreb* (AQIM) it's a religious fundamentalist group that spreads Salafist jihadism and it is responsible for several terrorist attacks in Maghreb and Sahel. Despite its autonomy, AQIM is part of the broader transnational network of al-Qaeda originated in the Middle East, which is also a source of financing activities in North Africa.

This article explains the key links between these groups or other regional extremists (like Tuaregs and Boko Haram), identifies some of its most significant terrorist attacks, as well as subsequent consequences in the geopolitical balance in the region, giving special attention to the situation experienced in four countries: Algeria, Mali, Niger and Mauritania.

Keywords: AQIM, Al-Qaeda, Terrorism, Algeria, Mali, Niger and Mauritania.

Introdução

O artigo de investigação tem como objectivos averiguar a relação entre a Al-Qaeda com raízes no Médio Oriente e a sua congénere africana AQIM; se é uma fonte de financiamento e de apoio logístico aos ataques terroristas nas regiões do Magreb e do Sahel e, em caso afirmativo, que tipo de relações estabelece em rede.

Traça-se um perfil evolutivo da AQIM desde as suas origens na guerra civil Argelina e pesquisam-se os nomes dos principais líderes extremistas, procurando ao mesmo tempo compreender se a acção da organização terrorista está efectivamente a deslocar o seu centro de operações para sul, do Magreb para a região actualmente mais vulnerável do Sahel, junto ao deserto do Sahara.

¹ Professora na universidade Lusófona de Lisboa.

Neste processo, propõe-se uma análise panorâmica da região, antes de examinar brevemente o contexto operacional da AQIM e da luta anti-terrorista em quatro países: Argélia, Mali, Níger e Mauritânia. A avaliação baseia-se no estudo comparado e empírico de recolha e observação de dados estatísticos, complementada com análise geopolítica e cartográfica dos territórios onde a AQIM mais actua. No processo, estabelecem-se as relações entre a organização terrorista e outros agentes colectivos – tanto as autoridades locais que supostamente os combatem; como os extremistas Tuaregues e os Boko Haram – na tentativa de assimilar a capacidade de integração e de resistência da AQIM em múltiplos territórios.

1-Quadro Geral de Referência

O movimento da *jihad*² islâmica no Norte de África é parte integrante de uma *jihad* global ou transnacional imbuída numa corrente de pensamento fundamentalista, sectária e de origem sunita, que defende a aplicação da lei islâmica (*Sharia*) tanto quanto possível fiel a um estilo de vida comunitário que existiria na época do profeta Maomé e dos seus seguidores (os “salaf”, sendo que daqui decorre a palavra “salafistas”).

A *jihad* islâmica global opera em rede com mercenários há décadas; pelo menos desde a guerra Rússia/Afganistão (1979/1989), os quais se transferiram para outros palcos estratégicos como a Jugoslávia (guerra civil 1992/2003), a Argélia (guerra civil 1992/2002) e a Chechénia (luta autonómica que se mantém desde a desintegração da URSS) aproveitando a libertação do espartilho do bipolarismo para implementar a *Sharia*, combater o imperialismo estrangeiro e treinar novos extremistas para expulsar os infiéis dos seus países. Uma passagem de testemunho alimentada ao longo dos anos pelo ressentimento contra as intervenções militares das coligações ocidentais lideradas pelos EUA no Médio Oriente, tais como a Guerra do Golfo (1990/91), a Guerra do Iraque (2003/2011) e a Guerra do Afeganistão (iniciada em 2001 e ainda a decorrer). O expoente máximo deste movimento à escala global é a Al-Qaeda, organização terrorista que reivindicou os atentados de 11/09/2001, nos EUA e que, para Loureiro dos Santos (2002): «Tem muitas características das super máfias internacionais do crime, com tentáculos em todo o mundo.»³

Na região do Magreb, o marco histórico é o fim da guerra civil da Argélia em 2002, quando o governo mais moderado conseguiu dismantelar agentes colectivos como o Grupo Salafista para Pregar e Combater (*Salafi Group for Preaching and Combat* –

² A questão da *Jihad* deve entender-se no seguinte contexto: Islão é a Religião, os Muçulmanos são uma “Nação”, pelo que a *Jihad* é uma ideologia revolucionária que procura alterar a ordem social global e reconstruí-la em conformidade com os princípios, ideais e leis do Islão. Sendo que os extremistas sunitas almejam uma interpretação literal dos textos sagrados, os quais remontam à cultura religiosa do seu líder espiritual (sécs. VI-VII).

³ «(...) a Al-Qaeda possui as principais características das seitas modernas, com a diferença que não se isola e, pelo contrário, procura recrutar os muçulmanos “autênticos” para promover a sua “cruzada”, e ainda é caracterizada pela sua origem militar (guerra contra os soviéticos, no Afeganistão). Cada rede descentralizada corresponde a uma “subseita”, a Al-Qaeda constitui uma verdadeira “hiper-seita”. Tem muitas características das super máfias internacionais do crime, com tentáculos em todo o mundo. (...) profundo anti-americanismo e anti-ocidentalismo e, especialmente, a sua ligação com as redes terroristas fundamentalistas com objectivos nacionais.» [LOUREIRO DOS SANTOS, José A. (2002). *A Idade Imperial. A Nova Era – Reflexões sobre Estratégia III*, Publicações Europa América, Lisboa, pp. 99].

GSPC). Muitos dos seus ex-membros reorganizaram-se e formaram a actual Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM)⁴. O período era ainda de ressaca dos atentados do 11 de Setembro de 2001 nos EUA e estava em marcha uma forte política internacional anti-terrorista, o que pode ter forçado a AQIM a intervir, por instinto de sobrevivência, em países mais vulneráveis a sul. Tanto que a região árida e despovoada do Sahel se transformou num espaço importante para a sua estratégia de actuação.

A AQIM foi estabelecida em Janeiro de 2007⁵. É considerado um grupo terrorista pelos EUA e pela União Europeia, com ampla cobertura mediática (inclusive através da internet, com propaganda através de sites e discutida ao nível das redes sociais). A princípio ainda houve dúvidas quanto à relação efectiva entre a Al-Qaeda do Médio Oriente e a AQIM africana, mas as incertezas foram dando lugar a certezas. Um vídeo divulgado na internet em 2010 com Osama Bin Laden (assassinado no ano seguinte, em Maio de 2011) a concordar com o rapto, no Níger, de cinco franceses, um togolês e um cidadão de Madagáscar e as subsequentes exigências da AQIM para que a França negociasse directamente com Bin Laden⁶, comprovou que a ligação existia e se estabelecia em hierarquia. Mas ao contrário de outros franchises da Al-Qaeda, a filial africana conserva ainda hoje lideranças argelinas.

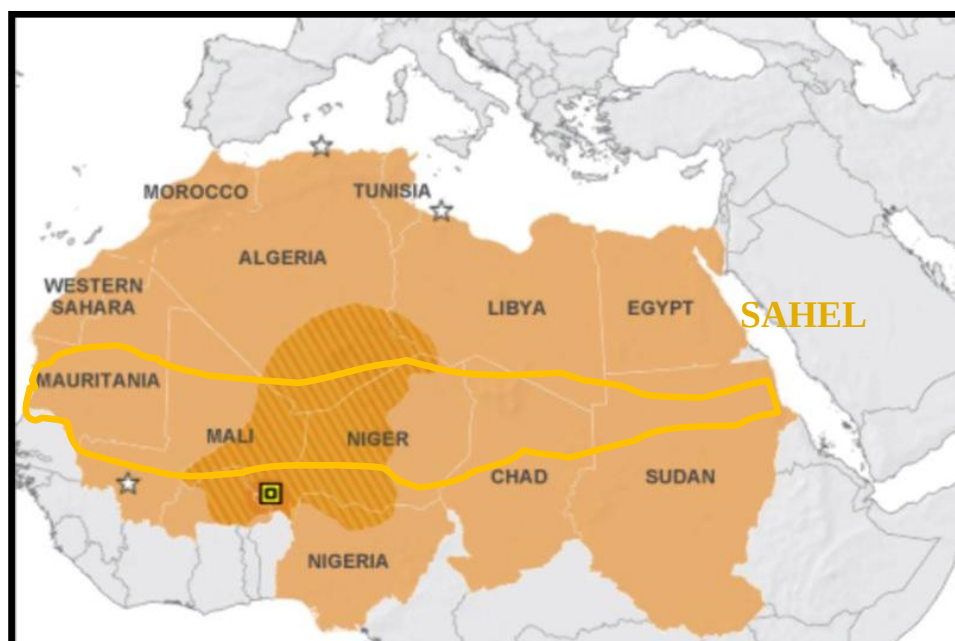
A AQIM tem um longo currículo de ataques suicidas à luz do modelo praticado no Golfo Pérsico e de raptos de estrangeiros (sobretudo técnicos e turistas europeus) utilizando os resgates como fontes de financiamento. A base do seu poder ainda está na Argélia e por demais funciona em rede. Os seus projectos de campanha e propaganda (inclusive na internet) visam popularizar a sua ideologia e recrutar novos terroristas, o que ajuda a alimentar a compreensão junto das populações mas também compensar a falta de meios para destabilizar de forma mais efectiva os governos da região.

⁴ Cf. ROUSSELLIER, Jacques (2011). “Terrorism in North Africa and the Sahel: Al-Qa’ida’s Franchise or Freelance?” *Policy Brief*, Middle East Institute, N.º 34, August, p. 4.

⁵ Cf. FILIU, Jean-Pierre (2010). “Al-Qaeda in the Islamic Maghreb: Algerian Challenge or Global Threat?” *Carnegie Endowment for International Peace*, Carnegie Papers, Middle East Program, N.º 104, October, p. 1.

⁶ Cf. LOHMANN, Annette (2011). “Qui sont les Maîtres du Sahara? – Vieux Conflits, Nouvelles Menaces : Le Mali et le Sahara Central entre les Touaregs, Al Qaeda et le Crime Organisé”. *Friedrich-Ebert Stiftung*, FES Peace and Security Series, N.º 5, June, p. 9.

Mapa 1: AQIM na Região Magreb/Sahel



Fonte: da Autora

A AQIM actua nas regiões do Magreb (a Norte) e do Sahel (a Sul, extensível de Este a Oeste do continente africano ao longo da linha amarela – observar Mapa 1). Entre 2010/11, o grupo representado pela AQIM/Al-Qaeda reivindicou atentados na Argélia e no Mali (sobretudo junto à fronteira, também na confluência com o Níger a oriente. Mas também na Mauritânia e em Marrocos (consultar Tabela 1).

Tabela 1: Terrorismo no Magreb/Sahel

Anos	Ataques Terroristas no Magreb/Sahel						Ataques Terroristas AQIM/Al-Qaeda	
	2001	2006	2007	2010	2011	2001/11	2010	2011
Total	21	153	161	178	185	1288	12	16
Argélia	20	120	110	168	164	1102	8	4
Chade	0	28	14	1	0	58	0	0
Líbia	0	1	0	0	0	1	0	0
Mali	0	3	10	4	8	49	1	3
Mauritânia	0	0	4	2	7	27	2	5
Marrocos	0	0	5	0	2	9	0	1
Níger	0	1	18	3	3	38	1	3
Tunísia	1	0	0	0	1	4	0	0

Fonte: Yonah Alexander (2011⁷, 2012⁸)

⁷ Cf. ALEXANDER, Yonah (2011). “2011 Report Update – The Consequences of Terrorism – An Update on al-Qaeda and Other Terrorist Threats in the Sahel & Maghreb”. *Potomac Institute for Policy Studies, International Center for Terrorism Studies*, January, pp. 1-27.

⁸ Cf. ID. (2012). “Special Update Report – Terrorism in North, West, & Central Africa: From 9/11 to the Arab

Com base na fonte consultada, entre 2001/2011 registaram-se 1288 ataques terroristas num total de sete países do Magreb/Sahel (Argélia, Chade, Líbia, Mali, Mauritânia, Marrocos, Níger e Tunísia); dos quais 28 foram reivindicados pela AQIM/Al-Qaeda entre 2010/11.

A Argélia foi o principal alvo dos atentados terroristas, contabilizando 1102 ocorrências entre 2001/2011, dos quais 12 da autoria declarada AQIM/Al-Qaeda entre 2010/11. No Mali terão ocorrido 49 atentados; nos últimos dois anos (2010/11) quatro foram reivindicados pela AQIM/Al-Qaeda. No Níger os ataques terroristas entre 2001/11 somaram 38 ocorrências, 18 das quais em 2007; entre 2010/11 quatro foram reclamados pela AQIM/Al-Qaeda. Na Mauritânia, dos 27 atentados terroristas, sete concentraram-se no período 2010/11 e foram assumidos pela AQIM/Al-Qaeda. No Chade, registaram-se 58 ataques terroristas, dos quais 28 no ano de 2006, mas com base na fonte consultada nenhum destes 58 foi reivindicado pela AQIM/Al-Qaeda no período 2010/11.

O aumento de casos de terrorismo nas regiões do Magreb e do Sahel justifica-se em parte pelo contexto de instabilidade político-social, que se traduz na proliferação de grupos rebeldes contra governos que consideram corruptos, e em líderes estaduais incapazes de fazer face ao terrorismo por falta de meios ou por promiscuidade com interesses paralelos afectos à rentabilidade dos tráficos mormente de drogas, de armas, de seres humanos e de medicamentos fraudulentos.

O nível questionável de sustentabilidade política, económica e social de alguns dos principais países do Magreb e do Sahel, remete-nos para a consulta da Tabela 2 que lista o ranking dos Índices dos Estados Falhados em três anos distintos (2006, 2010 e 2012) para efeitos comparativos.

Tabela 2: Índices dos Estados Falhados – Magreb e Sahel

Países	Ranking 2012 ⁹	Ranking 2010 ¹⁰	Ranking 2006 ¹¹
Chade	4	2	6
Níger	18	19	44
Mauritânia	38	39	41
Líbia	50	111	95
Argélia	77	71	72
Mali	79	78	81
Marrocos	87	90	76
Tunísia	94	118	100

Fonte: Fundo para a Paz

Spring”. Potomac Institute for Policy Studies, International Center for Terrorism Studies, January, pp- 1-52.

⁹ THE FOUND FOR PEACE (2012). The Failed States Index 2012. *FFP on-line*, Washington D.C. URL: <http://www.fundforpeace.org/global/?q=fsi2012>

¹⁰ ID (2010). The Failed States Index 2010. *FFP on-line*. URL: <http://www.fundforpeace.org/global/?q=fsi-grid2010>

¹¹ ID (2006). The Failed States Index 2006. *FFP on-line*. URL: <http://www.fundforpeace.org/global/?q=fsi-grid2006>

O Fundo para a Paz é uma organização sem fins lucrativos para a investigação e educação com sede em Washington DC nos EUA, que publica anualmente a lista decrescente dos índices dos Estados Falhados, baseada em doze indicadores.¹² Em Junho de 2012 hierarquizava 177 países liderados negativamente pela Somália pela quinta vez consecutiva. Logo seguida pelo Sudão. Levando em consideração o seu percurso desfavorável desde 2006, sobressaem também em especial perigo de falência de Estado o Chade (6º em 2006, 2º em 2010 e 4º em 2012) e o Níger (18º em 2012 e bem melhor no 44º lugar em 2006).

O ranking revela o impacto da “Primavera Árabe” (2010/12) nos países do Magreb em que ocorreu uma queda de regime: sobretudo na Líbia que sobe do 111º lugar em 2010 para o 50º em 2012, o que é significativo num prazo curto de dois anos; mas também na Tunísia, em 2012 no 94º lugar quando antes ocupava uma posição mais confortável no 118º lugar. O Mali mantém uma posição intermédia entre o 81º lugar em 2006, 78º em 2010 e 79º em 2012, ainda assim a sua situação é preocupante. O impacto, embora menor, também se verificou em países como Marrocos (que subiu em dois anos de 118º para 94º lugar em 2012).

Neste Estados vulneráveis, os grupos que se manifestam mais insatisfeitos são os “islamistas”¹³ que usam o islão como arma política e de terrorismo (ou seja, os fundamentalistas entre os “islamitas” ou crentes do Islão)¹⁴. Os quais, em maior número¹⁵, constituem uma ameaça para a região, até porque podem influenciar os ainda moderados que são a maioria da população¹⁶. Os países em que a AQIM mais opera

¹² Os doze indicadores incluem quatro de carácter social (nível de pressão demográfica; número de refugiados; violência grupal; fuga de cérebros e emigração), dois económicos (desenvolvimento económico desequilibrado; pobreza e declínio económico) e seis de perspectiva político-militar (grau de legitimidade estatal; qualidade dos serviços públicos; direitos humanos e Estado de Direito; se há uso legítimo de força; fracção das elites nacionais; ou intervenção externa).

¹³ «Entre os intervenientes violentos que preenchem as lacunas do poder dos estados frágeis e falidos de África encontram-se os islamistas de tendências extremistas. Com a prestação de serviços básicos e de segurança, estes fundamentalistas esperam obter uma maior aceitação dos seus programas ideológicos por parte das populações. A incapacidade de um estado de declarar o monopólio da força legítima, por conseguinte, abre a porta aos extremistas para construírem a sua base de poder político.» [DEVLIN-FOLTZ, Zachary (2010). “Estados Frágeis de África: Fortalecimento dos Extremistas, Exportação do Terrorismo”. *Centro de Estudos Estratégicos de África*, Resumo de Segurança de África, N.º 6, Agosto, p. 1]

¹⁴ Cf. SANTOS LOPES, Margarida (2010). *Novo Dicionário do Islão – Palavras, Figuras e Histórias*. (2ª Edição) Alfragide: Casa das Letras, p. 121.

¹⁵ «A militância islamista tem também vindo a crescer em toda a região do Sahel, alimentando as preocupações de que isto gerará mais terrorismo em África. Para além disto, islamistas africanos têm sido implicados em conspirações de ataques terroristas em África e noutros locais. (...) O apoio que determinados movimentos islamistas dão a ideologias extremistas pode também servir de incubadora para os terroristas internacionais, tal como a ascensão da Frente Islâmica Nacional no Sudão e do Talibã no Afeganistão em 1990, levou à protecção da *al-Qaeda*.» [DEVLIN-FOLTZ, Zachary (2010), *op.cit.*, p. 2]

¹⁶ «(...) quando um estado é frágil ou fracassa. Se um governo não fornece, de forma credível, segurança e um meio pacífico para os moderados seguirem os seus fins políticos, estes podem ver a violência como o seu melhor ou único recurso. (...) uma vez que os moderados dão este passo, seja por estratégia política ou por necessidade, o principal obstáculo para a sua cooperação com os fundamentalistas desaparece. O efeito é o fortalecimento dos extremistas que adquirem maior credibilidade e aceitação de faixas mais amplas da população.» [ID. IBID]

(Argélia, Mali, Mauritânia, Marrocos, Níger) possuem um passado histórico de vulnerabilidade que não foi ultrapassado depois dos respectivos processos de descolonização, o que resulta em tensões locais/regionais sociais, económicas e políticas que constituem obstáculos à neutralização do terrorismo.

De facto, a fragilidade da região tem história e resulta de uma questão de fronteiras, herdadas do colonialismo que as estabeleceu arbitrariamente na Conferência de Berlim (1884/85), as quais foram em larga medida mantidas após as independências, apesar de artificiais quando não respeitavam a forma como os povos se organizavam no terreno. O que despontou conflitos étnicos e lutas de poder com base em clivagens culturais e religiosas – e a AQIM afirma o fundamentalismo islâmico como forma de reivindicação popular supostamente contra os abusos dos estrangeiros e das potências mundiais (contra o neocolonialismo) na forma de explorar os poucos recursos da região. O que desperta para as dificuldades económicas de povos que sobrevivem num clima agreste, e lutam contra a infertilidade das terras, a pobreza e a falta de emprego, pelo que rivalizam violentamente pela gestão dos recursos naturais (petróleo, gás natural, minérios valiosos) e seus canais de distribuição.

2-Argélia: Centro de Referência e de Lideranças para a AQIM

A Argélia continua a ser o centro de poder da AQIM no Norte de África. A organização resulta de uma evolução histórica que remonta a 1990, quando uma coligação de partidos muçulmanos, a Frente Islâmica de Salvação (FIS), foi a mais voltada das eleições municipais e provinciais de 12 de Junho de 1990, bem como nas eleições presidenciais de 25 de Dezembro de 1991, mas foi impedida de assumir o poder pelo Conselho Superior de Segurança da Argélia, que anulou o acto eleitoral e desmantelou a FIS a 4 de Março de 1992.

Membros radicais da FIS, alguns dos quais veteranos da guerra do Afeganistão, reorganizaram-se sob novo nome, Grupo Islâmico Armado (GIA), e assim intervieram na guerra civil da Argélia (de Dezembro de 1991 a 2002) sob a forma de *Jihad* magrebina (inicialmente regional) com ligações à *Jihad* global desenvolvida a partir do Afeganistão.

Enquanto a FIS e o seu Exército Islâmico de salvação (EIS) tinha alvos militares, o GIA impunha o terror principalmente a civis. A FIS propôs uma trégua em 1997, ao aperceber-se que a população se revoltava contra o terrorismo de que era alvo, e porque não se queria confundido com o GIA. Este último foi derrotado durante a guerra civil argelina; mas renasceria sob nova designação, GSPC, por volta de 1998 sob a batuta de Hassan Hattab, ex-membro da GIA, um pára-quedista argelino nascido em 1967. Os ataques terroristas passaram então a visar mais alvos militares e policiais do que civis.

Na tabela 1 (p. 4) verifica-se que a maioria dos ataques terroristas registados em fonte entre 2001/11 eclodiram na Argélia (um total de 1288 ocorrências). A progressão é evidente entre 2001 e 2006, mantendo-se crescente nos últimos anos; sendo que entre

2010/11 a AQIM reivindicou na Argélia oito atentados em 2010 e quatro em 2011, mais do que a soma dos atentados nos outros sete países analisados.

No pós-11 de Setembro de 2001, destacam-se os dois atentados terroristas com carros-bomba a 11 de Abril de 2007 em Argel, resultaram em mais de trinta mortos e foram assumidos por Samir Saiud (conhecido por Abu Moussab) um salafista argelino, veterano do Afeganistão, engenheiro de profissão e especialista em explosivos.

Seguiram-se os ataques terroristas de Julho, Setembro e Dezembro do mesmo ano. Neste período destaca-se o carácter simbólico do ataque de 11 de Dezembro de 2007, em que a AQIM protagonizou um ataque bombista ao edifício da ONU na capital da Argélia, Argel. O que poderá ter sido uma acção de imitação, à semelhança do ataque suicida organizado por Abu Musab al-Zarqawi (um militante jordano de ascendência palestina com ligações à Al-Qaeda desde 2004) contra as instalações da ONU em Bagdade (Irake) em 2003 e que matou o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello.

No que concerne aos homens que lideram o movimento AQIM, continuam a ser predominantemente argelinos (Filiu 2010)¹⁷. O topo da hierarquia é hoje em dia ocupado por Abdelmalek Droukdel (ou Abou Mossaab Abdelwadoud) que nasceu em Meftah no ano de 1970. Engenheiro de profissão, é o responsável máximo pelo GSPC desde 2004. No seu currículo, possui participação activa nos conflitos do Afeganistão e ligações fortes à estrutura principal da Al-Qaeda. Foi elevado à categoria de emir em 2007, quando o GSPC se afirmou como AQIM. A sua ideologia é de luta contra os tentáculos dos regimes criminosos que depois da descolonização continuam a valer pelos interesses ocidentais e que, em sua consequência, têm traído a sua religião e os seus povos. Um discurso populista que parece estar a captar atenção e a atrair novos interessados neste movimento radical.

Roussellier (2011) reconhece que o recrutamento da AQIM tem sido crescente, mas defende que enquanto organização falhou ao afirmar-se como uma estrutura pan-regional “convincente”; que a opção de actuar em múltiplos espaços (com ramificações também na Europa) tornou complexa a sua actuação do ponto de vista logístico e tático; que a sua ideologia e tácticas pouco definidas não a fizeram captar o apoio popular necessário para manter activa uma insurgência de maiores proporções¹⁸.

Filiu (2009) já antes admitira o insucesso da organização na dimensão “Cruzada contra o Ocidente”, pois sofrera com o desmantelamento parcial das redes em França e em Espanha em 2005/07; e que a integração dos grupos jihadistas no Norte de África havia falhado porque os níveis de planeamento e recrutamento continuavam a ser dominados por agentes argelinos. O autor argumenta que a AQIM se tem mostrado incapaz de se transformar numa grande “confederação” de grupos insurgentes, sobretudo no Magreb,

¹⁷ Cf. FILIU, Jean-Pierre (2010), *op. cit.*, p. 2.

¹⁸ Cf. ROUSSELLIER, Jacques (2011), *op. cit.*, p. 6.

pois os rebeldes líbios, argelinos, marroquinos e tunisinos mantêm agendas muito próprias e com grande autonomia de acção na região.

Por seu lado, Lohmann (2011) defende que a AQIM foi incorrectamente considerada uma organização frágil e insulada, pois tem vindo a integrar-se no tecido social e político em função dos seus interesses. Mas admite que a organização tenha vários dirigentes que rivalizam entre si a supremacia da mensagem e da liderança e que a estrutura de comando não é “muito clara”. Presume-se que assim sendo, poderá enfrentar dificuldades internas no futuro. O autor estima que a AQIM opere com um orçamento de cerca de 100 milhões de dólares¹⁹.

Alegadamente, as fontes de rendimento da AQIM são o contrabando de viaturas roubadas, de cigarros e de medicamentos fraudulentos; para além do tráfico de droga (haxixe, cocaína, heroína), de armas e de pessoas.

O facto da AQIM fazer parte da rede Al-Qaeda também ajuda ao nível do financiamento e do prestígio regional necessário à liberdade e apoio às suas actividades. Taje (2010) recorda que o grande impacto dos ataques de 2001 nos EUA conferiu à Al-Qaeda notoriedade internacional entre os extremistas islâmicos.²⁰ Tornou-se uma “marca” disseminada em “franchising”, à qual é reconhecido prestígio, capacidade de acção, recrutamento e treino exigente. A Al-Qaeda ainda é uma referência na região Magreb/Sahel porque credível ao nível dos efeitos²¹.

Neste contexto, propõe-se a consulta do Mapa 2 onde se visualiza a rota internacional da cocaína, com origem na América Latina (em especial países como a Colômbia) e que depois flui para o continente europeu²². O arco de instabilidade é a região do Sahel que se estende de Este a Oeste do continente africano. Não esquecer a seta proveniente do Médio Oriente (Afeganistão e do Paquistão, mas também da Arábia Saudita), que faz referência às fontes de financiamento e de distribuição provenientes dessa região.

¹⁹ «A AQIM foi julgada fraca e isolada, mas conseguiu integrar-se nas comunidades locais e estabelecer uma cooperação com as autoridades governamentais e responsáveis no âmbito da segurança, bem como com traficantes de drogas regionais e outras organizações criminosas. Assim, visa destabilizar a região inteira para promover os seus interesses económicos e políticos ao criar insegurança» [LOHMANN, Annette (2011), *op. cit.*, p. 9]

²⁰ Al-Qaeda foi responsável pelos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 nos EUA, e de 11 Março de 2004 em Madrid. Admite-se a possibilidade de estar relacionada com outros atentados mediáticos, como os de 7 de Julho de 2005 em Londres, e de 26 de Novembro de 2008 em Mumbai.

²¹ «Qualquer insurgente violento no mundo muçulmano, seja ele um político ou um cidadão comum, e independentemente dos seus motivos, facilmente percebe que tem de agir publicamente em nome da Al-Qaeda se deseja ser levado a sério, se almeja agir com a legitimidade de ser reconhecido pelos outros, e se quer chamar a atenção internacional para as suas actividades.» [TAJE, Mehdi (2010). “Vulnerabilities and Factors of Insecurity in the SAHEL”. *Sahel and West Africa Club (Swac/OECD)*, West African Challenges, N.º 1, August, p. 6]

²² Cf. STRAUS, Scott (2011). “Mali and its Sahelian Neighbors”. *World Development Report 2011 – Background Case Study*, July, p. 2

origem argelina, Mali e Mauritânia, bem equipados e bastante flexíveis nas suas operações a Norte do Mali.

Yahia Abou El Hammam é de origem argelina e braço direito de Abdelhamid Abou Zeid. Dirige a katiba “El Forkane” que actua principalmente a oeste de Tombouctou (Mali). É influente e perigoso porque possui poder real no plano operacional, o que o torna num dos homens fortes do terrorismo da AQIM na região do Sahel. Chegou a ser dado como morto em Setembro de 2010 mas sabe-se que em 2012 os extremistas da “cidade dos 333 santos” queriam elevá-lo a governador de Tombouctou, onde vive há muitos anos, depois de uma reunião proveitosa a 3 de Abril entre Abou Zeid, El Hammam e Iyad Ag Ghaly (o fundador tuaregue do movimento armado Ansar al-Din).

O “Emirato do Sahara” (conhecida como a nona região) estende-se pelo Sahel e foi primeiro dirigido por Abdelkader Mokhtar Belmokhtar, ainda na época do GSPC. Por volta de 2006/07 é substituído por Yahia Djouadi, cujo adjunto militar era Abdelhamid Nouzid. Mas Djouadi tornou-se alvo de rivalidades internas, principalmente da parte de Abou Zeid e de Mokhtar Belmokhtar, ao ser acusado de não desenvolver as estratégias necessárias ao sucesso do Emirato, pelo que acabou substituído em Novembro de 2011 por Abou Alkama (aliás, Nabil Makhoulfi) agora incumbido de reorganizar e dirigir as falanges armadas activas no deserto do Sahara.

Mokhtar Belmokhtar é outro argelino nascido em 1972 que tem sob sua autoridade a brigada “El moulathamoun”. Tornou-se jihadista aos dezanove anos quando viajou para o Afeganistão. Terá regressado em 1993 à Argélia por ocasião da vitória da FIS nas eleições e o eclodir da guerra civil²⁵. Quando Hassan Hattab resolveu demitir-se da liderança do GSPC e renunciar à luta armada para se juntar à política de reconciliação nacional (vai render-se mais tarde em 2007), Mokhtar Belmokhtar terá pensado em substituí-lo mas o lugar foi atribuído a Nabil Sahraoui que seria assassinado pouco depois pelos serviços de segurança argelinos, em Junho de 2004. Após o qual, ascendeu a chefe do GSPC um até então inexperiente e pouco conhecido Abdelmalek Droukdel.

Foi por essa altura que Mokhtar Belmokhtar passou a intervir a sul, procurando consolidar o seu poder com grau crescente de autonomia, tornando-se mais num contrabandista do que num terrorista. Foi condenado à morte por duas vezes na Argélia. Também conhecido por “Mister Marlboro”, trafica cigarros, droga, armas e tornou-se indispensável para a AQIM na sua área de influência, pelos contactos que estabelece com as redes de crime organizado, mas sobretudo porque é protegido pelas populações locais, que de certa forma desculpam as suas actividades ilícitas em troca de benefícios.

Mokhtar Belmokhtar tornou-se um elemento chave nas relações de comunicação entre a Al-Qaeda e os grupos jihadistas argelinos. É acusado de múltiplos raptos a europeus na região do Sahara e admite-se que seja dos mais experientes no seio da AQIM. Nos últimos anos está a prosseguir uma visão particular do jihadismo no deserto do Sahara e

²⁵ Cf. BLACK, Andrew (2009). “Mokhtar Belmokhtar: The Algerian Jihad’s Southern Amir”. *Terrorism Monitor*, Vol. VII, Issue 12, May 8, p. 9.

a afastar-se da matriz argelina desde 2004, talvez por questões menos ideológicas e mais pessoais. É porta-estandarte da resistência contra a violência do exército regular mauritano que acusa de velar pelos interesses franceses e que o exército de Abdel Aziz no Mali não é um obstáculo aos objectivos de Mokhtar Belmokhtar na Mauritânia. Comanda um contingente de 150 a 200 homens²⁶.

A QIM tem apoiado os rebeldes líbios que lutaram pela deposição de Kadhafi mas estes parecem querer dissociar-se da influência terrorista e proclamar a legitimidade da sua luta pela Democracia. Seja como for, Mokhtar Belmokhtar terá aproveitado a queda do regime como consequência da “Primavera Árabe”, para ter acesso a parte do arsenal líbio, o qual tem vindo a contrabandear na região em direcção a sul.

No entender de Filiu (2009), a AQIM mantém actividades ilícitas que os membros da GSPC antes geriam, alimentando redes de contrabando pelas linhas do deserto do Sahara, onde fervilha “um misto de drogas, armas, e imigrantes ilegais, juntamente com ataques jihadistas do tipo ataca-e-foje contra forças de segurança locais”²⁷.

Parece ser evidente a mudança de estratégia do Magreb para o Sahel através das linhas do deserto do Sahara; por exemplo, com a recente transferência da incidência da Mauritânia para o Mali, actualmente mais vulnerável ao nível político e social. Mas se em países como a Mauritânia a população geralmente se opõe aos jihadistas, em países como o Mali e o Níger a oposição é mais difusa. Tanto que a propaganda da AQIM procura afastar-se da sua matriz original de ataques suicidas que geravam medo entre as populações locais, destacando o impacto negativo sobre os “infiéis”²⁸ (“ocidentais”, “cristãos”, “europeus”, “estado-unidenses”).

3-AQIM no Mali

O Mali tornou-se independente da França em 1960. Mas os governos da República mantiveram-se mais concentrados em dominar o país através da capital, Bamako (no extremo sul do país) do que em marcar presença na zona árida e despovoada a Norte. Pois é precisamente na fronteira com a Argélia (mormente nas regiões de Tombouctou, Gao e Kidal) que se localiza a principal fonte de preocupação.

A actual insegurança no Mali é alimentada por questões internas e externas, pois o país possui um vasto território com baixa densidade populacional e elevados índices de pobreza, que é simultaneamente difícil de governar e de controlar. Neste contexto, ocorrem ataques terroristas da AQIM, mas também se regista a presença de grupos armados locais que se dedicam ao banditismo ou a reivindicações autonómicas (ex: rebeldes tuaregues), bem como de redes de crime organizado internacional (tráfico de armas, de drogas, de pessoas e de medicamentos fraudulentos).

²⁶ Cf. LOHMANN, Annette (2011), *op. cit.*, p. 9

²⁷ Cf. FILIU, Jean-Pierre (2010), *op. cit.*, p. 7.

²⁸ ID. IBID., pp. 6-7.

Será que as três questões estão ligadas? A AQIM tem a sua base de poder na Argélia, tem o seu *safe heaven* (centro seguro de operações) no Norte do Mali. Entre Fevereiro de 2003 e Fevereiro de 2011, 78 estrangeiros (incluindo trabalhadores, diplomatas e turistas) foram raptados pela AQIM²⁹. A Tabela 1 (p. 4) regista quarenta e nove casos de terrorismo entre 2001/2011, sendo que dos doze contabilizados em fonte no período 2010/11, quatro foram reclamados pela AQIM/Al-Qaeda.

Suspeita-se que a AQIM colabore activamente com os rebeldes tuaregues e que esteja envolvido no tráfico de drogas, sobretudo na zona de Katibat al-Mulathamine, e na taxação de todo o tipo de bens roubados³⁰. Com base em dados da UNODC (2011), apenas se verifica que cerca de 6% do total de tráfico de cocaína detectado na África Ocidental em 2010 foi registado no Mali³¹.

Black (2009) advoga que no Mali “não há clara evidência na relação” entre as partes³². Por um lado, porque tuaregues e militantes da AQIM não possuem uma agenda ideológica comum, pelo que, a colaborarem uns com os outros, não será em função da retórica mas do lucro, ou seja por oportunismo, aproveitando-se da economia paralela a funcionar sobretudo no Norte do Mali (que a acção do governo não tem conseguido contrariar). Por outro lado, porque os agentes malinianos não são os principais contrabandistas da região, sendo sobretudo naturais de outros países. Mas o autor reconhece que existe uma dimensão Sahel-Sahara que exige uma integração económica e infra-estrutural no seio do Mali enquanto solução contra os elevados índices de insegurança, presume-se para evitar a fractura entre Norte e Sul.

Mas já foi referida a reunião em Tombouctou, a 3 de Abril de 2012, entre Abou Zeid, El Hammam e Iyad Ag Ghaly (um tuaregue do movimento armado Ansar al-Din), pelo que a relação existe. Há pelo menos um interesse económico na base das conversações, pois o Mali é um dos países mais pobres do mundo, com elevadas taxas de desemprego e um índice de desenvolvimento humano muito baixo (em 2011 obtinha 0,359 o que correspondia ao 175º lugar numa lista de 187 países, aquém da média da África subsariana de 0,463, e muito menos que a média mundial de 0,682)³³. As populações aceitam negociar com os membros da AQIM para garantir a subsistência.

Também se podem invocar afinidades religiosas e culturais, as quais a AQIM explora junto de uma população capaz de se mobilizar em massa contra reformas institucionais que alterem costumes enraizados. Em 2009, por exemplo, foram organizadas manifestações contra a influência “ocidental” junto do governo que propunha alterar o “código da Família” que visava consagrar mais direitos às mulheres. Neste processo, a

²⁹ Cf. UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (2011). “The Transatlantic Cocaine Market”. UNODC Research Paper, April, p. 37

³⁰ ID. IBID.

³¹ ID. IBID., p. 36.

³² Cf. BLACK, Andrew (2009), *op. cit.*, p. 2.

³³ Cf. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2011). “Mali”. *International Human Development Indicators*, Country Profile – Human Development Indicators. URL: <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/MLI.html>

AQIM obteve algum sucesso em afirmar-se como representante do Islão fiel às suas tradições milenares.

Não obstante os contínuos apelos ao diálogo interno num Mali que se almeja mais inclusivo, a crise multidimensional convive com o movimento separatista do Norte reforçado pelas capacidades de acção da AQIM que lhes distribui armamento (suspeita-se de origem líbia). A luta assimétrica de poderes colocou em xeque o próprio Presidente da altura, Amadou Toumani Touré, acusado de gerir ineficazmente o dossier Tuaregue, de defender interesses das potências mundiais e de permitir que a França se imiscuisse excessivamente em questões internas do Mali – desagrado que se acirrou após a intervenção francesa na Costa do marfim em 2011³⁴.

O exemplo paradigmático nesta esfera de análise, foi a proposta de instalação de uma base militar francesa em Mopti para ajudar a neutralizar a acção da AQIM. Na tentativa de calar as vozes do descontentamento, o então Presidente Amadou Touré recusou a oferta de Nicolas Sarkozy e fez questão de escolher o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Soumeylou Boubèye Maïga (cujo mandato ajudou a minorar a frieza nas relações diplomáticas Mali/Argélia, também pela sua menor proximidade à França) para fazer a declaração pública. Acrescenta-se que as hipóteses para a aparente irresolução de Amadou Touré sobre as pastas da violência da AQIM terão sido os poucos recursos disponíveis e o querer evitar uma intervenção militar no Mali, que poderia ser inevitável perante o reconhecimento de caos instalado³⁵.

Os meios de comunicação mantiveram acesas as vozes de descontentamento contra o aumento de banditismo tuaregue e da insegurança perpetrada pela AQIM. Sabe-se que em 2010, os chefes rebeldes tuaregues se tinham disponibilizado a colaborar com o governo para afastar a AQIM do “seu deserto” em troca de armas e de meios para o fazer, talvez para demarcar a sua luta autonómica da malha dos terroristas, mas o governo recusou distribuir armas e invocou falta de confiança entre as partes³⁶. O que pode ter levado os extremistas tuaregues a mudar de estratégia, virando-se de novo favoravelmente para a AQIM; mesmo que este tipo de alianças seja volátil.

Nesta luta de poderes, perdeu Amadou Touré que foi deposto por um golpe militar de 22 de Março de 2012, sob acusação de “trair o país”, sendo que os militares visavam “preservar a integridade do território”³⁷ e estancar a rede de muçulmanos radicais que se

³⁴ Crise da Costa do Marfim (2010/11): o Presidente Laurent Gbagbo depois de este ter sido considerado derrotado nas eleições presidenciais de 28/11/2010 pela Comissão Eleitoral Independente, mas vencedor pelo Conselho Constitucional do país e de este, em consequência, ter recusado abandonar o poder.

³⁵ «Durante muito tempo, o governo foi acusado por actores regionais e internacionais de não ser suficientemente determinado na luta contra a AQIM. Tão mais verdade porque o Presidente Amadou Toumani Touré (denominado ATT) hesita em agir por causa dos recursos limitados e, o que é mais importante, por medo que a acentuação da destabilização do país leve ao caos ou que acções militares de nações ocidentais sejam autorizadas ou que se comece uma ofensiva militar do Mali contra a AQIM com o apoio do estrangeiro.» [LOHMANN, Annette (2011), *op. cit.* p. 13]

³⁶ ID. IBID.

³⁷ «A situação é crítica mas não foi gerada pela CNRDRE. Esta é uma das razões pelas quais decidimos pôr fim ao regime (do Presidente Amadou Toumani Touré). A situação já estava corrompida há uma dezena de anos por pessoas que tinham traído o país. Nós metemos tudo à disposição das forças armadas que devem preservar a integridade do território. A situação não é apenas crítica no Mali. Já não é uma rebelião simples. Nós temos um

disseminava em rede no Mali. Recorde-se que o percurso político de Amadou Touré inclui a liderança do golpe de Estado contra a ditadura de Moussa Traoré em 1991, fora eleito presidente em 2002 e reeleito em 2007 e que as eleições presidenciais estavam previstas para Abril desse ano, um mês depois. Touré refugiou-se no Senegal.

Perante a condenação internacional do golpe, a junta militar assinou a 6 de Abril 2012 um acordo em que aceitava devolver o poder aos civis com a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). As forças de Segurança formaram o Comité Nacional de Restauração da Democracia e do Estado (CNRDRE) liderado por Amadou Sanogo, para trabalhar num governo de transição. Dioncounda Traoré ascendeu a presidente interino e Cheick Modibo Diarra a Primeiro-Ministro interino. Entretanto, o sentimento de insegurança levou milhares de cidadãos do Mali procurassem refúgio em países vizinhos, o que se traduziu numa pressão demográfica e humanitária junto às fronteiras, o que tem sido aproveitado pela AQIM.

4-AQIM no Níger

O Níger é um país independente da França desde 1960, cujo primeiro presidente Hamani Diori governou de forma corrupta até ser deposto por um golpe militar em 1974. O precedente não foi auspicioso e governos sucederam-se mantendo inerente o sentimento de impunidade, corrupção e de instabilidade junto da população.

Mais recentemente, o alerta a Norte do país foi declarado em 2007 até Abril de 2009, em que o governo e os Tuaregues rebeldes do Movimento do Níger pela Justiça (MNJ) oficializam o fim das hostilidades depois de negociações mantidas na capital da Líbia, Trípoli. Mas no mês seguinte o Presidente Mamadou Tandja decidiu suspender a Constituição e assumir poderes de emergência, depois do Tribunal Constitucional rejeitar a proposta de Referendo a favor de uma terceira candidatura consecutiva às eleições presidenciais. Mas o Referendo foi levado a efeito e Mamadou Tandja auferiu o resultado desejado; tanto que se manteve em funções até 18 de Fevereiro de 2010, data em que foi deposto por um golpe militar. A Junta organizada em Comité Supremo para a restauração da Democracia, tinha como líder Salou Djibo, que assumiu funções até 7 de Abril de 2011. As eleições seguintes foram vencidas por Mahamadou Issoufou, que foi investido como Presidente do Níger (já havia sido Primeiro-Ministro entre 1993/94).

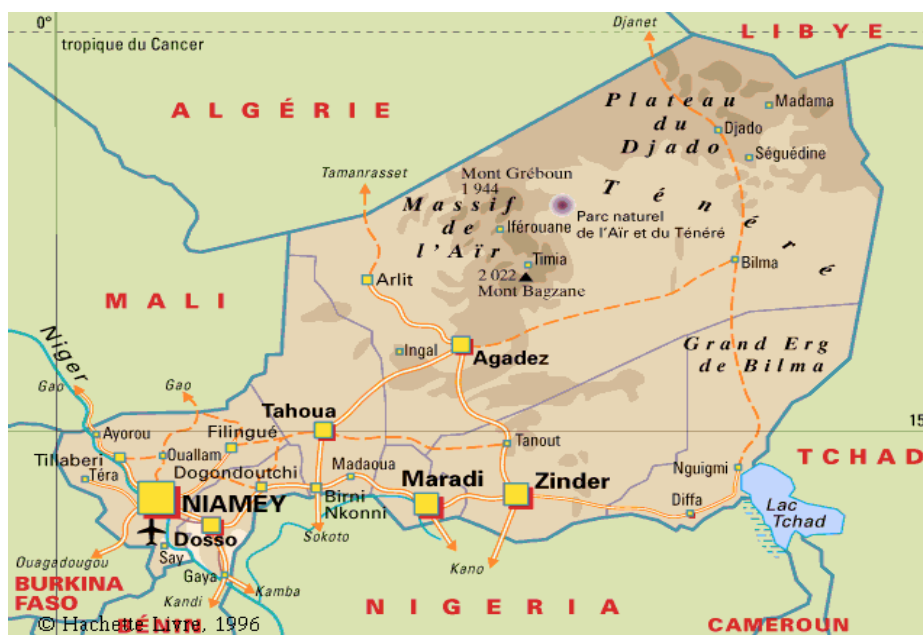
Levando em consideração os dados recolhidos em fonte, registaram-se 38 atentados terroristas no Níger entre 2001/11 (consultar Tabela 1, p. 4) dos quais seis foram contabilizados nos últimos dois anos de análise, quatro dos quais reivindicados pela AQIM/Al-Qaeda. Foi amplamente publicitada a morte de dois franceses no Mali por membros da AQIM, raptados em Janeiro de 2011.

grupo islâmico que se instala com toda uma rede. Se a situação se desenvolve, a África e o mundo inteiro serão vítimas um dia.» [Capitão Amadou Sanogo, chefe do Comité Nacional de restauração da Democracia e do Estado (CNRDRE) *apud* RÉMY, Jean-Philippe (2012). “Si la Situation se Durcit au Mali, le Monde Entier en Sera Victime”. *Le Monde.fr*, M Afrique, 04/04/2012. URL: http://www.lemonde.fr/afrique/article/2012/04/04/le-capitaine-sanogo-d-accord-pour-une-force-internationale-au-mali-mais-selon-nos-principes_1680362_3212.html]

Para fazer face a estes números, os EUA montaram a operação Pan-Sahel em 2003 (PSI – *Pan Sahel Initiative*) para ajudar à formação de tropas no Mali, Níger, Mauritânia e Chade, sendo que foi pelo menos treinado e equipado um contingente de 150 soldados em cada um dos quatro países. O PSI foi depois alargado a Marrocos, Argélia, Tunísia, Senegal e Nigéria (a Líbia declinou o convite em participar no projecto conjunto) transformando-se na Parceria Contra-terrorista no Sahara (TSCTP – *Trans-Saharan Counter-Terrorism Partnership*) Ainda assim, a zona desértica do Sahara/Sahel parece ser cada vez mais impenetrável por forças europeias e dos EUA.

Há planos de criação de uma força aérea conjunta para patrulhar mais facilmente o terrorismo perpetrado no Níger e nos seus vizinhos Mauritânia, Mali e Níger, agora que se identificou a área problemática que se estende pelo deserto de Tenere e a zona planáltica de Djado (Níger) até aos vales da cordilheira Tassili n'Ajjer (a sueste da Argélia) e o deserto de Mourzouk (Líbia). Junto à fronteira com a Líbia têm sido apreendidas armas, grandes quantidades de explosivos e munições, para além de dinheiro, droga (incluindo cannabis) e sofisticados meios de comunicação.

Mapa 3: Mapa do Níger



Fonte: IRD³⁸

No que concerne aos esforços internos, o governo tem recentemente enunciado medidas mais rigorosas, que incluem investimento em defesa e segurança, em armas e meios aéreos a vigiar mais de perto estradas e zonas de extracção de minério; mas também na formação de unidades especiais anti-terroristas com elementos de intervenção precoce e monitoramento para prevenir ataques. O governo tem enviado militares da capital

³⁸ INSTITUT DE RECHERCHE POUR LE DÉVELOPPEMENT (2012). “La Carte du Niger”. IRD/France-Sud Centre de Montpellier. <http://www.mpl.ird.fr/mevhysa/planet/leniger/niggeneral.htm>

Niamey para Tillabéry e Tahoua (mais junto à fronteira com o Mali) e Agadez (centro de operações antes do deserto de Tenere e da região semi-povoada a Norte até à Líbia) em função da perigosidade da área e do número de incidentes registados (ver Mapa 3).

Há outra área problemática que conflui com o Norte da Nigéria, junto às cidades de Maradi, Zinder e Diffa (consultar Mapa 3) onde a matriz cultural e o estilo de vida é semelhante ao vivido do outro lado da fronteira. A degradação das condições de segurança acentuou-se com o activismo local dos fundamentalistas islâmicos da Nigéria conhecidos por Boko Haram, acusados de ataques terroristas como o de 12 de Maio de 2011, no qual raptaram dois europeus (um britânico e um italiano) assassinados depois em Sokoto (ver mapa 3).

As ligações entre o Sul do Níger e o Norte da Nigéria parecem estar a ser asseguradas por membros extremistas da etnia Haoussa que se movimentam nos dois lados da fronteira. Seitas como a de Kala-Kato, que igualmente rejeitam a educação ocidental e velam pela aplicação fiel da jurisprudência derivada do Corão, encarregam-se de fazer propaganda do Boko Haram nos mercados da capital Niamey. Alguns dos líderes do Boko Haram têm revelado uma certa preferência pela cidade de Diffa para morar e assim escapar aos mandatos de captura das autoridades da Nigéria.

Resta saber se é possível estabelecer ligação entre os membros da AQIM e do Boko Haram junto à fronteira do Níger com a Nigéria. Os extremistas nigerianos não se reconhecem necessariamente nas posições adoptadas pelas confrarias islâmicas do Norte da Nigéria, mantêm uma postura mais radical e almejam vingar o assassinato do seu líder carismático, Mohamed Yusuf, em Julho de 2009. Mas não desejando ficar isolados, precisam de cúmplices fortes que lhes confirmem autonomia em relação às autoridades religiosas locais com as quais estejam em ruptura. O movimento AQIM pode ser encarado como um aliado com meios de financiamento e mobilidade suficiente para os ajudar a esconder e defender.

Ainda é cedo para estabelecer uma relação de “aliança” entre as partes, mas o factor localização (a AQIM opera também no Níger e a Norte da Nigéria), a mudança de *modus operandi* e de discurso³⁹ dos membros do Boko Haram (que tinham preferência por raptos de estrangeiros e agora também optam por ataques suicidas)⁴⁰, a disponibilidade manifestada por membros da AQIM em treinar membros do Boko

³⁹ «Mais recentemente, o grupo fundamentalista islâmico Boko Haram, baseado no Norte da Nigéria, tem aumentado a taxa de ataques nacionais contra alvos civis e governamentais e também atingiu (o edifício) das Nações Unidas em Abuja, anunciando que não está apenas preocupado com desenvolvimentos internos mas como uma agenda mais ampla e transnacional (...) o crescimento da actividade extremista islâmica na África Subsariana, e na Nigéria especificamente, começa a ecoar como no Médio Oriente.» [FOREST, James J. F. and GIROUX, Jennifer (2011). “Terrorism and Political Violence in Africa: Contemporary Trends in a Shifting Terrain”. *Perspectives on Terrorism*, Vol. 5, Issues 3-4, September, p. 10]

⁴⁰ «A transição de Boko Haram passara a usar ataques suicidas sugere que o grupo pode ter relação com outras grandes organizações salafistas-jihadistas. A divulgação de um vídeo de martírio pela fé em Setembro de 2011, um evento mediático não associado a grupos islâmicos radicais regionais, sugere conexões com a AQIM ou com a Al-Shabab, ambos os quais utilizam esta metodologia.» [COOK, David (2011). “The Rise of Boko Haram in Nigeria”. *Combating Terrorism Center at West Point – CTC Sentinel*, Vol. 4, Issue 9, September, p. 5]

Haram⁴¹ e suspeitas entre a população, parecem indiciar que se a relação não é forte, poderá vir a sê-lo para breve.

5-AQIM na Mauritânia

A Tabela 1 (p. 4) informa que, com base na fonte consultada, a Mauritânia sofreu vinte e sete ataques terroristas entre 2001/2011, dos quais a AQIM reivindicou sete entre 2010/11. Neste país, destaca-se o ataque terrorista responsável pela morte de quatro turistas franceses (o quinto sobreviveu) a 24 de Dezembro de 2007 – véspera de Natal, pelo que não se pode descurar a conotação religiosa. Nenhum grupo assumiu publicamente a responsabilidade pela acção mas suspeita-se da AQIM, até porque um líder da Al-Qaeda fizera dois meses antes um apelo para que os muçulmanos do Norte de África “limpassem” a região de espanhóis e franceses.

Estas duas nacionalidades europeias são recorrentemente escolhidas como alvos privilegiados porque a França foi a principal potência colonizadora no Magreb/Sahel até à vaga de independências na década de 60; e porque a saída atabalhoada da Espanha da região, abriu portas a um dos problemas de fronteiras mais grave da região, que se traduz na luta pela autonomia do Sahara Ocidental de Marrocos que ainda se mantém em pleno séc. XXI. Acrescenta-se que a Espanha ainda administra politicamente cidades africanas como Ceuta e Manila (junto a Marrocos), além de que foi por Espanha que o império muçulmano entrou no continente europeu em 711 – questão que recorda um dos períodos de apogeu histórico islâmico.

O ataque terrorista de 2007 levou ao cancelamento em 2008 do Rali Dakar (a 30ª edição foi a primeira a ser cancelada desde 1978). Decisão prontamente repudiada pelo governo da Mauritânia de então, por considerar que não havia um factor de insegurança que justificasse a anulação da prova, já que os actos tinham sido isolados e não traduziam a realidade nacional. O impacto económico na actividade turística e hoteleira, sobretudo ao longo das etapas previstas do rali, foi significativo – motivo pelo qual a população não protege os jihadistas e revela favorável às medidas anti-terroristas protagonizadas pelo governo. Seja como for, as etapas do Rali que passavam pelo Níger e pelo Mali já haviam sido evitadas em 2000 e 2006, por motivos análogos.

Existe também planos regionais para reforçar o eixo atlântico Marrocos/Mauritânia/Senegal, que cimentem alianças regionais e o espírito de cooperação inter-fronteiras, em cujo contexto se destaca o projecto de auto-estrada Tanger/Lagos⁴² via Nouakchott e Dakar, segundo a iniciativa “Zona Atlântica Sul”⁴³. Imbuído nesta linha de orientação

⁴¹ «Alegadamente, membros do Boko Haram receberam treino na Argélia e na Mauritânia (...) duas áreas de predominância operacional da AQIM (...) membros do Boko Haram alegadamente receberam treino directo da AQIM no Níger depois de aberturas ao grupo por parte da AQIM (...) Se o Boko Haram se vai tornar um franchising da Al-Qaeda ainda é incerto. Há uma forte possibilidade que tal venha a acontecer e, se assim, for, tal acontecerá nos próximos um ou dois anos, atendendo à informação disponível.» [GOURLEY, Sean M. (2012). “Linkages between Boko Haram and Al Qaeda: A potential Deadly Synergy”, *Global Security Studies*, Summer, Vol. 3, Issue 3, p. 10]

⁴² Lagos é a antiga capital da Nigéria e continua a ser a sua cidade mais populosa.

⁴³ Cf. AMMOUR, Laurence A. (2010). “Mauritania en la Encrucijada de las Amenazas Regionales”. *Notes Internacionales CIDOB*, N.º 19, Outubro, p. 2.

virada para o exterior, que permita captar investimento estrangeiro e turismo de massas, está o Presidente da Mauritânia, Mohamed Ould Abdelaziz (Aziz) eleito em 2009. Enquanto general, havia participado no golpe militar de 2008 que depôs Sidi Uld Cheij Abdalahi, o qual custou ao país sanções económicas e a suspensão da ajuda internacional, mas depois demitiu-se do exército e da Presidência do Alto Conselho de Estado em Abril de 2009 para se candidatar às eleições, as quais venceu assumindo funções em Agosto e desde então tem-se apresentado como um líder moderado empenhado na luta anti-terrorista.

Em Janeiro de 2011, as autoridades marroquinas apreenderam pela primeira vez no seu território, um arsenal de armas que estava sob a responsabilidade de vinte e sete terroristas que planeavam atentados contra estrangeiros, sendo que um deles era um marroquino membro da AQIM⁴⁴.

Em Fevereiro de 2011 conseguiram neutralizar um ataque terrorista na Mauritânia, cujo alvo da AQIM era o próprio Presidente Mohamed Ould Abdelaziz. A 12 Km da capital, as forças de segurança atiraram contra um carro que se dirigia para Nouakchott carregado de explosivos, e que fazia parte de um grupo de três veículos todo o terreno que dias antes havia cruzado a fronteira do Mali, pela região de Néma, e que as forças de segurança procuravam desde então. Entre os rebeldes mortos, figurava um estudante de uma escola corânica da Guiné-Bissau e dois mauritanos. Os dissidentes que escaparam tentaram fugir pela fronteira do Senegal mas foram capturados. Este episódio permite compreender que no movimento AQIM operam várias nacionalidades, que a mobilidade dos terroristas entre fronteiras é elevada e que as autoridades enfrentam dificuldades para os controlar apesar dos bons resultados que vão obtendo.

Neste plano de combate, ressalva-se que a cooperação entre países vizinhos na região do Sahel tem sido intensificada, apesar das diferenças de agenda serem evidentes⁴⁵. Em 2010 foi criado o Comité de Estado-Maior Operacional Conjunto (CEMOC) que se reúne de seis em seis meses. Instalado em Tamanrasset em 11/12 Julho de 2012, procurou encontrar uma solução contra a insegurança na região do Sahel que pudesse interessar aos chefes militares da Argélia, Mali, Mauritânia e Níger.

Para além da retórica do dever de solidariedade, vizinhança e fraternidade que costumam ser invocados nestas assembleias, é necessário ultrapassar a desconfiança mútua e avançar para soluções exequíveis, pois a questão tornou-se urgente perante a necessidade de garantir a integridade territorial do Mali depois da instabilidade criada por grupos fundamentalistas no Norte do País. Estes países tenderão a colaborar entre si

⁴⁴ Cf. LOHMANN, Annette (2011), *op. cit.*, p. 10.

⁴⁵ «A cooperação anti-terrorista entre países fronteiriços (Argélia, Mali, Níger, Mauritânia e Líbia) está até nova ordem suspensa e cheia de desacordos. Caracterizada por uma desconfiança recíproca que bloqueia a construção de uma autêntica política de segurança comum, distingue-se por uma série de estratégias nacionais paralelas, às vezes contraditórias, que podem resultar contraproducentes. Confrontada com o aumento dos ataques e dos sequestros, cada país da região, reage segundo a sua percepção da ameaça, em função dos seus interesses de política interna, com capacidades desiguais e dispersas. A intensificação dos acontecimentos recentes não fez mais do que confirmar a ausência de um planeamento integrado e coordenado. Ao contrário, as diferenças se agudizam, as suspeitas se intensificam e os governos atiram à cara mutuamente a responsabilidade da degradação da situação.» [AMMOUR, Laurence A. (2010), *op. cit.*, p. 3]

em prol da resolução de um problema que é comum, apesar das diferenças de intenções, por uma questão de necessidade, antes que a comunidade internacional se veja obrigada a intervir de forma mais militarizada na região. Caso contrário, poder-se-á perder o controlo à situação.

Conclusão

A AQIM é uma organização fundamentalista religiosa cujos membros são responsáveis por actos terroristas nas regiões africanas do Magreb e do Sahel. As suas raízes são argelinas que remontam à guerra civil (de Dezembro 1991 a 2002) e é na Argélia que mantém o seu centro de poder, até porque os seus rostos mais influentes continuam a ter essa nacionalidade; entre os quais se destacam o seu actual líder máximo Abdelmalek Droukdel; Abdelhamid Abou Zeid, chefe da brigada “Tareq Ibn Ziyad” (ou “El Fatihine”); Abdelkader Mokhtar Belmokhtar responsável pela brigada “El moulathamoun”; Yahia Abou El Hammam, chefe da katiba “El Forkane; e Abou Alkama que desde Novembro de 2011 ascendeu ao lugar de “Emir do Sahara”.

A AQIM reúne descontentes com as políticas de países com baixos níveis de desenvolvimento e instáveis politicamente, alguns dos quais são considerados internacionalmente “Estados falhados”, com baixas expectativas de melhoramento, assim conferindo poucas alternativas legítimas às populações que velam pela sua sobrevivência. Depois temos as questões culturais e religiosas, quando os insurgentes defendem uma aplicação conservadora das leis islâmicas (Sharia). Razão pela qual os seus membros se consideram parte integrante de uma *Jihad* (luta revolucionária) global onde também participa a Al-Qaeda filiada no Médio Oriente e que financia a sua congénere africana com apoio logístico e financiamento, e colabora com ela no tráfico de armas e de drogas (com destaque para a rede internacional de cocaína com origem na América Latina e a Europa como destino, gerida e manipulada também através do Médio Oriente) e em redes regionais de contrabando de cigarros e outros bens transaccionáveis populares entre as populações que ajudam a escoar o produto pelas estradas milenares do deserto.

Admite-se que a AQIM ainda não tenha conseguido afirmar-se como uma estrutura pan-regional, quando a Al-Qaeda aposta forte na formação de um Califado Pan-Islâmico extensível do Al-Andaluz até ao Iraque. Mas a capacidade de integração da organização terrorista não pode ser descurada, levando em consideração a diligência e capacidade de resistência que tem manifestado nestes últimos anos, inclusive depois das quedas de regimes no Magreb em consequência da “Primavera Árabe”. O arsenal líbio, em concreto, parece estar a ser alvo de pilhagens ou de tráfico de influências e as armas estão a ser contrabandeadas a sul, no Sahel.

Os extremistas Tuaregues participam, pelo menos em parte, nesta rede do tráfico de armas e de drogas, seja por necessidade ou oportunismo, e apesar das diferenças ideológicas que os separam, com vista a alimentar a esperança de autonomia do seu

povo, com incidência a Norte do Mali, junto à fronteira com a Argélia mas também com o Norte do Níger.

Apesar de ser ainda cedo para estabelecer ligações fortes e promíscuas entre a AQIM e os membros do Boko Haram da Nigéria, é possível constatar que há suspeitas de treino dos últimos pelos primeiros, e que partilham uma interpretação conservadora contra “o Ocidente” (europeus e EUA), o que eles representam e o tipo de influência negativa que consideram ter nos seus países; e a favor de uma fidelidade às tradições enraizadas e à interpretação literal do Corão.

No âmbito da luta anti-terrorista na região, os EUA operam desde 2003 através da operação Pan-Sahel em 2003 (PSI – *Pan Sahel Initiative*) com vista à formação de tropas do Níger, Mali, Chade e Mauritânia; o qual recebeu oficialmente a nova designação de Parceria Contra-terrorista no Sahara (TSCTP – *Trans-Saharan Counter-Terrorism Partnership*) em Junho de 2005 quando passou a integrar também agentes de Marrocos, Nigéria, Argélia, Senegal e Tunísia.

Outro actor estratégico na região é a França, mas esta tem enfrentado forte oposição governamental de países como o Mali que desconfiam das suas boas intenções, por ser a ex-potência colonizadora.

No âmbito da cooperação entre Estados vizinhos, confere-se especial ênfase à criação em 2010 do Comité de Estado-Maior Operacional Conjunto (CEMOC), o qual organiza semestralmente um encontro entre chefes militares da Mauritânia, Níger Argélia e Mali, apesar das claras divergências na agenda dos agentes que nelas participam. Na reunião de 11/12 Julho de 2012 houve uma tentativa de encontrar uma resposta consensual contra a insegurança no Sahel e o estado de emergência vivido no Norte do Mali.

Em conformidade com os critérios definidos e da avaliação empírica dos dados, conclui-se que a complexidade do problema que a AQIM constitui no Magreb e cada vez mais no Sahel, exige uma solução urgente e conjunta da parte dos países directamente envolvidos mas também da comunidade internacional, antes que o caos se instale.

Bibliografia

ALEXANDER, Yonah (2011). “2011 Report Update – The Consequences of Terrorism – An Update on al-Qaeda and Other Terrorist Threats in the Sahel & Maghreb”. *Potomac Institute for Policy Studies, International Center for Terrorism Studies*, January, pp. 1-27

ALEXANDER, Yonah (2012). “Special Update Report – Terrorism in North, West, & Central Africa: From 9/11 to the Arab Spring”. *Potomac Institute for Policy Studies, International Center for Terrorism Studies*, January, pp. 1-52.

AMMOUR, Laurence A. (2010). “Mauritania en la Encrucijada de las Amenazas Regionales”. *Notes Internacionales CIDOB*, N.º 19, Octubre, pp. 1-6.

BLACK, Andrew (2009). “Mokhtar Belmokhtar: The Algerian Jihad’s Southern Amir”. *Terrorism Monitor*, Vol. VII, Issue 12, May 8, pp. 8-11.

COOK, David (2011). “The Rise of Boko Haram in Nigeria”. *Combating Terrorism Center at West Point – CTC Sentinel*, Vol. 4, Issue 9, September, pp. 3-5.

DEVLIN-FOLTZ, Zachary (2010). “Estados Frágeis de África: Fortalecimento dos Extremistas, Exportação do Terrorismo”. *Centro de Estudos Estratégicos de África*, Resumo de Segurança de África, N.º 6, Agosto, pp. 1-8.

FILIU, Jean-Pierre (2010). “Al-Qaeda in the Islamic Maghreb: Algerian Challenge or Global Threat? *Carnegie Endowment for International Peace*, Carnegie Papers, Middle East Program, N° 104, October, p. 1-12.

FOREST, James J. F. and GIROUX, Jennifer (2011). “Terrorism and Political Violence in Africa: Contemporary Trends in a Shifting Terrain”. *Perspectives on Terrorism*, Vol. 5, Issues 3-4, September, pp. 5-17.

GOURLEY, Sean M. (2012). “Linkages between Boko Haram and Al Qaeda: A potential Deadly Synergy”, *Global Security Studies*, Summer, Vol. 3, Issue 3, pp. 1-14.

INSTITUT DE RECHERCHE POUR LE DÉVELOPPEMENT (2012). “La Carte du Niger”. IRD/France-Sud Centre de Montpellier. <http://www.mpl.ird.fr/mevhysa/planet/leniger/niggeneral.htm>

LOHMANN, Annette (2011). “Qui sont les Maîtres du Sahara? – Vieux Conflits, Nouvelles Menaces : Le Mali et le Sahara Central entre les Touaregs, Al Qaeda et le Crime Organisé”. *Friedrich-Ebert Stiftung*, FES Peace and Security Series, N.º 5, June, pp. 1-26.

LOUREIRO DOS SANTOS, José A. (2002). *A Idade Imperial. A Nova Era – Reflexões sobre Estratégia III*, Publicações Europa América, Lisboa, pp. 33-105.

RÉMY, Jean-Philippe (2012). “Si la Situation se Durcit au Mali, le Monde Entier en Sera Victime”. *Le Monde.fr*, M Afrique, 04/04/2012. URL: http://www.lemonde.fr/afrique/article/2012/04/04/le-capitaine-sanogo-d-accord-pour-une-force-internationale-au-mali-mais-selon-nos-principes_1680362_3212.html

ROUSSELLIER, Jacques (2011). “Terrorism in North Africa and the Sahel: Al-Qa’ida’s Franchise or Freelance?” *Policy Brief*, Middle East Institute, N.º 34, August, pp. 1-10.

SANTOS LOPES, Margarida (2010). *Novo Dicionário do Islão – Palavras, Figuras e Histórias*. (2ª Edição) Alfragide: Casa das Letras.

STRAUS, Scott (2011). “Mali and its Sahelian Neighbors”. *World Development Report 2011 – Background Case Study*, July, pp. 1-31.

TAJE, Mehdi (2010). “Vulnerabilities and Factors of Insecurity in the Sahel”. *Sahel and West Africa Club (Swac/OECD)*, West African Challenges, N.º 1, August, pp. 1-8.

THE FOUND FOR PEACE(2006). The Failed States Index 2006. *FFP on-line*. URL: <http://www.fundforpeace.org/global/?q=fsi-grid2006>

THE FOUND FOR PEACE (2010). The Failed States Index 2010. *FFP on-line*. URL: <http://www.fundforpeace.org/global/?q=fsi-grid2010>

THE FOUND FOR PEACE (2012). The Failed States Index 2012. *FFP on-line*, Washington D.C. URL: <http://www.fundforpeace.org/global/?q=fsi2012>

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2011). “Mali”. *International Human Development Indicators*, Country Profile – Human Development Indicators. URL: <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/MLI.html>

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (2011). “The Transatlantic Cocaine Market”. UNODC Research Paper, April, pp. 1-64.

VALE FARIA, José A. (2008). “Nova Era Jihadista no Magrebe”. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*, 7 de Janeiro. URL: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=546

La inmigración subsahariana y los límites sociológicos del decir de la estadística

Begoña López Monsalve¹

«Cada vez en mayor medida personas y cosas están fuera de lugar»

Resumen: La intención del siguiente artículo es valorar la eficacia de la estadística en el estudio de determinados grupos sociales, concretamente la población subsahariana e intentar realizar una reflexión sobre la relación que establece durante el proceso previo y posterior al de medición del otro, partiendo de una posición de confrontación que, en nuestra opinión debería convertirse en cooperación.

Palabras clave: estadística, inmigración subsahariana, representación

Abstract: The intention of this article is to assess the effectiveness of statistics in the study of specific social groups, particularly sub-Saharan population and try to make a reflection on the relationship established during the prior, during and after the measurement process on the other, starting a position of confrontation, in our opinion should become cooperation.

Keywords: statistics, Saharan immigration, representation

Nuestro objetivo en este breve trabajo es intentar reflexionar sobre el rol de la estadística en su relación con la presentación del otro y la descripción y revelación de este otro que precisamente está fuera de lugar, estando en algún lugar, en el lugar de confinamiento. En este espacio de fabricación híbrida montada entre la esperanza que desconocía la realidad de hoy y el presente que rechaza la esperanza en el futuro justamente porque no se puede escribir futuro ahí donde no hay presente.

Nos interesa por lo tanto, reflexionar sobre la forma en que la estadística hace su acercamiento en la construcción del otro ¿Cómo son formuladas las preguntas que después muestran una estadística? ¿Cuáles son sus grados de independencia, de libertad con relación al espacio cultural y el propio perjuicio cultural de quien formula las preguntas al otro?

Hay sin embargo que subrayar que esta investigación no procura discutir la relevancia o irrelevancia de la estadística sino más bien reflexionar sobre sus limitaciones en lo que dice respecto a la captación de lo humano profundo del otro. Sabemos que la investigación cuantitativa puede facilitar el proceso de cuantificación de la población subsahariana que reside en España.

El decidir hacer este trabajo sobre la estadística, supone desde luego que queremos establecer un diálogo con un concepto de epistemología o de enunciación en donde la persona y su realidad “visible, palpable” son iguales a los números que representan en el campo estadístico. El otro es el número. La realidad se hace numérica y cuantitativa en

¹Becaria FPU del Instituto interuniversitario de desarrollo social y paz de la Universidad de Alicante.

detrimento de la pérdida de la singularidad. La existencia singular del otro es difuminada en la propia construcción “preconcebida” del entrevistador. Desde esta perspectiva, el otro que él entrevista, analiza, estudia es “su propio otro” no tanto como una alteridad, su alteridad, sino más bien en cuanto producción y reproducción de un concepto preconcebido a priori antes de poner en marcha el sistema investigativo.

Una posible alternativa es la combinación de métodos o triangulación que se basa en el uso simultáneo de la aproximación cualitativa y cuantitativa. Desde una perspectiva cuantitativa, los datos a obtener ya están delimitados a priori, a partir de las variables definidas y su operativización. Con la cualitativa los datos obtenidos pueden dar lugar a establecer nuevas relaciones, distintas a las obtenidas inicialmente, en el momento de plantear la investigación. La triangulación de métodos amplía la validez de los resultados obtenidos, no se limita a interpretar los datos con un sólo método, sino que los relaciona a través de diferentes perspectivas metodológicas. Con el uso de esta metodología podemos obtener resultados que se aproximen más a la realidad social.

El papel del investigador en el transcurso de la investigación desde que comienza el planteamiento del tema hasta que se analizan los datos obtenidos a través del trabajo de campo debe estar orientado por principios de objetividad y empatía, ser capaz de no juzgar, de comprender, y de ponerse en el lugar del otro, de manera que cuando se sienten frente a frente, las respuestas sean lo más sinceras y lo mas verdaderas posibles.

Así, lo que se pretende aquí es intentar ver qué tipo de registro lingüístico se usa en la estadística enunciativa de la realidad de la inmigración subsahariana. Cómo es que la estadística crea un prototipo de la realidad cercana, lejana o simplemente, “no-realidad”. Qué grado de cuestionamiento se hace a nivel de la opinión publica sobre el decir estadístico de esta comunidad en su relación de complicidad con un cierto tipo de decir periodístico mediocre en donde la máxima divulgación se transforma en el lugar incuestionable de la veracidad de lo dicho.

Hemos dicho incuestionable precisamente porque el primer interesado nunca lo hará o si lo quiere hacer, tendrá muy poca probabilidad de conseguirlo. Nuestro punto de vista no se inscribe en el marco de un planteamiento derrotista, pesimista o incluso resignado. La población subsahariana reúne condiciones que harán que su estudio sea más complicado y susceptible de recibir críticas desde distintos ámbitos, tanto desde aquellos que abogan por la visibilidad de estos colectivos, como desde aquellos que cuestionan la necesidad de contabilizarlos más allá de conocer cuáles son las características reales del “invasor”.

Por eso, hay que intentar ver las cosas desde el punto de vista de la logística instrumental del otro, el que está en un lugar no-lugar. ¿Qué instrumentos de análisis tiene este otro para contrariar lo dicho sobre él? ¿Qué mecanismo de difusión tiene para hacerse escuchar? ¿En qué lengua debe hacerse escuchar para ser mejor entendido e interpretado? ¿Puede llegar a plantear hacerse escuchar en la lengua de llegada que él no conoce, no maneja suficientemente bien para contrarrestar la epistemología de la creación del otro? ¿Qué sucedería si se planteara hacerse escuchar en una lengua

(europea) que maneja mejor que la lengua del país de la acogida? ¿Estaríamos ante un rechazo de integración o ante un intento de decir lo decible, ante un intento de cuidar y proteger la palabra?

En efecto, lo que la estadística enuncia es la palabra dicha, la palabra escuchada y esto en si mismo merece una atención particular porque tiene que ver con la instancia concreta en donde el investigador inquiridor transporta la singularidad, la privacidad y el conjunto del YO del otro para la comunidad totalizante.

El que maneja la estadística es desde este punto de vista un portavoz de la palabra escuchada, de la palabra recibida y de la mirada y los hechos contemplados. Partiendo de esta reflexión se debe por lo tanto exigir a la estadística algo más que la “numerología”, algo más que la presentación de la corporeidad marginalizada. Esto no quiere decir que no se debe presentar los números, al revés, los números deben existir, tienen que existir, pero su existencia debería ser incorporada a la subjetividad de aquello que se quiere describir.

. Pensamos que es muy importante que los estudios estadísticos en sus más variadas direcciones, tengan en cuenta el lugar de la subjetividad, el lugar del otro como persona, no persona como slogan de los derechos humanos o de una cierta bondad o el otro como espacio de solidaridad

No, el otro a que nos referimos es este otro como mi alteridad verdadera y como mi espacio concreto de la escritura ética: en suma, el otro como la pieza que faltaba para completar la comunidad totalizante. El decir estadístico tiene por lo tanto que preguntarse y reflexionar sobre la responsabilidad de sus efectos en la comunidad totalizante en cuanto instrumento a partir de lo cual dos tipos de lenguaje interactúan: el lenguaje privado (de las vivencias) y el lenguaje público (de las experiencias y vivencias).

La estadística que busca la ontología del otro, puede llegar a romper con su secreto, puede llegar a constituirse como su espacio de desahogo. Pero solo puede tener una verdad y una existencia el que es sujeto, el que tiene una subjetividad, el que reclama sus derechos y tiene consciencia de sus obligaciones con su incorporación plenamente en la vida de la comunidad.

Así, al ceder investigador la autorización a realizar una entrevista que consistirá más tarde en estadística, el otro que es entrevistado permite cruzar su propia frontera² compartiendo asimismo su propia singularidad que la investigación tiene obligación de cuidar poniéndole en sintonía con los números.

² Cf. BAUMAN.Z. *Daños colaterales. Desigualdades sociales en la era global*. Ed. Fondo de cultura económica. Madrid, 2011. p., 118.

De este modo, el permiso de entrevistar puede ser considerado como una autorización “a negociar la elevación de problemas privados a nivel de cuestiones públicas”³.

Esta autorización en si misma es una apertura a integrarse en el nuevo mundo, el mundo del país de la acogida. La apertura es de una cierta forma la instancia desde la cual él puede decir los motivos de su presencia no tanto como cuerpo que comparte un espacio físico sino sobre todo como sujeto que reflexiona sobre su propia responsabilidad al elegir este país de acogida y no aquel otro.

Los números son por ello el lugar de reflexionar sobre la responsabilidad de aquel que decide inmigrar para este país y a otro. Pero, también son reflejo de tipo de comunicación entre los que están aquí y los que van a venir. El espacio de engaño y de ilusión, el espacio de verdad y de necesidad de compartir experiencias. ¿Qué se dicen? ¿Qué es lo decible cierto de este espacio? ¿Cuál es la verdadera forma de construcción de la subjetividad de este espacio? ¿Quien puede ser considerado entre sus pares como sujeto en este espacio?

A los números, estas preguntas se les escapan porque no son del ámbito del decir mecánico. Aquí se entra en contacto directo con la persona, aquella a quien solo puedo entender si reconozco su alteridad la cual también puedo perder de vista si siente que es mirada solamente como numero, como persona cosificada.

Su cosificación al final le lleva a crear una propia misión de cara a la sociedad que le acoge siempre que ve en ella una especie de poder de turno, nos advierte Bauman:

*La misión que hizo ponerse en guardia a nuestros antepasados fue la defensa del ámbito privado – y en consecuencia, de la autonomía individual- contra la intromisión indebida de los poderes de turno*⁴.

La cuestión por lo tanto que se puede formular es saber si la estadística cuando se limita a producir números no juega exactamente el juego del poder de turno que muchas veces se presenta de forma violenta en su anunciación.

Esta violencia del anuncio lo vemos muchas veces asociado a los números y a las imágenes de la llegada de los subsaharianos rescatados en pateras. Rostros hambrientos, cuerpos temblantes y espíritu desasosegado.

Se puede precisamente preguntar en qué consiste este tipo de decir estadístico en donde las imágenes de los cuerpos no están necesariamente asociadas a su estatus de persona sino más bien a un cierto tipo de definición del otro, el otro como cuerpo carente de las necesidades materiales.

De acuerdo con este planteamiento de la estadística en connivencia con los poderes de turno, se puede ver efectivamente que la pérdida por supuesto no asumida del sentido original de la persona del subsahariano no se hace solamente en el interior de la

³ Cf. *Ibid.* p., 118.

⁴ Cf. *Ibid.*, p., 120.

comunidad que futuramente la acogerá sino precisamente que esta pérdida se hace en el momento de su llegada con transmisión de su condición de sufrimiento y de humillación. Gente salvada, envueltos en las mantas calientes y con medicinas.

Este acto publicitario es en si mismo un acto de deshonor de lo humano incluso cuando este humano es transgresor (en el sentido de entrar ilegalmente) de las leyes del país de la acogida. Al impactar en una cámara de televisión un rostro concreto o rostros concretos que pueden ser reconocidos por los demás, frivlizamos el sufrimiento y humillamos la existencia.

Desde la perspectiva del poder se planteará entonces la pregunta no-pregunta: ¿Qué hay que hacer? A lo cual creemos que la estadística virada para la ontología debería ser capaz de contestar rechazando la propia falsedad de la pregunta no-pregunta ya que la verdadera cuestión no puede ser qué hay que hacer porque esta supone la aceptación de una humillación líquida de la presencia del otro a través de la invocación de la autoridad política y de su legitimidad. Se sabe, como señala Bauman que:

*La incertidumbre y la vulnerabilidad humana son los cimientos de todo poder político: es contra estos adláteros gemelos de la condición humana, vehementes y resentidos pero constante, y contra el miedo y la angustia que suelen generar, que el Estado moderno ha prometido proteger a sus súbditos; y es principalmente de esa promesa de donde ha extraído su **raison d'être**, además de la obediencia y el apoyo electoral que le conceden sus ciudadanos.*

En una sociedad moderna “normal”, la vulnerabilidad y la inseguridad de la existencia, así como la inevitable condición de incertidumbre profunda e irredimible bajo la que vivimos y actuamos, se reafirman aún más en virtud de que las actividades humanas se exponen a fuerzas del mercado que se caracterizan por su notorio capricho y una endémica imprevisibilidad⁵.

Por eso, la cuestión que debería ser propuesta entonces por la estadística podría ser, ¿cómo hacer?, porque ésta si, limita y conduce a un cierto tipo de legalidad política a ilegitimidad moral y ética. Con eso, se abre también la posibilidad de discutir lo políticamente legal, sobre todo, cuando esto que es legal atenta contra la ética y contra el espacio privado de las personas legales o ilegales.

Pero para eso, la formulación estadística se tiene que dar cuenta de que su gran primer reto de objetividad es la formulación autónoma del lenguaje político e incluso del lenguaje social.

La estadística tiene una gran responsabilidad social ya que por ella una comunidad puede ser leída e interpretada positiva o negativamente. Un determinado estudio estadístico dependiendo de su enfoque puede presentar la comunidad o el grupo sobre cual recae su trabajo como cercano o lejano de los valores del país de acogida. Y

⁵ Cf. *Ibid.*, p., 75.

cuando la interpretación es negativa el grupo es visto también como la gran amenaza nacional. Por eso la labor estadística necesita un gran rigor de exención.

A título de ejemplo, vamos a ver (en este final de marzo e inicio de abril de 2012) como el trabajo estadístico y periodístico pueden contribuir en la campaña electoral francesa a partir de la acentuación de la diferencia con el otro: el otro radical, el otro terrorista y el otro que no se integra. Este fenómeno del trato con el otro distinto del otro local, el otro nacional, ha permitido a Sarkozy subir en los sondeos y superar tangencialmente a su rival, a Hollande que antes de los tumultos provocados por éste otro distinto, estaba, también de acuerdo con los sondeos, a muchos puntos de distancia con el presidente Sarkozy.

La estadística es el espacio público y social, el lugar donde el otro se crea pero también el lugar donde se “elimina”; y una de las maneras de eliminar el otro extraño a nosotros es precisamente la xenofobia y la creación de una sociedad xenófoba muy refinada que muchas veces se basa en el miedo del otro y en su desconocimiento. La xenofobia es por ello mismo hija de una falsa política de seguridad incompatible con los designios y aspiraciones éticas de una sociedad abierta y justa para con todos sus habitantes como señala Bauman citando el *Enemigo combatiente* de Moazzam Begg:

*Las preocupaciones por la seguridad y las motivaciones éticas tienen fines opuestas en principio: las perspectivas de seguridad y la intensidad de las intenciones éticas están en pugna*⁶.

La xenofobia encarna precisamente esta oposición inconciliable dentro de la comunidad una vez que representa el rechazo de toda posibilidad del compartir con aquel que es distinto y diferente de mí. Solo que, este rechazo muchas veces es avalado por los estudios estadísticos.

Desconocemos por ejemplo si hay un estudio sobre las dificultades de los subsaharianos que alquilan pisos o habitaciones, quizás en este momento de crisis la gente ya no se atreve a mirar por el color del dinero o del inclino. No obstante, se sabe que en una época anterior a la crisis, este colectivo tenía dificultades para encontrar o alquilar pisos y habitaciones porque aparentemente representan peligro, inestabilidades y dificultades para la integración. Se puede por eso preguntar con qué formato se puede integrar a una persona que rechazamos antes de conocerla, a una persona que no damos la oportunidad de ser persona aunque de *per sé* no necesita de nuestra autorización.

Creemos que entre las innumerables labores que tiene la estadística, debería interesarse también en intentar descubrir cómo se puede superar dentro de una comunidad el impase entre “la conflictividad y la comunión” creado a veces por los prejuicios y la ignorancia mutua provocando conflicto entre la seguridad y la ética⁷.

⁶ Cf. *Ibid.*, p., 83.

⁷ Cf. *Ibid.*, p., 83. *Lo que coloca a la seguridad y la ética en mutua oposición de principios (una oposición extremadamente difícil de superar y reconciliar) es el contraste ente la conflictividad y la*

Pero el conflicto no se limita solamente entorno a este enfrentamiento entre la seguridad y la ética, sino que también engendra otro espacio de definición negativa del otro: el espacio de la etnicidad y de la *etnización* del otro. La etnia es vista no como un valor añadido a la comunidad que acoge a los que han venido sino que es vista como un obstáculo en la integración del inmigrante. Se supone por lo tanto que para que él sea integrado deber renegarse, debe avergonzarse de sí mismo.

Sin embargo, el discurso oficial se hace siempre desde una perspectiva de la multiculturalidad, de la tolerancia aunque el substrato silencioso de este mismo discurso reclama implícitamente que para que uno llegue a ser como la comunidad que le acoge debe negar sus orígenes, debe juzgar negativamente sus orígenes.

La resistencia a un juicio político-social negativo sobre uno mismo conlleva a la reactivación del elemento étnico. Hay que señalar sin embargo que esta reactivación no comienza solamente con el juicio político-social negativo sino más bien en una etapa anterior: la etapa de búsqueda de identidad, de comprensión y del compartir y que se va acentuando poco a poco según se va creciendo la percepción de extrañeza del lugar, de las formas, de los tratos, de las miradas y del sentir del uno como parte integrante de la comunidad. Este conjunto de elementos hace que la fragilidad étnica se transforme en un espacio de ilusión, de seguridad y de esperanza, pero también es ahí donde todo se pierde porque se crea una isla de incomunicación con los demás. Se pierde la comunicación necesaria para que una comunidad pueda verdaderamente ser interactuante con sus miembros.

En este espacio exento de interacción, yo veo los otros tal como ellos me ven a mí. Los calificativos negativos son entonces recíprocos y el grado de tolerancia igual o inferior dependiendo siempre de cuanto uno ha sufrido o de cuanto espera ganar de la sociedad de la cual él mismo se auto excluyó al cerrarse en un espiral de no dialogo, convicto de que la sociedad usa el mismo sistema con él.

La búsqueda del lugar étnico o de los guetos no es otra cosa que un apelo a un espacio de donde puede venir la justicia solidaria, la comprensión de la experiencia del otro, de su sufrimiento por él ser como yo o porque yo he vivido lo mismo que él. Pero este espacio también es un espacio de problemas para el presente y para el futuro porque no

comunião: el impulso de separar y excluir, que es endémico a la primera, versus la tendencia unificadora constitutiva de la segunda. La seguridad genera un interés en detectar riesgos y seleccionarlos para su eliminación, y por tal motivo elige fuentes potenciales de peligro como blancos de la acción exterminadora "preventiva", que se lleva a cabo de forma unilateral. Los blancos de esta acción, asimismo, se excluyen del universo de la obligación moral. A los individuos y grupos o categorías de individuos seleccionados se les niega la subjetividad humana y se los presenta como objetos puros y simples, situados de modo irrevocable en el extremo receptor de la acción. Se convierten en entidades cuya sola relevancia para quienes aplican las "medidas de seguridad" (el único aspecto que se toma en consideración cuando se planifica la forma de tratarlos), en favor de aquellos cuya seguridad se presume o se declara bajo amenaza, es la amenaza que esos individuos o grupos ya constituyen, podrían constituir o podrían ser creíblemente acusados de constituir.

ofrece salidas solidas para que uno pueda ser verdaderamente integrado en la comunidad. Como señala Rorty, lo que verdaderamente puede provocar la solidaridad humana no es el pensar, el pensar filosófico, sino más bien el intercambio literario de experiencias humanas concretas tal como el dolor o la traición. Desde esta perspectiva, el inmigrante conoce su propio dolor y el de su hermano, pero desconoce el dolor del otro cuyo país él habita porque precisamente desconoce su historia, su vivencia y su realidad sufrida que está escondida debajo de su opulencia. Y, al cerrarse en un espacio de *etnización* nunca tendrá la oportunidad de conocer su vecino de a lado y a partir de ahí, la convivencia es simplemente una superficialidad, una tolerancia sin quererse y sin respectarse, lo que de *per sé* es una bomba a reloj cronometrado para un tiempo previsto pero sin fecha ni caducidad.

El lenguaje del espacio étnico se transforma así en un lenguaje equivalente a lo que Rorty⁸ llama “léxico último”, último como dice él, es el conjunto de palabras que usamos para justificar nuestras acciones, nuestra vida y nuestras creencias y que cuando es confrontado con alguna duda no dispone de ningún otro recurso sino de un conjunto de argumentos circulares.

Pero esta situación no conviene al inmigrante sobre todo cuando se trata de un inmigrante sin papeles. En redar en un espacio que “enreda” no es benéfico ni para él y ni para la comunidad. El espacio sin salida le transforma en una persona sin perspectiva, sin esperanza y sin confianza en sí misma y sobre todo, le transforma en una persona amargada con la vida aunque vive alegremente porque su compartir social esconde la tristeza que abraza su corazón en las horas sombrías y frías de la soledad con uno mismo. Pero esta tristeza también tiene que ver con la crítica que ella hace de sí misma y de su cultura. Una crítica positiva que además no debería dejarla triste porque se supone que se plantea dar una oportunidad a sí misma para mejorar su condición actual.

Todo este enredo del profundo humano está fuera del campo de la medición estadística y por consiguiente, limita la objetividad de la verdad del decir estadístico. Sientes de eso, lo que se pretende plantear en definitiva, es cómo hacer para mejorar la suficiencia humana del decir estadístico, esto es, cómo hacer que este decir diga lo humano siempre y cuando quiere comunicar la vivencia y la realidad de esta comunidad. También sería interesante indagar si la gran mayoría de la comunidad se siente con la obligación moral de ser ético con esta comunidad. Ser ético y no ser tolerante. La tolerancia no me compromete suficientemente conmigo mismo y con el otro, pero la ética sí.

⁸ Cf. Rorty, R. *Contingencia, ironía y solidaridad*. Paidós, Barcelona, 1996.

Bibliografía

Bauman.Z. *Daños colaterales. Desigualdades sociales en la era global*. Ed. Fondo de cultura económica. Madrid, 2011.

Mezzadra, S. *Derecho de fuga: migraciones, ciudadanía y globalización*. Ed. Tinta limón. Madrid 2009.

Rorty. R. *Contingencia, ironía y solidaridad*. Paidós, Barcelona, 1996.

EVENTOS / ACTIVIDADES ISPSN

Resumo sobre a entrevista na “Rádio Mais” - Huambo e o debate no ISPSN

Niura de Carvalho

No dia 3 de Agosto de 2012 pelas 11:00, os Drs. David Boio e Inácio Valentim (Decano e Vice-Decano do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente), ambos foram convidados à uma breve entrevista na Rádio Mais no programa “Manhã de Informação” dirigido pela jornalista Elsa Inakulo com o seguinte tema: Falar sobre a democracia em Angola.

O debate ocorrido no dia 7 de Agosto cujo tema foi “A democracia e o comportamento eleitoral” teve como objetivo apelar à massa académica sobre a responsabilidade eleitoral através de uma interação com os líderes da juventude dos partidos político. Foram convidados 3 partidos políticos: CASA-CE, MPLA e UNITA por serem os partidos mais conhecidos e de renome a nível provincial. Não obstante, o partido MPLA não se fez representar. Há que salientar também a presença do PRS no debate.

Apresentação do livro “Ecos da Memória”

Niura de Carvalho

No dia 10 de Agosto de 2012 pelas 17:30, foi apresentado o livro “Ecos da Memória” no ISPSN.

A apresentação foi feita pelo Dr. João Tchiamba (Técnico Sénior da ADM de Viana).

Ficha técnica

Titulo: Ecos da Memória

Autor: Jucas Isaías dos Santos

Projecto: SAG Edições

Design da capa: Daniel Oliveira

Fotografia da capa: Joana Lourenço Martinho do Rosário

Revisão: Sónia Oliveira

Impreção: M. Barbosa & Filhos

1ª Edição: Julho 2012

Dep legal: 346 071/12

ISBN: 978-989-97897-0-8

SAG. Rua Massano do Amorim, B.Fátima-cidade alta, Huambo

e-mail: sag.edicoes@gmail.com|tel: 924 488 726.

Normas de publicação

1. Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol e francês. Têm que ser inéditos e não mais de 20 páginas notas de pé de páginas incluídas.
2. As resenhas submetidas não devem superar 6 páginas.
3. Aceitam-se os projectos de investigação que não superam 8 páginas.
4. O formato das letras é Times New Roman 12, justificado e com 1,5 de espaço
5. Os textos devem ser enviados em formato Word Perfect ou em Word para o Pc.
6. Os artigos enviados devem ser assinados pelos autores que também deverão indicar os seus graus académicos
7. A redacção da revista se reserva o direito de publicar ou não.
8. Haverá sempre um comité externo para avaliação dos artigos
9. Os títulos dos artigos devem estar na língua original e em caso de necessidade em inglês.
10. As referências bibliográficas e notas de pé de páginas numeradas. As referências bibliográficas devem ser completas na primeira cita.

Livros electrónicos:

As citas devem começar com o primeiro e último nome do (s) autor (es), título do livro electrónico (em itálico), editor, data de publicação, número da página citada. Endereço Web (Disponível a data da consulta).

Processo de avaliação e de seleção dos artigos

1. Os artigos devem ser enviados para o e-mail da revista ou do diretor antes do último dia de cada mês.
2. A direcção acusará a recepção do trabalho sem necessariamente manter contacto com o autor antes da decisão final de publicar ou não.
3. Os autores dos artigos são responsáveis pela sua revisão ortográfica e gramatical.
4. Garantir-se-á o anonimato do processo de avaliação dos artigos

SOL NASCENTE

Revista do Centro
de Investigação sobre
Ética Aplicada |CISEA|

Nº2 | Setembro 2012